

INFRAESTRUTURA EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

**RESERVATÓRIO  
DO CARIOCA**



Figura 1

# RESERVATÓRIO

INFRAESTRUTURA EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

# DO CARIOCA

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Trabalho Final de Graduação

Clara Amim Mascarenhas Bonina

Orientadores  
Patricia Menezes Maya Monteiro  
Valentin Arechaga

Outubro 2021

**AGRADECIMENTOS.** Aos amigos, em especial Aline, Clarisse, Cynthia, Luísa, Fernanda, Frederico, Manuella, Rhebeca e Julie. Aos professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, em especial aos meus orientadores Patricia Maya, Valentin Arechaga. Ao Paulo Jardim, que permanece através dos seus ensinamentos. Aos funcionários do ICMBio e INEPAC. Às famílias que criamos ao longo da vida. À todos que facilitaram documentos importantes para análise e desenvolvimento deste trabalho.

Para Valéria, Cleber, Ana Cláudia, Ana Roberta, Francisco, Márcia Morel e João, meus agradecimentos mais sinceros.

## RESUMO

Este trabalho consiste na proposição de infraestrutura de apoio à educação socioambiental do Parque Nacional da Tijuca a partir de edificações já existentes, em específico o Reservatório do Carioca. Reconhecida como unidade de conservação situada em meio à um dos maiores centros urbanos do país, traz para o debate a oportunidade de pensar a arquitetura dentro desse espaço sob uma outra perspectiva, de inclusão e resolução de demandas sociais, rompendo com modelos tradicionais de solução para problemas preexistentes. A proposta compreende potencializar os vínculos entre comunidades locais e a gestão do Parque Nacional da Tijuca/ICMBio, buscando fortalecer os processos de conservação da biodiversidade ancorados numa perspectiva vinculada com o compromisso da inclusão social e com a cultura local. Por tal razão, o caminho escolhido neste trabalho de caráter quali-quantitativo buscará basear-se em um levantamento histórico, iconográfico e gráfico, que ensaia refletir e propor formas de resoluções de tensões por meio da gestão participativa de unidades de conservação, em especial a articulação dos espaços do parque com os moradores, visando contribuir para a manutenção da biodiversidade implicada com questão sociocultural dessas comunidades em face ao histórico cenário de desigualdades e exclusões sociais do Brasil, e em especial, ao da cidade do Rio de Janeiro.

## PALAVRAS CHAVE

Parque Nacional da Tijuca, comunidades locais, patrimônio, educação.





Figura 2



Figura 3



Figura 4

“É que a relação entre natureza e sociedade é sempre historicamente determinada. Em outras palavras, o significado e o valor que uma sociedade atribui aos elementos da natureza irão sempre variar no tempo, acompanhando o processo histórico de seu desenvolvimento econômico e social. Valores ambientais que são hoje tão disputados pela população do Rio, como viver próximo à praia, por exemplo, seriam considerados extremamente exóticos (ou mesmo irracionais) pelos cariocas do passado. Por sua vez, o Maciço da Tijuca, que hoje é facilmente penetrado por modernas estradas e túneis de grande extensão, e que abriga um patrimônio ambiental considerável, representado pela floresta que recobre grande parte de sua superfície, já teve inúmeros outros significados na história da cidade, alguns bastante diversos dos atuais.”

*Maurício Abreu, pág. 55, A cidade, a montanha e a floresta, 1992*



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto satélite do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Autoral, 2021. Pág. **2**

Figura 2: Foto Aérea da Comunidade Vila Parque da Cidade. Fonte: Wikifavelas. Disponível em:<[https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Vila\\_Parque\\_da\\_Cidade](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Vila_Parque_da_Cidade)>. Acesso em: 23, maio 2021. Pág. **6**

Figura 3: Foto Aérea da Favela dos Guararapes. Fonte: Flickr. Disponível em:<<https://www.flickr.com/photos/leonardomartins/7743554990/>>. Acesso em: 23, maio 2021. Pág. **6**

Figura 4: Foto Aérea da Favela da Rocinha. Fonte: Viator. Disponível em:<<https://www.viator.com/pt-PT/tours/Rio-de-Janeiro/Favela-and-Tijuca-Rainforest-by-Jeep/d712-2484P103>>. Acesso em: 23, maio 2021. Pág. **6**

Figura 5: Foto interna do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **19**

Figura 6: Foto interna do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **20**

Figura 7: Foto interna do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **23**

Figura 8: Foto do Maciço da Tijuca. Fonte: Google Imagens. Disponível em:< [https://www.google.com/search?q=maci%C3%A7o+da+tijuca&rlz=1C1OKWM\\_pt-BRBR879BR879&sxsrf=ALeKk01AY0Nuv7t4oJs6WCtnTTCcm\\_pXw:1621907508693&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=xupX-ZjVM625OrM%252CHnA-wh53y170mM%252C\\_&vet=1&usg=AI4\\_-kQ-SI9loT4sgg56RzkH98nxhlwGQsg&sa=X&ved=2ahUKEwiY1aen3OPwAh-VfHlKGHXluDZEQ\\_h16BAglEAE#imgsrc=Z3Dhl4ekzQzNTM](https://www.google.com/search?q=maci%C3%A7o+da+tijuca&rlz=1C1OKWM_pt-BRBR879BR879&sxsrf=ALeKk01AY0Nuv7t4oJs6WCtnTTCcm_pXw:1621907508693&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=xupX-ZjVM625OrM%252CHnA-wh53y170mM%252C_&vet=1&usg=AI4_-kQ-SI9loT4sgg56RzkH98nxhlwGQsg&sa=X&ved=2ahUKEwiY1aen3OPwAh-VfHlKGHXluDZEQ_h16BAglEAE#imgsrc=Z3Dhl4ekzQzNTM)>. Acesso em:

24, maio 2021. Pág. **24**

Figura 9: Gravura François Froger Orla do Rio de Janeiro. Fonte: Multi Rio. Disponível em:< <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/1041-rio-anos-1600-que-cidade-era-essa>>. Acesso em: 24, maio 2021. Pág. **28**

Figura 10: Mapa da Baía do Rio de Janeiro. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em:< <https://www.wdl.org/pt/item/801/>>. Acesso em: 24, maio 2021. Pág. **28**

Figura 11: Vista do Maciço da Tijuca. Fonte: Marcilio. Disponível em:< <http://www.marcillio.com/rio/entijuca.html>>. Acesso em: 24, maio 2021. Pág. **28**

Figura 12: Vista da cidade do Rio de Janeiro 1931. Fonte: Veja. Disponível em:< <https://vejario.abril.com.br/cidade/cristo-memoria/>>. Acesso em: 24, maio 2021. Pág. **29**

Figura 13: Vista do Maciço da Tijuca. Fonte: Marcilio. Disponível em:< <http://www.marcillio.com/rio/entijuca.html>>. Acesso em: 24, maio 2021. Pág. **29**

Figura 14: Foto Pão de Açúcar, Baía de Guanabara e Maciço da Tijuca. Fonte: Gira Mundo. Disponível em:< <https://bloggiramundo.com/como-visitao-pao-de-a%C3%A7ucar-comprar-ingressos>>. Acesso em: 24, maio 2021. Pág. **29**

Figura 15: Vista das encostas do maciço desmatadas para produção de carvão e plantação de café. Fonte: Terra. Disponível em:< <https://www.terra.com.br/noticias/o-tempo-em-que-o-rio-de-janeiro-secou-apos-destruir-floresta-por-cafe,d1c37db898ccee81b05757bc2599efd44ek20as1.html>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **32**

Figura 16: Gravura de Jean-Baptiste Debret, Combio de café indo para a

cidade. Fonte: Multi Rio. Disponível em:< <http://multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/65-o-rio-de-janeiro-novamente-corte-o-imperio/2884-a-geografia-da-expansao-cafeeira-no-imperio>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **32**

Figura 17: Desenho mostra escravo carregando água em 1825. Fonte: BBC. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49530574>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **32**

Figura 18: Fonte em homenagem à D. Pedro II. Fonte: BBC. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49530574>>. Acesso em 26, maio 2021. Pág. **32**

Figura 19: Rugendas, desmanche de uma floresta, 1820-1825. Fonte: Vitruvius. Disponível em:< <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.127/3700>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

Figura 20: Serra da Tijuca, Bella Vista, 1849. Fonte: Vitruvius. Disponível em:< <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.127/3700>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

Figura 21: Fábrica Meuron no Andaraí, séc. XIX. Fonte: Vitruvius. Disponível em:< <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.127/3700>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

Figura 22 : Estrada velha da Tijuca, início do séc. XX. Fonte: Foi um RIO que passou. Disponível em:< <https://rioquepassou.com.br/2008/02/26/estrada-velha-da-tijuca-sd/>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

Figura 23: Situação atual das encostas da floresta em direção ao bairro da tijuca. Fonte: Vitruvius. Disponível em:< <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.127/3700>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

Figura 24: Projeto “Tudo de Cor” do Morro Santa Marta. Fonte: Fotos públicas. Disponível em:<<https://fotospublicas.com/projeto-tudo-de-cor-morro-santa-marta-em-botafogo-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

-marta-em-botafogo-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **33**

Figura 25: Rio Carioca. Fonte: O Globo. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/rio-carioca-se-torna-primeiro-curso-dagua-urbano-do-pais- virar-patrimonio-cultural-23362284>>. Acesso em 28, maio 2021. Pág. **36**

Figura 26: Crianças da comunidade Guararapes brincama no Rio Carioca. Fonte: O Globo. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/rio-carioca-se-torna-primeiro-curso-dagua-urbano-do-pais- virar-patrimonio-cultural-23362284>>. Acesso em: 28, maio 2021. Pág. **36**

Figura 27: Favela e Parque. Fonte: Blog Gerando Falcões. Disponível em:< <https://blog.gerandofalcoes.com/linha-do-tempo-favela/>>. Acesso em: 28, maio 2021. Pág. **38**

Figura 28: Foto interna do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **58**

Figura 29, 30, 31, 32, 33 e 34: Projeto “Tudo de Cor” do Morro Santa Marta. Fonte: Fotos públicas. Disponível em:< <https://fotospublicas.com/projeto-tudo-de-cor-morro-santa-marta-em-botafogo-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 26, maio 2021. Pág. **65**

Figura 35: Foto interna do Reservatório do Carioca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **66**

Figura 36: Planta de situação do Reservatório do Carioca. Fonte: INEPAC, 2006. Pág. **69**

Figura 37: Jardim do Reservatório do Carioca. Fonte: INEPAC, 2006. Pág. **69**

Figura 38: Planta da residência do encarregado da caixa. Fonte: INEPAC, 2006. Pág. **70**

Figura 39: Planta da residência do encarregado do cloro. Fonte: INEPAC, 2006. Pág. **70**

Figura 40: Diagrama Geral do Reservatório do Carioca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **71**

Figura 41: Cartela da Caixa da Mãe D'água pichada. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **72**

Figura 42: Cartela da Caixa da Mãe D'água. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **72**

Figura 43: Caixa da Mãe D'água. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **72**

Figura 44: Caixa da Mãe D'água. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **73**

Figura 45: Caixa da Mãe D'água. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **73**

Figura 46: Caixa da Mãe D'água. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **73**

Figura 47: Caixa da Mãe D'água. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **74**

Figura 48: Caixa da Mãe D'água. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **74**

Figura 49: Casa do encarregado das caixas. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **74**

Figura 50: Casa do encarregado das caixas. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **75**

Figura 51: Acréscimo de telhado na casa do encarregado. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **75**

Figura 52: Acréscimo de telhado na casa do encarregado. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **75**

Figura 53: Jardim Frontal. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **76**

Figura 54: Jardim Frontal. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **76**

Figura 55: Acréscimo de telhado na casa do encarregado. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **76**

Figura 56: Acréscimo de telhado na casa do encarregado. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **77**

Figura 57: Acréscimo de telhado na casa do encarregado. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **77**

Figura 58: Acréscimo de telhado na casa do encarregado. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **77**

Figura 59: Interior da Caixa da Mãe D'água. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **78**

Figura 60: Interior da Caixa da Mãe D'água. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **78**

Figura 61: Interior da área técnica abaixo dos tanques. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **78**

Figura 62: Caixas do Carioca. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **78**

Figura 63: Caixas do Carioca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **78**

Figura 64: Nicho no jardim. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **79**

Figura 65: Nicho no jardim. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **79**

Figura 66: Vestígio do chafariz. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **79**

Figura 67: Chafariz. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **79**

Figura 68: Rio Carioca com casa do encarregado do cloro. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **80**

Figura 69: Rio Carioca com casa do encarregado do cloro. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **80**

Figura 70: Escada de acesso aos reservatórios. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **80**

Figura 71: Escada de acesso aos reservatórios. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **80**

Figura 72: Mato na escada de acesso. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **81**

Figura 73: Escada de acesso. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **81**

Figura 74: Pilaretes de pedra e portão. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **81**

Figura 75: Pilaretes de pedra e guarda-corpo. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **81**

Figura 76: Reservatório. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **82**

Figura 77: Reservatório. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **82**

Figura 78: Interior da caixa d'água. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **82**

Figura 79: Fechamento da caixa d'água. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **82**

Figura 80: Infiltrações no posto de tratamento. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **83**

Figura 81: Posto de tratamento. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **83**

Figura 82: Caixas do Carioca. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **83**

Figura 83: Caixas do Carioca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **83**

Figura 84: Caixas do Carioca e decantador. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **84**

Figura 85: Caixas do Carioca e decantador. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **84**

Figura 86: Banco Revestido em Mármore. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **84**

Figura 87: Banco Revestido em Mármore. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **85**

Figura 88: Detalhe do banco. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **85**

Figura 89: Detalhe do banco. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **85**

Figura 90: Escada de acesso à barragem. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **86**

Figura 91: Escada de acesso à barragem. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **86**

Figura 92: Barragem e casa do encarregado do cloro. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **86**

Figura 93: Barragem e casa do encarregado do cloro. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **86**

Figura 94: Barragem. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **86**

Figura 95: Barragem. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **87**

Figura 96: Acréscimo de telhado na casa do encarregado do cloro. Fonte: Cosme de Aquino, 2006. Pág. **87**

Figura 97: Casa do encarregado do cloro após modificações de 2016. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **87**

Figura 98: Diagrama de Estado da Casa do Encarregado da Caixa. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **88**

Figura 99: Diagrama de Estado da Casa do Encarregado do Cloro. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **89**

Figura 100: Foto janela da casa do encarregado da caixa. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **98**

Figura 101: Trecho B, do parque da jaqueira à ponte da torre. Fonte: Cidade-Parque. Disponível em:< <http://parquecapibaribe.org/cidade-parque/>>. Acesso em: 01, junho 2021. Pág. **101**

Figura 102: Imagem do Rio Capibaribe no bairro das Graças, Recife. Fonte: Plonus. Disponível em:< <https://plonus.com.br/base-cartografica-projetos-parque-capibaribe/>>. Acesso em: 01, junho 2021. Pág. **101**

Figura 103: Solar do Unhão por volta de 1870. Fonte: Guia Geográfico de Slavador. Disponível em:< <http://www.bahia-turismo.com/salvador/solar-unhao.htm>>. Acesso em: 01, junho 2021. Pág. **104**

Figura 104: Praça após projeto. Fonte: Nelson Kon. Disponível em:< <http://www.nelsonkon.com.br/solar-do-unhao/>>. Acesso em: 01, junho 2021. Pág. **104**

Figura 105: Escada de madeira. Fonte Nelson Kon. Disponível em:< <http://www.nelsonkon.com.br/solar-do-unhao/>>. Acesso em: 01, junho 2021. Pág. **105**

Figura 106: Imagem Síntese. Fonte: Autoral, 2021. Pág. **106**

Figura 107: Foto interna Reservatório do Carioca. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **118**

Figura 108: Diagrama de Uso e Fluxos da Proposta de Intervenção. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **125**

Figura 109: Diagrama de Uso da Casa do encarregado da Caixa. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **126**

Figura 110: Planta da casa do encarregado do caixa intervenção (nível +1,10). Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **127**

Figura 111: Diagrama de Uso da Casa do encarregado do Cloro. Fonte:

Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **128**

Figura 112: Planta da casa do encarregado do cloro intervenção (nível +1,10). Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **129**

Figura 113: Implantação intervenção. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **130**

Figura 114: Corte Transversal A1. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **131**

Figura 115: Corte Transversal A2. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **132**

Figura 116: Corte Longitudinal B1. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **133**

Figura 117: Corte Longitudinal B2. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **134**

Figura 118: Corte Longitudinal B3. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **135**

Figura 119: Plano de massas. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **136**

Figura 120: Imagem referência de piso fulget e tento em meio fio minerla. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/101260691610883439/>, 2021. Pág. **137**

Figura 121: Imagem referência de banco. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/362469470020523829/>, 2021. Pág. **137**

Figura 122: Imagem referência de espelho d'água. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/145663369205258398/>, 2021. Pág. **137**

Figura 123: Imagem referência de balizador de carro. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/351069733460641930/>, 2021. Pág. **138**

Figura 124: Imagem referência de bicicletário. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/246642517080901451/>, 2021. Pág. **138**

Figura 125: Calathea zebrina. Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/foto/calathea-zebrina-gm1087745908-291830274>, 2021. Pág. **139**

Figura 126: Calathea zebrina. Fonte: <https://br.pinterest.com/epplantas/folhagens/>, 2021. Pág. **139**

Figura 127: Calathea burle-marxii. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/39125090499120081/>, 2021. Pág. **140**

Figura 128: Calathea burle-marxii. Fonte: <https://nofigueiredo.com.br/burle-marx-o-maior-paisagista-brasileiro/>, 2021. Pág. **140**

Figura 129: Adiantum raddianum. Fonte: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/horoscopo/conheca-os-beneficios-da-avenca-para-a-saude-fisica-e-espiritual,7f07fee7549e6aff055a5397c272c2079q0nn9v8.html>, 2021. Pág. **140**

Figura 130: Adiantum raddianum. Fonte: <http://www.ellje.com/pt-plantas/fotos-de-plantas/fotos-009-010/>, 2021. Pág. **140**

Figura 131: Zebrina purpusii. Fonte: <https://www.floresefolhagens.com.br/lambari-tradescantia-zebrina/>, 2021. Pág. **141**

Figura 132: Zebrina purpusii. Fonte: <https://www.floresefolhagens.com.br/lambari-roxo-tradescantia-zebrina/>, 2021. Pág. **141**

Figura 133: Callisia repens. Fonte: <https://www.fazfacil.com.br/jardim/dinheiro-em-penca-callisia/>, 2021. Pág. **141**



Figura 134: *Callisia repens*. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Callisia\\_repens](https://pt.wikipedia.org/wiki/Callisia_repens), 2021. Pág. **141**

Figura 135: *Vriesea saundersii*. Fonte: <https://viveirobueno.loja2.com.br/8844694-Vriesea-saundersii>, 2021. Pág. **142**

Figura 136: *Vriesea saundersii*. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/hairybrow/8430581471>, 2021. Pág. **142**

Figura 137: *Vriesea neoglutinosa*. Fonte: <https://www.flickrriver.com/photos/16253175@N00/sets/72157628997045025/>, 2021. Pág. **142**

Figura 138: *Vriesea neoglutinosa*. Fonte: <https://davesgarden.com/guides/pf/showimage/39740/#b>, 2021. Pág. **142**

Figura 139: *Philodendron bipinnatifidum*. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/mercadanteweb/8169611132>, 2021. Pág. **143**

Figura 140: *Philodendron bipinnatifidum*. Fonte: <https://www.sitiodamata.com.br/guaimbe-philodendron-bipinnatifidum>, 2021. Pág. **143**

Figura 141: *Guzmania symphony*. Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/foto/flor-de-tecidos-airplant-esp%C3%A9cies-guzmania-gm515682212-88612013>, 2021. Pág. **143**

Figura 142: *Guzmania symphony*. Fonte: <http://www.florestaaguado-norte.com.br/ananas-do-norte/flor-amarela/>, 2021. Pág. **143**

Figura 143: *Philodendron bipinnatifidum*. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/mercadanteweb/8169611132>, 2021. Pág. **144**

Figura 144: *Philodendron bipinnatifidum*. Fonte: <https://www.sitiodamata.com.br/guaimbe-philodendron-bipinnatifidum>, 2021. Pág. **144**

Figura 145: *Clerodendrum thomsonae*. Fonte: <https://tirolplantas.com/>

[product/clerodendrum-thomsoniae-lagrima-de-cristo-0-40m-a-0-60m/](https://tirolplantas.com/product/clerodendrum-thomsoniae-lagrima-de-cristo-0-40m-a-0-60m/), 2021. Pág. **144**

Figura 146: *Clerodendrum thomsonae*. Fonte: [https://plantlust.com/plants/24035/clerodendrum-thomsonae/](https://plantlust.com/plants/24035/clerodendrum-thomsoniae/), 2021. Pág. **144**

Figura 147: *Dicksonia sellowiana*. Fonte: <https://blogs.reading.ac.uk/tropical-biodiversity/d-sellowiana/>, 2021. Pág. **145**

Figura 148: *Dicksonia sellowiana*. Fonte: <http://www.jardimcor.com/catalogo-de-especies/dicksonia-sellowiana/>, 2021. Pág. **145**

Figura 149: *Tibouchina mutabilis*. Fonte: <https://www.floresefolhagens.com.br/manaca-da-serra-anao-tibouchina/>, 2021. Pág. **145**

Figura 150: *Tibouchina mutabilis*. Fonte: <https://www.sitiodamata.com.br/manaca-da-serra-tibouchina-mutabilis>, 2021. Pág. **145**

Figura 151: *Xanthosoma robustum*. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xanthosoma>, 2021. Pág. **146**

Figura 152: *Xanthosoma robustum*. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/39784023@N08/4080698389/>, 2021. Pág. **146**

Figura 153: *Calathea zebrina*. Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/foto/calathea-zebrina-gm1087745908-291830274>, 2021. Pág. **146**

Figura 154: *Calathea zebrina*. Fonte: <https://br.pinterest.com/epplantas/foelhagens/>, 2021. Pág. **146**

Figura 155: *Calathea burle-marxii*. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/39125090499120081/>, 2021. Pág. **147**

Figura 156: *Calathea burle-marxii*. Fonte: <https://nofigueiredo.com.br/burle-marx-o-maior-paisagista-brasileiro/>, 2021. Pág. **147**

Figura 157: *Adiantum raddianum*. Fonte: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/horoscopo/conheca-os-beneficios-da-avenca-para-a-saude-fisica-e-espiritual,7f07fee7549e6aff055a5397c272c2079q0nn9v8.html>, 2021. Pág. **147**

Figura 158: *Adiantum raddianum*. Fonte: <http://www.ellje.com/pt-plantas/fotos-de-plantas/fotos-009-010/>, 2021. Pág. **147**

Figura 159: Perspectiva externa chuveiro público. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **149**

Figura 160: Perspectiva externa jardim. Fonte: Clara Amim Mascarenhas Bonina, 2021. Pág. **150-151**

Figura 161: Foto interna do Parque Nacional da Tijuca, Banheira do Imperador. Fonte: Clara Amim Mascarenhaas Bonina, 2021. Pág. **152**

Figura 162: Foto interna do Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Manuella Schorchit, 2021. Pág. **156**

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Rio Carioca. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **31**

Mapa 2: Limites do PARNA Tijuca e Favelas. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **36**

Mapa 3: Limites do PARNA Tijuca e Favelas. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **36**

Mapa 4: Limites do PARNA Tijuca e Favelas. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **37**

Mapa 5: Limites do PARNA Tijuca e Favelas. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **38**

Mapa 6: Segmentos da Zona Primitiva do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **40**

Mapa 7: Segmentos da Zona de Uso Extensivo do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **41**

Mapa 8: Segmentos da Zona Histórico-Cultural do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **42**

Mapa 9: Segmentos da Zona de Uso Intensivo do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **43**

Mapa 10: Segmentos da Zona de Uso Especial do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **44**

Mapa 11: Segmentos da Zona de Recuperação Intensivo do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **45**

Mapa 12: Segmentos da Zona de Uso Conflitante do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **47**

Mapa 13: Segmentos da Zona de Ocupação Temporária do Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **49**

Mapa 14: Zoneamento Setor Serra da Carioca. Localização da edificação. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos; sistema de coordenadas UTM 23S, 2021. Pág. **110**

Mapa 15: Área estratégica Interna Silvestre com localização e meios de acesso. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos; sistema de coordenadas UTM 23S, 2021. Pág. **111**

Mapa 16: Localização da edificação. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **116**

Mapa 17: Localização da edificação, das comunidades e do rio Carioca. Fonte: Mapa elaborado pela autora com base cartográfica do ICMBio e do Instituto Pereira Passos, 2021. Pág. **117**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativos em Hectares das Zonas Estabelecidas no Plano de Manejo de 2008 e no Plano de Manejo de 1981, Parque Nacional da Tijuca, Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Plano de Manejo 2008. Pág. **39**



## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO | 20

#### O MACIÇO DA TIJUCA | 25

O histórico da Ocupação | 26

O Parque Nacional da Tijuca | 30

O Rio Carioca | 34

#### A QUESTÃO FAVELA PARQUE | 39

Contextualização | 40

Plano de Manejo e Zoneamento PNT | 44

#### QUESTÕES PARA A ARQUITETURA | 59

O patrimônio e o território | 60

Cidade e natureza | 63

#### RESERVATÓRIO DO CARIOCA | 67

Histórico | 68

Conservação e Restauro | 90

Mutabilidade | 92

O Território Educacional | 94

Práticas e Representações | 96

#### REFERÊNCIAS PARA A ARQUITETURA | 99

Parque Capibaribe | 100

Solar do Unhão | 103

#### ANÁLISE DO ENTORNO | 107

Dados sobre as Favelas | 108

As Favelas e o PARNA Tijuca | 111

Proposições para um projeto | 113

#### INTERVENÇÃO | 119

A proposta | 120

Diagramas e Plantas | 125

Cortes | 131

Materialidade | 137

Elenco de Espécies | 139

Perspectivas | 148

#### ANEXO | 153

Publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro sobre o Tombamento Provisório do Rio do Carioca | 154

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 157







Figura 6

## INTRODUÇÃO

—O trabalho partiu da inquietação pela busca do entendimento da atual relação do Parque com a Cidade, com o foco voltado para as comunidades locais e vizinhas a ele. Desde sua criação, em um primeiro momento como Floresta da Tijuca e Paineiras (1861), em um segundo momento como Parque Nacional do Rio de Janeiro (1961), até 1967, quando teve seu nome alterado para Parque Nacional da Tijuca, e anexadas as áreas da Floresta da Tijuca, do Morro da Carioca (Trapi-cheiro, Sumaré, Corcovado e Paineiras), da Pedra da Gávea e da Pedra Bonita, o Parque se aflora como elemento central na cidade, de elevada importância ambiental, cultural e patrimonial.

Dentro dessa perspectiva, verifica-se que a relação do Parque se dá com a cidade de duas formas: em certo momento como unidade de conservação pioneira, com um dos maiores índices de reflorestamento do mundo, e como um agente de divulgação turística da cidade e detentor de excepcional patrimônio cultural e histórico e, em outro momento, como elemento lindeiro ao ecossistema urbano extremamente densificado.

Ao longo dos anos, e como consequência de profundas desigualdades sociais, presentes na sociedade brasileira de maneira geral, e como não poderia deixar de ser, também presente na cidade do Rio de Janeiro, consolidou-se uma estrutura urbana que segrega ricos e pobres no espaço. Em busca de trabalhos e de percursos mais curtos na rotina laboral, a proliferação das favelas e de loteamentos irregulares se

concretiza. É diante desse cenário de ampliação da crise social e habitacional da cidade, que sua relação com o Maciço da Tijuca se redefine constantemente. Dessa forma, a necessidade de proteger e preservar a biodiversidade do Parque se reafirma como inquestionável, ao mesmo tempo que outras questões envolvendo a ocupação do solo, que em momentos se dá pelos mais ricos e em outros pelos mais pobres, atinge questões do âmbito social.

Se coloca então como desafio para a cidade e para o Parque, a conciliação da necessidade de preservação da reserva da biosfera da Mata Atlântica, tão importante para a cidade por questões ambientais, culturais e econômicas, com as demandas políticas, geográficas e sociais de acesso à recursos básicos.

É nesse contexto que surge a necessidade de repensar a arquitetura e como ela pode atender aos objetivos básicos de um Parque Nacional, ao mesmo tempo que enfrenta as transformações territoriais que a crescente pressão dos centros urbanos promove. Como relacionar educação e pesquisa com práticas de gestão participativa, para que seja possível desenvolver novos vínculos das comunidades vizinhas com o Parque a partir do projeto? Qual maneira de lidar em um território construído a partir da sobreposição de camadas físico temporais socioculturais tão diversas?

Compreendeu-se então que, a preservação do Parque, da sua biodiversidade e da relação com seus habitantes, subordina-se à criação de novos vínculos relacionados ao ocupar, habitar e viver em comunidade. O projeto intenta trabalhar com conceitos para uma construção coletiva do espaço, como alternativa a projetos impositivos e alienados às realidades e necessidades das comunidades locais. A dinâmica entre os espaços é bilateral: ao mesmo tempo que a estruturação das comu-

nidades se coloca como chave para o pensar de novas práticas arquitetônicas, pautadas pela inclusão de camadas postas à margem pela sociedade brasileira, é o projeto que se arrisca ao englobar a reutilização e o restauro de edificações históricas tradicionais (edifícios tombados e/ou protegidos) abandonadas dentro e no entorno do parque, para responder aos novos usos propostos pelas comunidades.

Diante dos pontos acima já elencados e consciente de que uma proposta de trabalho de construção coletiva, figura aqui como elemento central para direcionar o projeto, buscou se apoiar em outras pesquisas já desenvolvidas no Parque com as comunidades para, a partir dela, poder analisar e construir programas condizentes com a realidade local.

Dessa forma, o Projeto Favela-Parque (2018), Programa de Educação Socioambiental do Parque Nacional da Tijuca com as favelas Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres, constituiu-se como referência para o amadurecimento das análises e proposições. Fruto do contrato de concessão do Trem do Corcovado, uma das contrapartidas que o mesmo estabelece é a obrigação do concessionário custear “projetos de educação socioambiental, qualificação de mão de obra, estímulo ao cooperativismo e fortalecimento de iniciativas para atuação em turismo voltado para as comunidades do entorno imediato da atividade concessionada”. Como objetivo do ICMBio tem-se, repartir os benefícios gerados pelo turismo, melhorando as condições ambientais e de vida de todos que vivem e trabalham ao lado do Parque Nacional da Tijuca e fortalecer as ações de conservação da natureza.

O objetivo geral deste Trabalho Final de Graduação consiste, então, na proposição de um espaço de permanência, acolhimento e desenvolvimento de atividades voltadas para a manutenção da biodiversidade, implicada com questão sociocultural dessas comunidades in-



seridas no entorno do Parque, bem como de suporte para a promoção por meio do ensino e da capacitação, da estruturação de atividades e novos vínculos das pessoas com a Unidade, a partir da ressignificação do Reservatório do Carioca como um espaço de promoção de práticas educativas. Como objetivos específicos para alcançar a completude do projeto, tem-se a intenção de: analisar as relações entre o Parque Nacional da Tijuca e os assentamentos urbanos dentro de uma perspectiva histórico-social, identificar um espaço no qual possa ser inserido projeto para atender à algumas demandas das comunidades e fortalecer o vínculo entre moradores e o Parque, ressignificar um patrimônio arquitetônico reforçando o seu papel e propor uma solução/tipo que envolva a consolidação, a requalificação e a criação de um espaço educativo e de pesquisa.

## | METODOLOGIA

Inicia-se o processo de pesquisa através da leitura sobre a evolução histórico-social da cidade, com foco no Maciço da Tijuca, no Parque Nacional da Tijuca e nos assentamentos humanos circundantes a eles. Com o intuito de compreender aspectos desconhecidos sobre a memória da cidade e sua complexa formação, além de entender o funcionamento de unidades de conservação e as resultantes configurações espaciais desiguais que se consolidaram nas margens da Floresta.

Para atingir tal objetivo, seguiu-se uma abordagem voltada para a pesquisa documental, apreensão de conceitos relacionados à paisagem urbana, ecologia e geografia humana e cultural, dados quantitativos, qualitativos e pesquisas relacionadas às comunidades, buscando absorver as concepções dos próprios moradores das favelas com a in-

tenção de construir fundamentações para as proposições futuras.

Diante dessas abordagens, busca-se criar a oportunidade de apresentar o território do PARNA Tijuca e os recursos que comporta, sejam biofísicos, perceptivos ou relativos a suas funções urbanas, como elementos de um conjunto que ainda podem ser replanejados, previstos e transformados. Associando com harmonia o sentir e o absorver, com o pensar e o construir, busca-se capacitar à compreensão humana, conhecimentos latentes sobre a articulação entre natureza e sociedade.







Figura 8

## O MACIÇO DA TIJUCA



## MACIÇO DA TIJUCA O HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO

Presente como um dos elementos que compõem a paisagem natural carioca, o Maciço da Tijuca, uma cadeia de montanhas que se estende por 95 km<sup>2</sup>, e que aflora como elemento estruturante da cidade que conhecemos e que comumente dividimos em “zona norte”, “zona sul” e “zona oeste”, sempre exerceu papel essencial no desenvolvimento da ocupação da cidade, destacando a orientação que forneceu ao seu crescimento.

O Rio de Janeiro, desde seus primórdios, encontrou na montanha e no mar, elementos definidores de seu cenário diário e naturais limitadores. Por esse motivo, e até que a tecnologia permitisse ocupações mais ousadas, a malha urbana da cidade foi se desenvolvendo de maneira linear. E se por um lado, essa afloração rochosa conferisse beleza cênica à cidade, por outro, mostrou-se como componente ativo para o surgimento de diversos problemas urbanos, como a constante necessidade de gestão de processos naturais afetados pelo crescimento metropolitano, que ocasionalmente geram catástrofes naturais e perdas de vidas, e a dificuldade de equipar a cidade com infraestrutura básica devido sua grande extensão e sua topografia em muitos momentos acidentada.

Em um primeiro momento, o maciço se constituiu como ponto estratégico para proteção da cidade contra ataques de países concorrentes à Portugal. Foi também provedor regular de madeira, lenha, carvão e pedra, materiais muito utilizados para a consolidação da cidade e suas edificações. Por outro período, curto e devastador, foi área agrícola, especificamente para plantio de café, o qual trouxe muita riqueza à alguns residentes da cidade. Para outros, que não possuíam autoridade sobre sua força de trabalho, o maciço representou liberdade, abrigou diversos quilombos, todos posteriormente arrasados. Para aqueles afortunados, em momentos nos quais a cidade foi acometida por epide-

mias e doenças contagiosas, ele também significou liberdade. Por fim, também recebeu em suas encostas e sopés, muitas fabricas que ali se instalaram pelo mais fácil acesso ao potencial hídrico que dispunha.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, a cidade vislumbrou crescimento populacional vertiginoso e o desenvolvimento da atividade agrícola como forte atividade econômica. Nesse período, a metrópole se converteu no principal porto controlador e exportador do ouro das Minas Gerais e, a partir de 1763, na capital da colônia. Cabe destacar que o problema do abastecimento de água acompanhou todo o processo de evolução da cidade, os rios e riachos Carioca, Lagoinha, Silvestre, Caboclas, Catumbi e Maracanã, são exemplos de algumas das águas que foram captadas na tentativa de solucionar a questão.

No início do século XIX, principiava um outro tipo de relacionamento da montanha com a cidade, este agora guiado pela busca não da extração de renda do plantio da terra, mas sim pela procura de ambientes urbanos de maior qualidade. Verifica-se então, o loteamento de diversos terrenos nas encostas de Santa Teresa, Rio Comprido e Glória. A perspectiva de um “clima salubre” foi um elemento atrativo para as vendas dos lotes, porém, a extração de renda a partir de grandes lucros imobiliários foi o que realmente impulsionou os proprietários.

Já no fim do século XIX, os papéis começam a ser outros, e a promoção como lugar de cura e lazer vira também uma das relações criadas ali. Como consequência da primeira, multiplicaram-se no Maciço sanatórios e casas de saúde particulares, principalmente à medida que o acesso pelo Alto da Boa Vista foi se consolidando. Com a institucionalização do segundo, viu-se desenvolver na montanha a atividade do turismo, a qual justificou grandes investimentos na área.

Quanto a ocupação residencial da montanha, no século XX ela atingiu seu momento mais notável, porém distinto em forma e conteúdo. Devido ao grande crescimento demográfico, produto de uma alta demanda de força de trabalho na cidade, em conjunto com a falta de oferta de residência legalizada, decorrente da reforma urbana realizada por Pereira Passos no centro da urbe, retirando dele a responsabilidade de fornecer acolhimento às classes mais pobres. Esta forma de ocupação residencial ficou conhecida como favela.

Nos anos seguintes, especificamente a partir de 1940, as favelas apresentaram um crescimento formidável, tanto em número, quanto em habitantes. A “frente norte” avançou bastante em direção ao Andaraí, Vila Isabel, Sampaio, Lins, Rio Comprido e Tijuca. A “frente sul” expandiu-se a partir do Jardim Botânico, Gávea e Leblon. Por fim a “frente oeste”, multiplicou-se por Jacarepaguá, com eixos definidos pela estrada Grajaú-Jacarepaguá e Covanca. Em 1950, as encostas do Maciço da Tijuca abrigavam 60.934 moradores, 36% da população favelada da cidade. Em 1960, as hipóteses indicavam que a população já passaria de 100.000 habitantes nesses mesmos morros.

Na contemporaneidade, o Maciço da Tijuca proporciona para alguns cariocas o sentimento de pertencimento e direito à cidade, mesmo que de maneira precária. Dicotomicamente, oferece para outros, parcela esta reduzida da população, a oportunidade de habitar em meio ao verde, integrando-se à natureza e escapando da cidade.



final do século **XVII**

Figura 9



**1775**

Figura 10



**1885**

Figura 11



**1931**

Figura 12



**1998**

Figura 13



**2019**

Figura 14

## MACIÇO DA TIJUCA O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

Originalmente recoberta por densa floresta e praticamente intocada até meados do século XVII, o Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca), teve como primeiros habitantes originais, os indígenas da etnia Tupinambá, os quais se concentraram na orla marítima e viviam de atividades como a pesca, a caça e o plantio. Acredita-se que incursões foram feitas para o interior da floresta com a intenção apenas de coletar essências, ervas para o fabrico de remédios, frutos silvestres e animais.

A partir da necessidade de proteção do litoral durante o processo de exploração - colonização da cidade do Rio de Janeiro, a ocupação do que hoje chamamos de PARNA Tijuca, iniciou-se por meio da extração da madeira. Em sequência, atividades como o plantio da cana-de-açúcar, e posteriormente do café, coexistiram até o fim do século XIX. Por fim, todo o histórico de ocupação das encostas do maciço promoveu a instalação de chácaras, sítios e fazendas. Parte singular desse processo, foi o surgimento dos quilombos, ocupações formadas por negros escravos fugidos das fazendas.

Ao mesmo tempo que foi palco do desenvolvimento da atividade agrícola na região, o maciço era responsável pelo abastecimento de água potável para a zona urbana. De 1817 até 1861, diversas ações foram tomadas pelo governo buscando proteger as áreas em torno das nascentes, o que culminou com a homologação de “Instruções Provisórias para o Plantio e Conservação das Florestas da Tijuca e Paineiras”, cunhando oficialmente o termo “Florestas Protetoras” para as áreas de conservação e reflorestamento do maciço.

Cabe destacar aqui, três momentos que foram cruciais para o reflorestamento do Parque e a recomposição de sua paisagem como conhecemos hoje. Após o decreto que estabeleceu nova leitura sobre as áreas da floresta, foi escolhido e nomeado para a tarefa de recuperação da cobertura vegetal na Tijuca, o major Manuel Gomes Archer, que com a ajuda de seis escravos e alguns assalariados, em 13 anos, replantou 100 mil árvores.

A partir de 1874, por decreto de D. Pedro II, a área recuperada foi entregue aos cuidados do Barão d’Escragnoille como reserva florestal. Em parceria com o paisagista Auguste Glaziou, implementou no Parque conceitos de paisagismo voltados para o uso público e contemplação, utilizou elementos como pontes, mirantes e lagos para compor os ambientes, transformando o local em “encantador passeio público” (Castro Maia, 1967). Ao final da administração de d’Escragnoille (1887), a Floresta da Tijuca contava com cerca de 90 mil árvores plantadas e em crescimento, e havia se transformado em um dos mais agradáveis recantos da cidade.

De 1940 a 1947, Raymundo Ottoni de Castro Maya, convidado pelo então atual prefeito do Rio de Janeiro, aceitou a responsabilidade da remodelação de algumas áreas da Floresta da Tijuca. É durante sua administração que surgem os restaurantes Esquilos, Floresta, Cascatinha, a consolidação das vias internas e dos recantos com projetos paisagísticos de Roberto Burle Marx.

Em paralelo, observa-se que a partir da década de 1950 se iniciou um processo acelerado de aumento da população mundial, urbanização, desenvolvimento econômico e uso dos recursos naturais que levou à grandes mudanças no uso da terra, na disponibilidade de água e à perturbação dos ecossistemas. Estima-se que no Brasil, de acordo com os dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria da população brasileira (84%) vive em áreas urbanas.

A superfície verde total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) chega a 36,27 % (2.444 km<sup>2</sup>), das quais 1.110 são áreas protegidas como parques, reservas e estações ecológicas, com destaque para a Floresta da Tijuca, que é uma floresta urbana contínua, ro-

deada pela área urbanizada, o Parque Estadual da Pedra Branca e a Área de Proteção Ambiental de Gericinó-Mendanha. Essas áreas cumprem um papel importante no clima, conservação dos recursos hídricos, contenção de encostas e conservação da biodiversidade.

Com a aprovação da Lei 9885/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sistematizando e consolidando os vários instrumentos legais existentes, estabeleceu-se um marco referencial para se trabalhar o planejamento e a gestão das unidades de conservação no território brasileiro. Muito embora seja importante destacar que somente em 2007, com a promulgação da Lei nº 11516 de 28 de agosto de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente, passando neste ato ser responsável pela gestão das UCs federais. Antes de 2007, o órgão responsável pela gestão das UCs era o IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

O PARNA Tijuca criado pelo Decreto Federal nº 50.923, categorizado pelo SNUC como unidade de proteção integral, tendo como finalidade a preservação da natureza, e uso indireto dos seus recursos naturais, possui características peculiares. Com uma área de 33 km<sup>2</sup> que abriga enorme conjunto de espécies da Mata Atlântica, o Parque se estabelece na cidade por meio de contraditórias relações de ocupação / conflito / devastação / preservação. Apesar da sua presença na cidade sempre ter favorecido a percepção do “verde”, da “mata”, o cenário de violência, desigualdades sociais e econômicas, somadas a uma ocupação acelerada nas áreas de entorno da unidade de Conservação (UC) – que não contam com infraestrutura básica e limitados esforços do poder público – trouxeram consequências para o processo de manutenção da biodiversidade, assim como segurança e saúde da população local. Nesse contexto, levantam-se hipóteses sobre os planos políticos para essa área e quais as intenções em se transformar essas relações.





Figura 15



Figura 16



Figura 17



Figura 18



Figura 20

Figura 19



Figura 21



Figura 22



Figura 23



Figura 24



## MACIÇO DA TIJUCA O RIO CARIOCA

De acordo com a resolução da ONU de 28 de julho de 2010 (Resolução A/RES/64/292-ONU), “o direito a uma água potável própria e de qualidade e a instalações sanitárias é um direito do homem, indispensável para o pleno gozo do direito à vida.” Essa, porém, não era uma realidade da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro quando fundada.

O distanciamento entre o local onde a cidade estava estabelecida, no morro do Castelo, e o rio Carioca, representou uma adversidade para os primeiros colonizadores. A abertura de poços no morro ou nas ocupações situadas nas partes baixas da cidade, apresentavam desvantagens, no primeiro caso os poços teriam que ser muito profundos, e no segundo caso, a questão girava em torno da qualidade da água, a qual era de baixa qualidade devido sua presença em terrenos alagadiços e em lençóis freáticos salobros. Dessa forma se caracterizavam as primeiras opções de captação de água próximo às regiões de ocupação residencial dos primeiros ocupantes.

A necessidade de abastecimento de água pelos habitantes da cidade, majoritariamente feita ao longo de anos pelo rio Carioca, foi uma das razões pela qual a cidade se desenvolveu em direção às baixadas. Na margem de um de seus afluentes, o rio Catete, havia um caminho que conectava o Morro do Castelo ao rio Carioca. Este caminho originou a Estrada Real do Catete, que deu origem a rua homônima, e possibilitou a ocupação da região após o aterramento de uma pequena lagoa situada entre a foz do Carioca, na praia do Flamengo, e o atual Largo do Machado.

Desse modo, o rio Carioca se firma como um elemento intimamente ligado à história do Rio de Janeiro. A partir dele que surge o gentílico ao qual os moradores da cidade são referenciados. O vocábulo em si possui diversas histórias que permeiam seu surgimento. Uma delas retoma o período das capitânicas hereditárias, momento no qual Portugal ainda não havia se firmado como colonizador, e diversos corsários franceses visitaram a região. Entre os anos de 1557

e 1558, o cronista francês Jean de Léry fez parte do estabelecimento dessa colônia. Assim ele se refere a uma aldeia que conheceu no local, de origem tupinambá e fundamental para nossa história:

“Nessa aldeia, assim chamada, que é o nome de um ribeiro, da qual a aldeia toma o nome, por estar situada perto. Verte-se por: casa dos kariós; composto desta palavra kariós (carijós) e de ók (oca), que significa casa.” (LÉRY apud FREITAS, 2015)

A partir da chegada da corte imperial em 1808, o abastecimento das casas se inicia e a relação do rio com a cidade começa a se alterar. O fornecimento antes feito por indígenas escravizados, passou a ser feito por negros escravizados, e o Rio de Janeiro se consolidava como forte porto escravista. No século XVIII, com a extração do ouro em Minas Gerais, a relevância hidroviária da cidade aumenta, atraindo novos moradores, o que gerava um aumento na necessidade e consumo de água. Ao longo dos anos seguintes, a canalização do Carioca se prolongou por diversas décadas e com diferentes desafios.

Cabe destacar aqui, construídos no século XVIII, durante o governo de Gomes Freire, a caixa de passagem conhecida como Mãe d'Água e o Aqueduto da Carioca, a maior obra de engenharia da época. Esse aqueduto cruzava Santa Teresa e ia até o Largo da Carioca, passando pelos Arcos da Lapa. Concluído em 1750, o aqueduto alimentava várias fontes e chafarizes do Rio de Janeiro colonial. Em 1865, foi construído o reservatório do Carioca, o mais importante desta época, com uma capacidade de armazenamento de 675 mil litros.

Em 28 de janeiro de 2019 é publicado no diário Oficial do Estado

do Rio de Janeiro, o Edital e Tombamento do Rio Carioca, primeiro curso d'água urbano do país a se tornar patrimônio cultural pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). Com nascentes próximas ao Corcovado e às Paineiras, no Parque Nacional da Tijuca, o rio desce passando por Santa Teresa, cruzando os Guararapes, Cosme Velho, Laranjeiras e Flamengo, até desaguar na baía de Guanabara. A partir do tombamento, um marco importante na preservação deste manancial, toda parte descoberta do rio deve ser mantida dessa forma, além de prever para o futuro, quando possível, a reabertura de seções canalizadas.





O TOMBAMENTO DO RIO CARIÓCA ABRANGE TODA SUA EXTENSÃO, 7,1 km, ESTABELECE UM MARCO IMPORTANTE: A PARTIR DESTA DECRETO O SEU CURSO NÃO PODERÁ SER ALTERADO, ALÉM DE PERMITIR AÇÕES ÁGEIS PARA SUA DESPOLUIÇÃO

Figura 26



Figura 25



- Parque Nacional da Tijuca
- Rio Carioca
- Afluentes





Figura 27

## A QUESTÃO FAVELA PARQUE

## 2

### **\_A QUESTÃO FAVELA PARQUE** CONTEXTUALIZAÇÃO

Para compreender os territórios existências Parque e Favela, faz-se necessário compreender como as políticas públicas do Rio de Janeiro colocaram em conflito essas duas cartografias, perpetuando uma visão binária de opostos e relegando as duas populações a cenários aglutinadores e excludentes entre si.

As transformações ocorridas no Rio de Janeiro, a “Paris dos trópicos” marginalizou a população pobre que foi expulsa dos cortiços do centro da cidade, e que, sem opção de moradia, ocupou as encostas dos morros. Antes de relembrar o surgimento das favelas, cabe destacar a visão do cortiço, que para alguns pesquisadores, seria a construção correspondente à “semente da favela” (VALLADARES, 2000).

Caracterizado como um habitat de vagabundos e criminosos, o elemento cortiço foi identificado como espaço de epidemias, proliferação de doenças e vícios. Buscando trazer saneamento à essas localidades, ações do poder público foram implementadas na cidade. Em um primeiro momento leis foram sancionadas impedindo a construção de novos cortiços e, em sequência, essas edificações foram destruídas. O arrasamento do maior deles, o “Cabeça de Porco” e a reforma urbanística do prefeito Pereira Passos, que pretendia higienizar a cidade, ampliando suas ruas estreitas, removendo as habitações insalubres e provendo saneamento para a área, integraram as principais intervenções no centro da cidade que levaram ao movimento de ocupação das encostas dos morros.

Em 1907, já há indicações precisas da presença de diversos barracões no morro da Babilônia, na zona sul da cidade. Em 1909, tem-se como certa a existência da favela do Salgueiro. Em 1910, por sua vez, surge a favela da Mangueira, no morro do Telégrafo (ABREU, 1994, p.38)

A partir da década de 1910 ocorreu um crescimento no processo de favelização do tecido urbano carioca. Inicialmente referenciada como Favela com F maiúsculo pela imprensa, designando uma localidade específica, na década de 20, o vocábulo passou a ser utilizado com letra minúscula devido ao uso generalista que a palavra passou a ter, denominando todas as aglutinações de construções precárias que surgiam na cidade, frequentemente nos morros, em terrenos privados e sem prévia autorização do governo. (ABREU, 1994, p. 40).

Vale destacar que a maioria da população que habitava as favelas era proveniente dos cortiços, ex-escravos ou imigrantes pobres que vieram à cidade em busca de emprego. Volto a ressaltar que os moradores desses locais eram vistos pela “sociedade” como, principalmente, vadios, vagabundos e criminosos. Dessa forma, as favelas carregam esses significados de desordem e perigo.

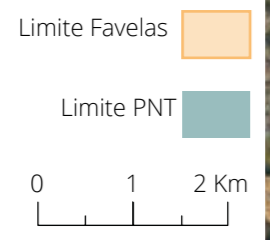
Devido a progressiva identificação dessas regiões como problemas urbanos e sociais, no início da década de 40, realizado pelo governo, é feito um censo com o objetivo de mapear essas áreas, quantificar o número de casas, além de detalhes da vida social e econômica de seus moradores. (SILVA apud MOURA, 2005, p. 88) Esses dados tinham como objetivo o cadastramento dos habitantes para uma futura remoção das favelas em direção à parques proletários construídos pelo governo. (ABREU, 1994)

A movimentação do governo em busca pela remoção das comunidades da paisagem carioca, tangibilizou aos moradores a importância desses espaços, levando-os a se reorganizarem. Esse momento marcou as novas relações entre os favelados e os integrantes dos setores públicos e privados dentro do processo de despejo e demolição. Em face ao processo de luta por afirmação, os moradores se organizaram

e resolveram a situação através da compra das terras. “Estamos ainda em condições de favelados, mas, proprietários” (VIEIRA, 2013).

Se por um lado os moradores das favelas foram pressionados a se deslocar e ocupar os morros, se posicionando à margem da “sociedade”, por outro lado, a partir de 1961 com a criação do Parque Nacional da Tijuca, com área que abrange o que antes chamávamos de Florestas Protetoras criadas por Dom Pedro II para proteger as nascentes de água que abasteciam a cidade, eles se depararam com outro limite.





Mapa 2



Mapa 4



Mapa 3



Mapa 5



## A QUESTÃO FAVELA PARQUE PLANO DE MANEJO E ZONEAMENTO PNT

A gestão de uma unidade de conservação é baseada em um planejamento formulado a partir de bases técnicas e científicas que a norteie. Este documento é intitulado plano de manejo. No Brasil este registro foi estabelecido para os parques nacionais por meio do Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979. Porém a sua obrigatoriedade de elaboração para as unidades de conservação só se concretizou a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

A Lei qualifica o plano de manejo (PM) como o:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.

Segundo esta mesma lei, o parque nacional, uma unidade de proteção integral, tem como objetivos preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvendo atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação, de proteção e operacionalização, dentre outras.

Criado pelo governo federal por meio do Decreto nº 50.923, em 06 de julho de 1961, o Parque Nacional do Rio de Janeiro protegia as florestas de domínio público da Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca. Neste momento, constituía-se em três áreas separadas entre si por vias de circulação e edificações pertencentes à cidade do Rio de Janeiro. Em 1967, o Decreto Federal nº 60.183 (Anexo I), alterou o nome da unidade para Parque Nacional da Tijuca, cuja área aproximada era de 3.200 há.

Já em 2004, a partir de um novo Decreto s/nº, de 03 de junho (Anexo II), modifica-se a superfície da reserva para 3.953 ha, acrescentando o Parque Laje, lindeiro ao Setor Serra da Carioca, e um novo Setor, constituído pela Serra dos Pretos-Forros/Covanca.

O primeiro Plano de Manejo elaborado para o Parque Nacional da Tijuca foi feito em 1981 pela equipe do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com colaboração do antigo Departamento de Conservação Ambiental da Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA) e de cientistas contratados pela Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). Este documento estava organizado em quatro capítulos, dos quais os dois primeiros continham o diagnóstico ambiental e cultural da área nos contextos nacional, regional e local. Os últimos dois capítulos descreviam as ações de manejo, de desenvolvimento e implementação das mesmas.

Em 1995, o IplanRio realizou um estudo do Parque no qual continha o diagnóstico do meio físico, biótico, antrópico e dos processos de degradação. O principal objetivo era avaliar as condições existentes e formular propostas de recuperação ambiental, destacando a necessidade de implementação de um programa de educação ambiental.

O Instituto de Estudos da Religião (ISER) em parceria com o PARNA Tijuca, entre os anos de 1998 e 1999, realizaram a “Proposta de um Modelo de Gestão Participativa para o Parque Nacional da Tijuca”, com recursos do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO). A meta era se debruçar sobre a gestão do Parque propondo procedimentos para o desenvolvimento de parcerias que tornassem mais eficaz e descentralizada a sua gestão. Deste registro se obteve um excelente diagnóstico, com informações sobre fauna, flora, uso público e uma avaliação sobre a efetividade dos serviços prestados, a infraestrutura existente,

as ações de manutenção e proteção praticadas e a questão da ocupação humana em seu interior e entorno.

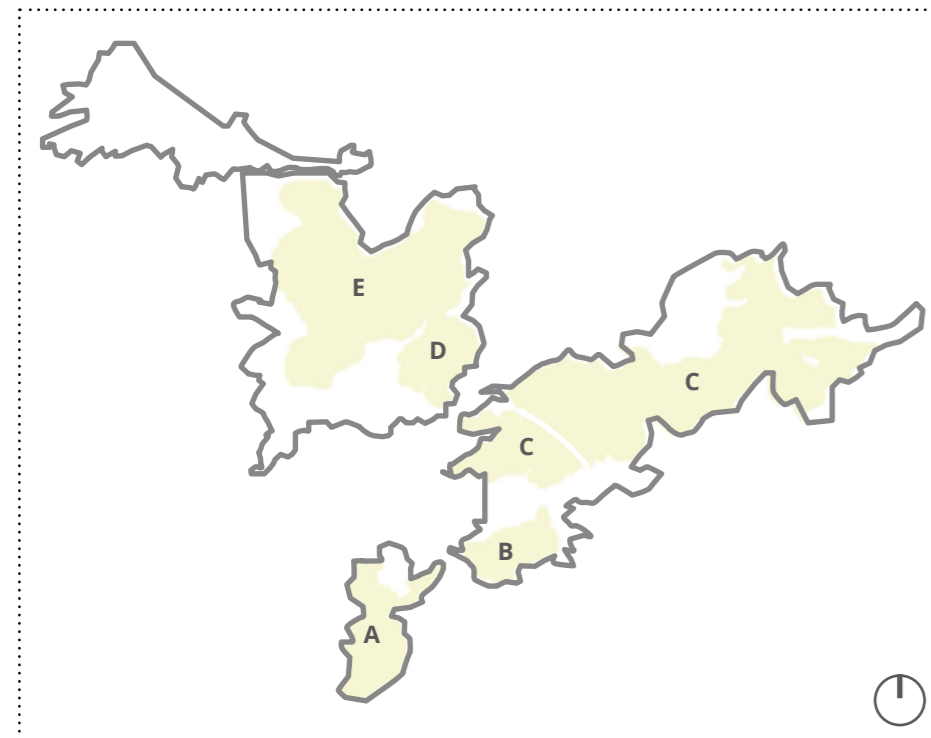
Em junho de 2008, pela portaria nº 40, é aprovado novo plano de manejo para o Parque, o qual permanece atualizado, porém com diversas ações previstas não implementadas devido a entraves de ordem operacional ou financeira, demandando execução ainda hoje.

A concepção do zoneamento do Parque Nacional da Tijuca teve como base inicial o estabelecido pelo Plano de Manejo de 1981, o qual foi aperfeiçoado conforme subsídios técnicos decorrentes das etapas de revisão do plano de manejo e a evolução das bases cartográficas disponíveis, as quais permitiram a definição geográfica de cada zona estabelecida.

<b>Zona</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% da área 2008</b>	<b>% da área 1981</b>
Primitiva	1911,12	48,29	18,28
Uso Extensivo	152,27	3,85	1,19
Histórico-Cultural	59,27	1,5	0,47
Uso Intensivo	241,76	6,11	9,72
Uso especial	13,95	0,35	1,62
Recuperação	1493,76	37,74	68,72
Uso Conflitante	80,62	2,04	-
Ocupação Temporária	5,22	0,13	-

Tabela 1





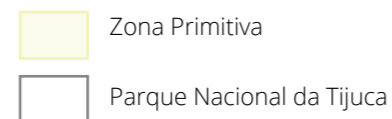
Mapa 6

### Definição

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Pelas características do Parque Nacional da Tijuca esta é a zona que abrange as áreas mais conservadas sendo, portanto, a zona de uso mais restritivo.

### Objetivo Geral

O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural, possibilitando a conservação de espécies de fauna e flora de grande importância e valor científico e aspectos físicos, históricos e culturais relevantes e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e formas primitivas de recreação e lazer.



Segmentos:  
A - Pedra da Gávea  
B - Cochrane  
C - Serra da Carioca  
D - Pedra do Conde  
E - Floresta da Tijuca

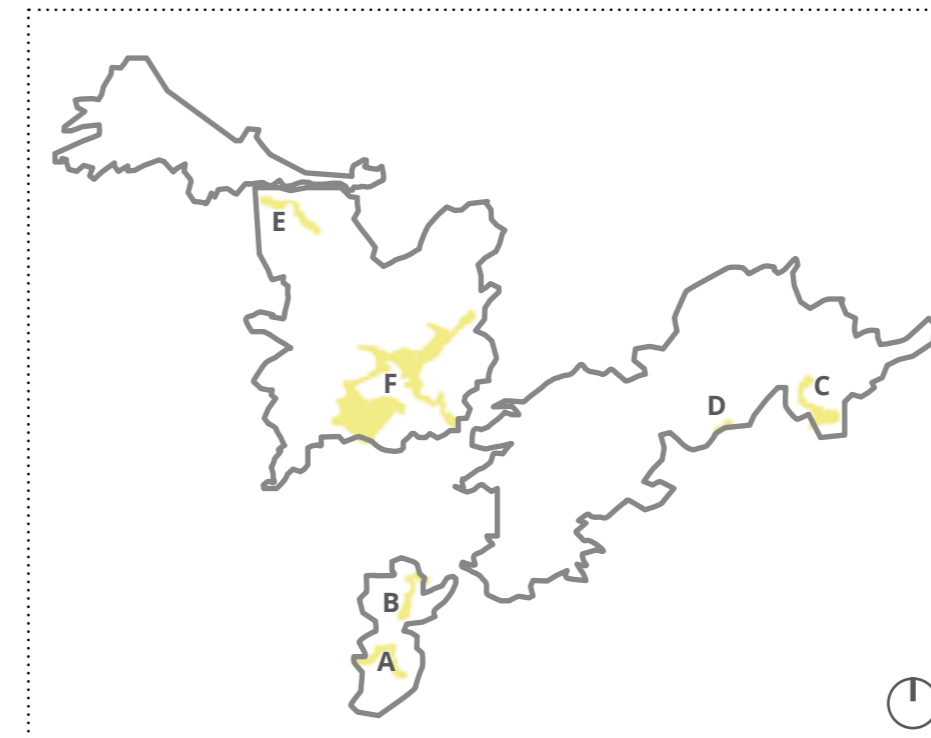
**Segmento Pedra da Gávea** – Situado no setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea, abrange toda a área da Pedra da Gávea (com exceção do cume e da trilha de acesso), Pedra da Agulhinha e parte inferior da Pedra Bonita.

**Segmento Cochrane** – Situado no setor Serra da Carioca, abrange os cumes dos Morros do Cochrane e das Andorinhas, a partir da cota altimétrica de 500m, exceto em sua vertente leste, onde acompanha a cota de 550m.

**Segmento Serra da Carioca** – Abrange os morros da Freira, da Boa Vista, Morro Queimado, Mata do Pai Ricardo, Morro Sete Quedas e Pedra do Cão, Vale do Rio Cabeça, Pedra do Sapo, matas do Sopé do Corcovado, Alto da Coroa, Serra da Formiga, Vale do Rio Paineiras, afloramentos rochosos voltados para Tijuca e bacia do Riacho do Pico da Carioca.

**Segmento Pedra do Conde** – Situado no setor Floresta da Tijuca, abrange a área do Pico do Conde e Morro da Pedra da Caixa, nascentes dos rios Maracanã e do Conde e Riacho Caranguejo, limitando-se a oeste pela zona de uso extensivo da Estrada do Excelsior.

**Segmento Floresta da Tijuca** – Abrange a área dos Picos da Tijuca, Cocanha, Papagaio e João Antônio, parte alta da bacia do Rio dos Ciganos e dos Perdidos, morros do Archer, do Cavalo e da Caveira, Vale Sombrio e do Excelsior.



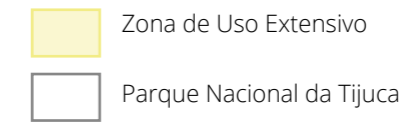
Mapa 7

### Definição

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo.

### Objetivo Geral

Manter ambientes naturais com o mínimo impacto humano e promover a educação ambiental, a pesquisa científica e a recreação, oferecendo facilidades para acesso do público, com atividades de visitação e lazer compatível com a proteção do ambiente natural.



Segmentos:  
A - Pedra da Gávea  
B - Pedra Bonita  
C - Parque Laje  
D - Cachoeira do Primatas  
E - Parque dos Ciganos  
F - Floresta da Tijuca

**Segmento Pedra da Gávea** – Situado no setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea, abrange a trilha de acesso à Pedra da Gávea em uma faixa de 10m para cada lado do eixo da trilha e uma área com cerca de 3,5ha do seu cume.

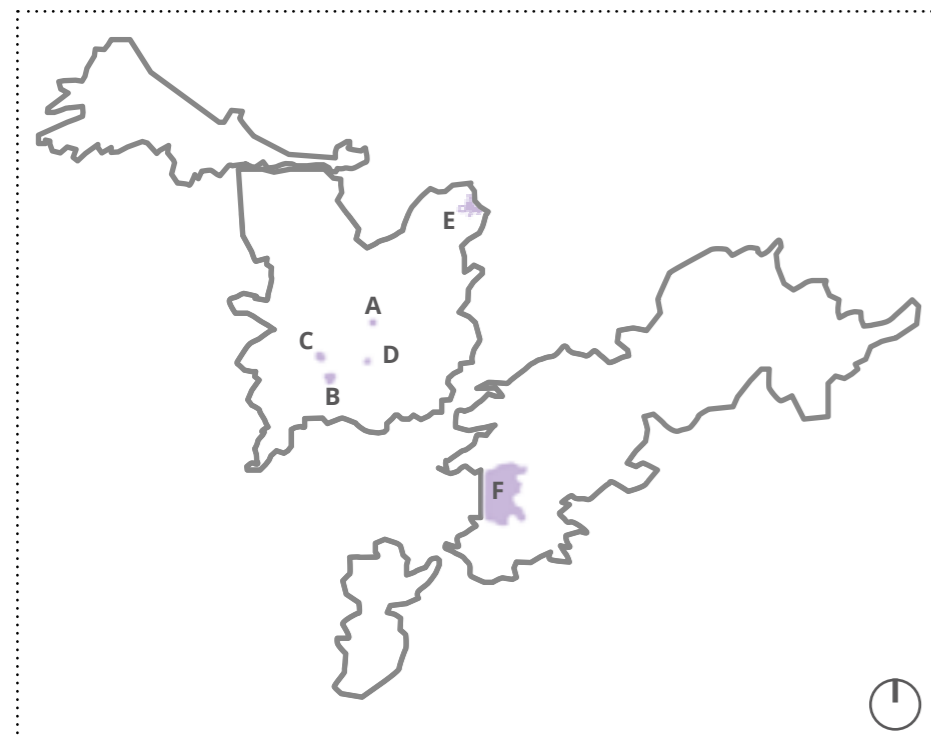
**Segmento Pedra Bonita** – Situado no setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea, abrange a trilha de acesso à Pedra Bonita em uma faixa de 5 metros para cada lado do eixo da trilha e uma área de cerca de 1,3ha do seu cume.

**Segmento Parque Laje** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange uma faixa situada entre as cotas altimétricas de 50 e 100m do talude do Morro do Corcovado estendendo-se ainda em uma faixa de 5m para cada lado do eixo da trilha de acesso ao Corcovado até encontrar a sua zona de uso intensivo do Corcovado.

**Segmento Cachoeira dos Primatas** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange uma faixa de 5 metros para cada lado do eixo da trilha da Cachoeira dos Primatas, desde o ponto em que esta adentra o Parque até a cachoeira em si em uma extensão de cerca de 350m.

**Segmento Represa dos Ciganos** - Situado no setor Floresta da Tijuca, compreende uma faixa de cerca de 50m para cada lado da estrada que leva a Represa dos Ciganos em uma extensão de cerca de 1.300m.

**Segmento Floresta da Tijuca** - Situado no setor Floresta da Tijuca, compreende todo o contorno da zona de uso intensivo deste setor e uma faixa com 30m de largura ao longo da Estrada do Excelsior, limitando-se ainda com a zona de recuperação localizada a sudoeste e com a zona primitiva a nordeste.



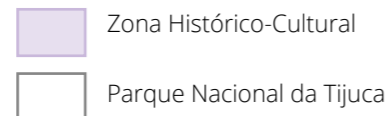
Mapa 8

### Definição

Esta zona engloba sítios de relevância histórica abertos à visitação pública.

### Objetivo Geral

O objetivo geral da zona histórico-cultural é a conservação, interpretação e visitação ao patrimônio histórico-cultural da unidade em harmonia com o meio ambiente.



Segmentos:  
 A - Sítio do Midosi  
 B - A Fazenda  
 C - Ruínas do Humaitá  
 D - Os Esquilos  
 E - Vila Rica  
 F - Ruínas do Mocke

**Segmento Sítio do Midosi** - Situado no setor Floresta da Tijuca, abrange o atual Restaurante Floresta e as Ruínas do Midosi.

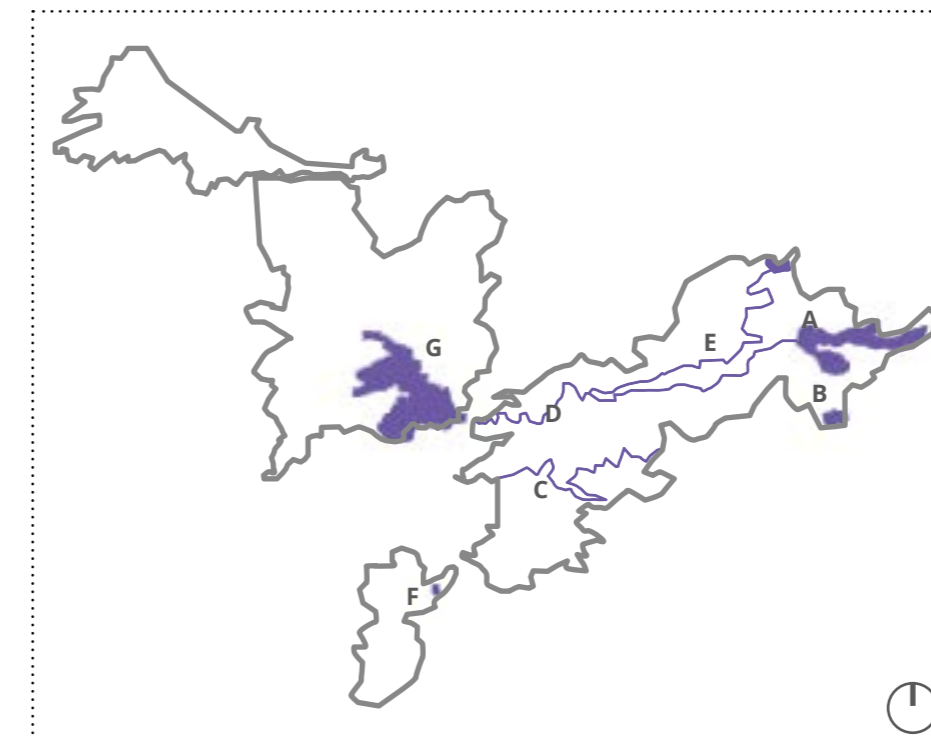
**Segmento A Fazenda** - Situado no setor Floresta da Tijuca, abrange as ruínas da antiga Fazenda do Visconde de Asseca e o Bosque dos Eucaliptos.

**Segmento Ruínas do Humaitá** - Situado no setor Floresta da Tijuca, abrange a área do sítio conhecido como Ruínas do Humaitá.

**Segmento Os Esquilos** - Situado no setor Floresta da Tijuca, abrange a área do atual Restaurante "Os Esquilos".

**Segmento Vila Rica** - Situado no setor Floresta da Tijuca, tem início a partir do final da rua Marianópolis, no bairro do Grajaú, abrangendo uma área de cerca de 17ha em torno das ruínas da sede da Fazenda Vila Rica.

**Segmento Ruínas do Mocke** - Situado no setor Serra da Carioca, inicia no Portão Passo de Pedras, junto ao limite do Parque Nacional, acompanha a Estrada da Vista Chinesa até à cota altimétrica de 425m, seguindo por esta até o ponto de coordenada E=677808, N=7457934 onde segue em linha reta até o ponto de coordenada UTM E=677638, N=7458007 junto ao limite do Parque, retornando daí até o ponto inicial.



Mapa 9

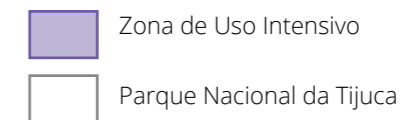
### Definição

É aquela constituída por áreas naturais ou alterada pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter dentre outros centros de visitantes, lanchonetes, restaurantes, sanitários e outras facilidades e serviços voltados ao uso público.

### Objetivo Geral

O objetivo geral do manejo é facilitar a visitação, a recreação e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente.

**Segmento Corcovado** - Situado no setor Serra da Carioca, engloba a área do cume do morro do Corcovado a partir da cota altimétrica de 575m, bem como suas vias de acesso. Engloba também o Morro do Inglês, o Morro Dona Marta e estradas de acesso e áreas que interligam estes morros, perfazendo uma área aproximada de 73ha.



Segmentos:  
 A - Corcovado  
 B - Parque Lage  
 C - Vista Chinesa  
 D - Redentor  
 E - Sumaré  
 F - Pedra Bonita  
 G - Floresta da Tijuca

**Segmento Parque Lage** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange a área do Parque Lage desde o seu limite na Rua Jardim Botânico até a cota altimétrica de 50m.

**Segmento Vista Chinesa** - Situada no setor Serra da Carioca, abrange as Estradas Dona Castorina e Vista Chinesa em uma faixa de 5m para cada lado e os mirantes Vista Chinesa e Mesa do Imperado bem como a Cachoeira do Quebra.

**Segmento Redentor** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange a Estrada do Redentor em uma faixa de 5m desde o limite da unidade junto ao Portão Sapucaia até encontrar a Estrada das Paineiras.

**Segmento Sumaré** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange a Estrada do Sumaré em uma faixa de 5m desde a confluência com a Estrada do Redentor até o limite da unidade junto ao Portão Sumaré.

**Segmento Pedra Bonita** - Situado no setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea, compreende uma área de 1,3ha onde estão inseridas as áreas da Rampa de vôo livre e seu acesso à área de estacionamento e montagem de equipamentos.

**Segmento Floresta da Tijuca** - Situado no setor Floresta da Tijuca engloba as áreas de uso público, Cascatinha, Capela e Largo do Mayrink, Meu Recanto, atual Centro de Visitantes Floresta, Recanto do Tai Chi Chuan, Lago das Fadas, Bom Retiro, Vista do Almirante, Recanto Paulo e Virgínia, Fonte do Humaitá, Mirante da Palmira, Jardim dos Manacás e Açude da Solidão. Inclui ainda as vias de acesso a estes atrativos bem como a estrada de acesso à Fazenda.





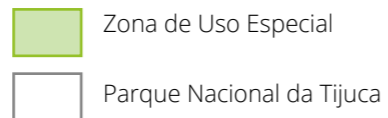
Mapa 10

### Definição

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, sede, oficinas, Centro de Operações e outros. Estas áreas devem ser escolhidas e controladas de forma a não conflitem com o caráter natural da UC, devendo localizar-se, sempre que possível, na sua periferia.

### Objetivo Geral

O objetivo geral do manejo é minimizar o impacto da implantação e manutenção das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade, subsidiando as atividades administrativas, de proteção e operacionalização do Parque.



Segmentos:  
 A - Largo do Mayrinck  
 B - Barracão  
 C - Casa do Pesquisador  
 D - A Solidão  
 E - Açude  
 F - COMLURB  
 G - Edson Passos  
 H - Almirante Alexandrino

**Segmento Largo da Mayrink** - Situado no setor Floresta da Tijuca, engloba as residências funcionais situadas atrás do Largo da Mayrink.

**Segmento Barracão** - Situado no setor Floresta da Tijuca, engloba a sede administrativa do Parque Nacional da Tijuca.

**Segmento Casa do Pesquisador** - Situado no setor Floresta da Tijuca, engloba a Casa do Pesquisador e a residência funcional anexa.

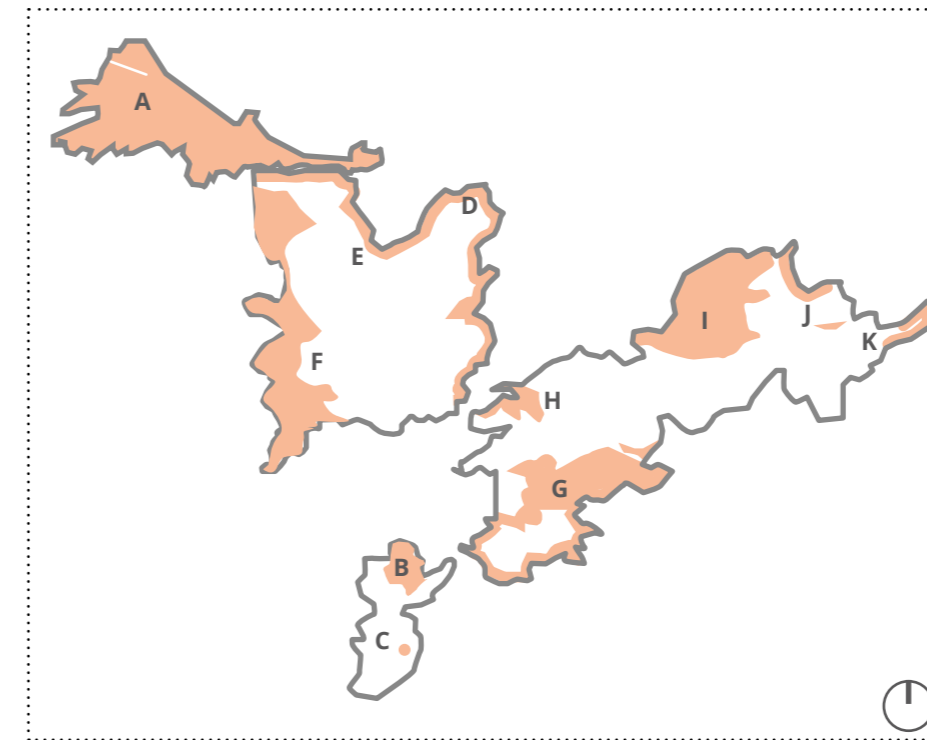
**Segmento A Solidão** - Situado no setor Floresta da Tijuca, engloba a antiga residência do Barão do Bom Retiro junto à Estrada da Solidão, imóvel também denominado de Hípica.

**Segmento Açude** - Situado no setor Floresta da Tijuca, junto ao portão de saída do Parque, engloba a área atualmente ocupada pelo viveiro, Casa do Açude e as residências situadas na Estrada do Açude.

**Segmento COMLURB** - Situado no setor Floresta da Tijuca, engloba a área atualmente ocupada pela COMLURB junto à Estrada do Açude.

**Segmento Edson Passos** - Situado no setor Serra da Carioca, compreende uma faixa de 25m de largura junto à área em que o limite do Parque coincide com a Avenida Edson Passos.

**Segmento Almirante Alexandrino** - Engloba uma faixa de 50m de largura ao longo do limitado Parque junto à Rua Almirante Alexandrino. Inicia-se no imóvel atualmente ocupado pela CEDAE junto ao Rio Carioca e segue por esta faixa até os fundos do Clube Lagoinha.



Mapa 11

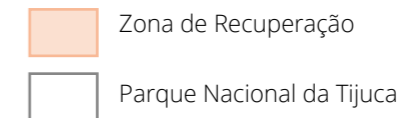
### Definição

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. É uma zona provisória, pois, uma vez restaurada, será incorporada a uma das zonas permanentes da UC.

### Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos e restaurar áreas antropizadas do Parque. Esta zona permite uso público somente voltado para a educação.

**Segmento Covanca** - Situado no setor Petros Forros/Covanca, abrangendo toda a área do setor com exceção das zonas definidas como de uso conflitante.



Segmentos:  
 A - Covanca  
 B - Pedra Bonita  
 C - Pedra da Gávea  
 D - Borel  
 E - Morro do Elefante  
 F - Jacarepaguá  
 G - Vista Chinesa  
 H - Redentor  
 I - Trapicheiros  
 J - Santa Teresa  
 K - D. Marta

**Segmento Pedra Bonita** - Abrange a área do morro do Chapecó e áreas elevadas da Pedra Bonita, com exceção do cume e da trilha de acesso a este que são classificadas como zona de uso extensivo.

**Segmento Pedra da Gávea** - Abrange uma pequena área de cerca de 3ha voltada para a vertente leste da Pedra desde a zona de uso extensivo do cume até a cota altimétrica de 665m.

**Segmento Borel** - Compreende uma faixa desde o sopé do Morro do Alto da Bandeira entre a cota altimétrica de 500m, seguindo paralelamente ao limite do Parque, englobando ainda os morros do Anhangüera e do Felizardo e pelos limites do Parque em uma faixa de 100m de largura até o Morro do Perdido, onde se limita com a zona de uso conflitante definida em função da linha de transmissão de energia existente.

**Segmento Morro do Elefante** - Engloba uma faixa de cerca de cem metros de largura a partir dos limites do Parque ao longo da cumeada do Morro do Elefante até a Garganta do Matheus.

**Segmento Jacarepaguá** - Engloba o Morro da Taquara e vertente oeste dos morros da Cocanha, Papagaio até o Pico João Antônio, onde desce acompanhando o Riacho João Antônio, segue até o Pico João Castro, incluindo ainda o do Thedim, o vale do Riacho Olho d`água e a porção norte do vale do Rio Fortaleza.

**Segmento Vista Chinesa** - Compreende áreas da vertente sul da Serra da Carioca desde o limite do Parque nas encostas do Morro do Cochrane até a cota altimétrica de 500m deste morro, limitando-se ainda pelo segmento da zona históricocultural do Mocke. Inclui ainda a bacia do Rio dos Macacos em um trecho de 30m de largura entre a Mesa do Imperador e o Portão dos Macacos, a partir da zona de uso intensivo ao longo da Estrada Dona Castorina.

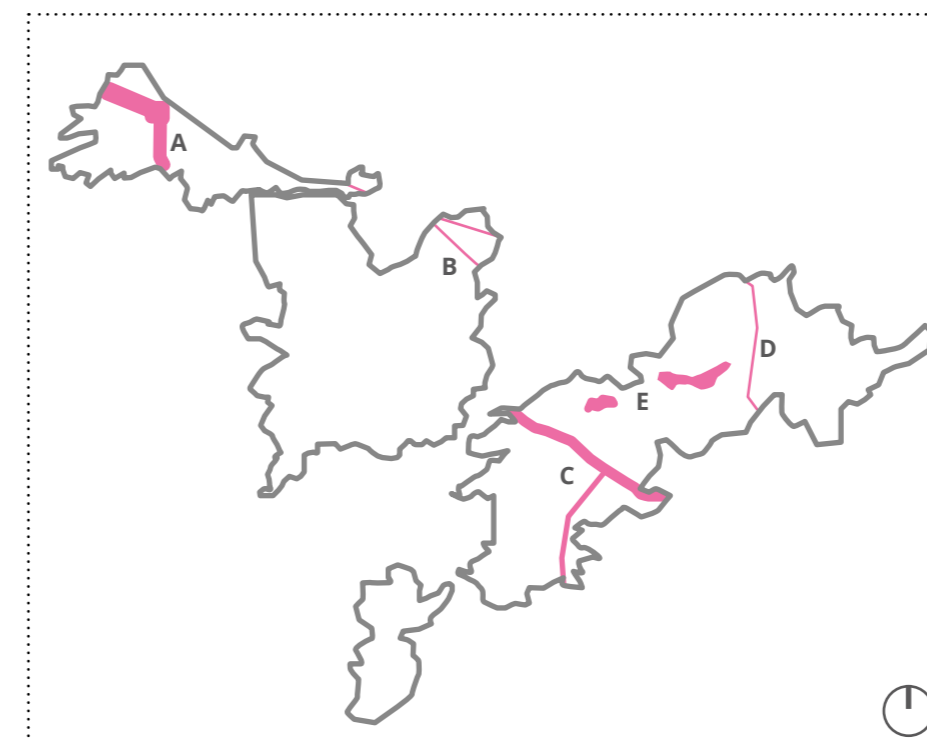
**Segmento Redentor** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange toda a área compreendida entre a zona de uso especial junto ao limite do Parque na Avenida Edson Passos e a zona de uso intensivo da Estrada do Redentor. Limita-se a leste pela zona de uso conflitante prevista na projeção da linha de transmissão da Light que atravessa a Serra da Carioca.

**Segmento Trapicheiros** - Situado no setor Serra da Carioca, engloba toda a bacia do rio Trapicheiros, desde os limites do Parque até a estrada do Sumaré, excluindo a área das antenas do Alto do Sumaré classificada como zona de uso conflitante.

**Segmento Santa Teresa** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange dois trechos, o primeiro inicia-se junto ao Portão Sumaré e acompanha o limite do Parque até próximo ao Clube Lagoinha. O segundo trecho compreende uma área de cerca de 6ha entre a margem esquerda do Rio Carioca e o sopé do Morro do Alto da Coroa.

**Segmento Dona Marta** - Situado no setor Serra da Carioca, engloba a área

compreendida entre o segmento Corcovado da zona de uso intensivo no topo do morro Dona Marta e o limite da UC, no sopé deste mesmo morro.



■ Zona de Uso Conflitante  
□ Parque Nacional da Tijuca

Segmentos:  
A - Covanca  
B - Pedra Bonita  
C - Pedra da Gávea  
D - Borel  
E - Morro do Elefante  
F - Jacarepaguá  
G - Vista Chinesa  
H - Redentor  
I - Trapicheiros  
J - Santa Teresa  
K - D. Marta

**Segmento Covanca** - Situado no setor Pretos Forros/Covanca, engloba a cumeada do Morro do Careca a partir da cota altimétrica de 300m e a partir daí em uma faixa de cerca de 100m até o limite do Parque em rumo noroeste. A partir do Morro do Careca em uma faixa de 20m em rumo sul, sempre acompanhando a projeção das linhas de transmissão de energia existentes no setor. Compreende ainda uma faixa de cerca de 20m de largura e 530m de extensão próximo a Cabana da Serra.

**Segmento Floresta** - se constitui de duas faixas praticamente paralelas com cerca de 20m de largura ao sul do Pico do Perdido.

**Segmento Carioca** - Situado no setor Serra da Carioca, engloba dois trechos, o primeiro em uma faixa de cerca de 100m que se inicia a partir da subestação da Light existente no interior do Jardim Botânico, passando pelo Rio dos Macacos, Rio Pai Ricardo, cruza o divisor de águas da Serra da Carioca junto ao Morro Queimado e chega a Avenida Edson Passos. O segundo trecho constitui-se de faixa de cerca de 25m que acompanha a faixa da linha de transmissão existente que se inicia no bairro de São Conrado, adentrado ao Parque nas encostas do Morro do Cochrane, passa pelo Morro da Ponta das Andorinhas, cruza a Estrada da Vista Chinesa e encontra o segmento

Mapa 12

### Definição

A zona de uso conflitante é constituída por espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens.

### Objetivo Geral

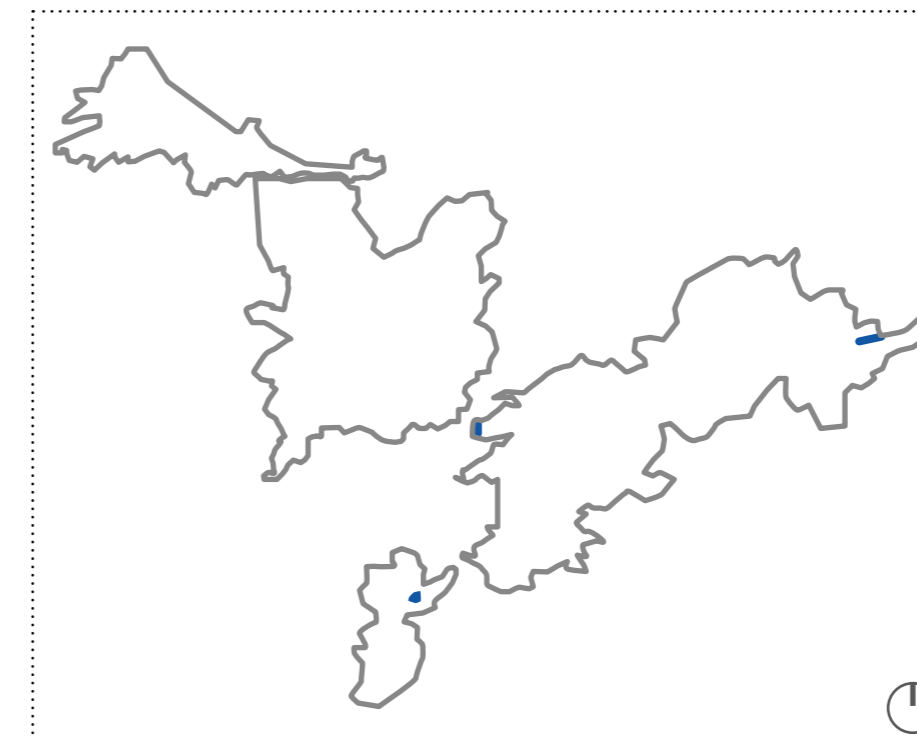
Contemporizar a situação existente estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC.





descrito acima próximo ao Morro Queimado.

**Segmento Paineiras** - Situado no setor Serra da Carioca, cruza a serra em uma faixa de cerca de 20m desde a bacia do Rio Cabeça, passando pela Pedra do Cão, cruza a Estrada das Paineiras, a Estrada do Sumaré, a nascente do Rio Paineiras, a Serra da Formiga, o Mirante do Barro Branco até encontrar novamente o limite do Parque no Morro dos Trapicheiros.

**Segmento Sumaré** - Situado no setor Serra da Carioca, engloba dois trechos, o primeiro compreende a estrada de acesso desde a confluência com a Estrada do Sumaré até o topo do morro, limitando-se pela cota altimétrica de 660m perfazendo uma área total de 3,7ha. O segundo trecho compreende a Estrada Roquete Pinto e o Pico da Carioca, circundando este pela cota altimétrica de 725m e o Morro do Alto do Sumaré circundando este pela cota altimétrica de 710m.



 Zona de Ocupação Temporária  
 Parque Nacional da Tijuca

Segmentos:  
A - Silvestre  
B - Redentor  
C - Pedra Bonita

**Segmento Silvestre** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange a área do antigo Restaurante Silvestre.

**Segmento Redentor** - Situado no setor Serra da Carioca, abrange pequena área de 0,7ha no início da Estrada do Redentor.

**Segmento Pedra Bonita** - Situado no setor Pedra Bonita/Pedra da Gávea, engloba área limitada ao sul pela cota altimétrica de 450m e ao norte pela zona de uso intensivo da rampa da Pedra Bonita e a oeste pela zona de recuperação deste setor.

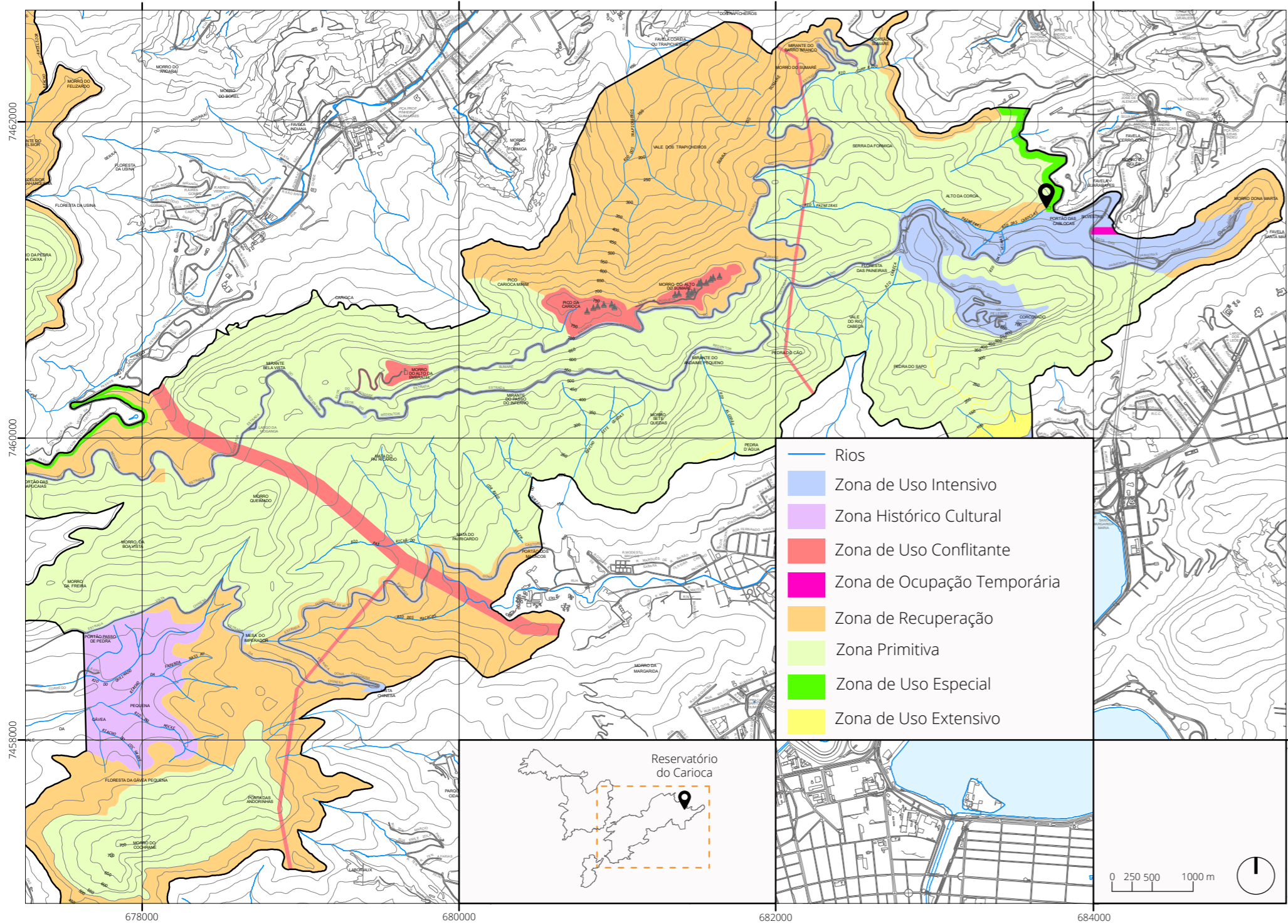
Mapa 13

#### Definição

São áreas dentro da Unidade de Conservação onde ocorrem concentrações humanas residentes e suas respectivas áreas de uso. É uma zona provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes.

#### Objetivo Geral

Garantir o mínimo impacto nas áreas ocupadas por residências até a regularização da situação dominial.







## QUESTÕES PARA A ARQUITETURA



## QUESTÕES PARA A ARQUITETURA O PATRIMÔNIO E O TERRITÓRIO

Ao se falar de patrimônio e território no Brasil, esbarra-se, principalmente, em questões ortodoxas de história e geografia, as quais podem levar a uma simplificação do entendimento dos espaços e seus sentidos, em oposição aqui a significado, àquele que reduz suas definições a características pré-determinadas. Dessa forma, antes de se pensar o projeto, compreende-se como crucial o entendimento e o pensamento que cercam a noção de Patrimônio no Brasil, seus aspectos fundadores e suas consequências para a formação de identidades nacionais.

Ligado diretamente a uma memória social, a prática de preservação e restauro são responsáveis por configurar consciências coletivas dos corpos sociais a partir do entendimento do que se escolhe ou não resgatar. Assim sendo, o ato de preservar ou restaurar não está ligado unicamente ao objeto arquitetônico e/ou artístico, mas também a construção da consciência de pertencimento do sujeito dentro de um espaço-tempo.

Nessa perspectiva, a relevância desta discussão para o desenvolvimento do trabalho consiste na crítica ao processo de construção dos espaços a partir de uma lógica tradicional ortodoxa para agenciamento de resoluções de conflitos. De forma específica, dentro do contexto brasileiro, questiona-se para quem e por quem estas decisões foram tomadas ao longo dos anos.

Ligadas a uma origem colonial, as noções primárias do Patrimônio brasileiro trouxeram consigo diversos conceitos europeus de conservação e restauro. Retornando o embate apresentado por Ruskin, atrelado ao ideal anti-intervencionista, e Viollet-le-Duc, com propostas de um restauro estilístico, a concepção de patrimônio é transformada de uma compreensão exclusiva de arquitetura para então alcançar conceitos de patrimônio urbano, que carrega em si relações do objeto com a cidade e seus cidadãos.

Cabe destacar aqui, as contribuições de Françoise Choay para a compreensão da evolução do conceito de patrimônio e a identificação e construção do patrimônio cultural, nascido das Revoluções Industrial e Francesa. É importante ressaltar aqui, diante da presença do Parque como elemento da discussão, que este processo histórico e conceitos não são alheios ao turismo, na verdade estão intimamente interligados. Acrescenta-se os subsídios de Cesare Brandi, como crítico da visão reducionista moderna e defensor do restauro crítico, pregando uma análise histórica ao mesmo tempo em que reestabelece uso de acordo com as necessidades contemporâneas, e das Declarações do México (1982) e Québec (2008).

Em oposição ao movimento Moderno, desenvolvimentista, o ideal de Patrimônio chega ao Brasil, já defasado. Verifica-se essa contradição na implantação de uma legislação de tutela do patrimônio cultural com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1934 (ALMEIDA, 2010). Nesse momento se inicia dentro do campo da arquitetura, uma legitimação do processo social de exclusão e abandono dos patrimônios das demais culturas existentes no país.

Quando se percebe que a construção cultural do Brasil resulta da presença de três culturas extremamente complexas e distintas, na qual uma delas irá compor os valores dentro de uma lógica evolutivo social estereotipada, reconhece-se que todas as memórias e construções sociais das populações negras e indígenas possuem caráter acessório e residual. Assim sendo, a imagem que se pretendia construir do país, acaba por excluir de grande parcela da população, seus antepassados históricos.

Começa a se desenhar no cenário nacional uma mudança de

conceitos e práticas de preservação dos patrimônios culturais a partir da segunda metade do século XX, quando se vê sendo debatido pelas ciências sociais a conceituação de cultura. A partir de então, não mais ligada somente à objetos materiais e concretos, passa a se conectar a questões intangíveis dos mesmos.

A construção de patrimônio brasileiro e a garantia do direito à cidadania para esses povos, realizam-se somente após diversas tentativas nas décadas 70 e 80 que culminam na reformulação e inclusão do novo conceito de Patrimônio Cultural na Constituição Federal de 88.

Dentro de uma mesma análise contemporânea e crítica, propõe-se entender a cidade através do afrouxamento das fronteiras e do deslocamento de identidades, o que não significa desconsiderá-las, mas sim percebê-las em relação. Para além da proposta de flexibilização de conceitos como território, fronteira, identidade e lugar, trata-se de pensar o espaço urbano como palco de entrecruzamento de sujeitos. Chama-se atenção aqui para a impossibilidade de desenhar práticas cotidianas a partir de um espaço enclausurado, fixo e supostamente homogêneo, e sugere debruçar-se sobre a experiência urbana dos cidadãos em suas variadas escalas e dimensões (ARANTES, 2000).

A noção de transversalidade, criada por Guattari (1996) e muito utilizada em análise institucional, representa a clareza que se tem dos entrecruzamentos, das pertencas e referências de todos os tipos (político, econômico, social, cultural, sexual, libidinal, etc.) que atravessam nossas vidas. As relações transversais são, em geral, inconscientes, não sabidas e desconhecidas. (Amim, 1999, p.34)



A partir dessa caracterização passa a se questionar não mais o que é a cidade, mas o que faz a cidade. A noção de território se refere a determinados campos da rede social nos quais a subjetividade se encontra investida em fluxos sociais, políticos, econômicos, geoespaciais e temporais. O território nos remete à mobilidade destes investimentos. Diz-se que o sujeito está territorializado, desterritorializado ou em um processo de reterritorialização. Neste sentido, a reterritorialização produz subjetividades capazes de gerir processos de singularização subjetiva, que não vão confinar as diferentes categorias sociais no esquadriçamento dominante do poder. (DELEUZE, GUATTARI, 1997)

Para a questão patrimonial brasileira, a importância de se entender a construção dos territórios, é desenvolver a capacidade de subverter uma política oficial de hierarquização cultural e social. É ser capaz de viabilizar a polissemia dos espaços, trazendo à tona conhecimento e memória coletiva das diversas manifestações e organizações culturais. Dentro do âmbito projetual, ela propõe um outro olhar do arquiteto detentor de conhecimento, mas parte de um processo participativo e receptivo.

[...] a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade tematizados pela antropologia clássica.

*Antonio Arantes, pág. 106, Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público, 2000*

## \_\_QUESTÕES PARA A ARQUITETURA CIDADE E NATUREZA

Um desafio posto há muito tempo e agudo na evolução da cidade do Rio de Janeiro, foi o desenvolvimento de um planejamento urbano que atendesse à questões ambientais específicas. Verifica-se ao longo dos anos a desconsideração dos processos naturais na cidade, levando a diversas crises no abastecimento de água, deslizamentos nas encostas, inundações e poluição dos rios e baías.

A partir da reflexão sobre a escala, tanto do parque quanto da cidade que se desenrola ao seu redor, e do entendimento das capacidades e limitações deste trabalho, visualiza-se que pequenas propostas se mostram mais viáveis, manejáveis e mais adaptáveis às necessidades e valores locais. Entende-se nesse contexto, de extrema importância agenciar a natureza aos propósitos humanos, não colocando-a em segundo plano e assimilando seus limites no processo de conformação os empreendimentos citadinos.

Dentro dessa perspectiva, pode-se pontuar que a mutabilidade de civilizações e governos, tradições e políticas, são aspectos menos duradouros que o ambiente natural de cada cidade, que tem potencial de se consolidar como estrutura duradoura na qual atua a comunidade humana. Os ambientes naturais de uma cidade em conjunto com sua forma urbana, registram a interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo, contribuindo para a construção da identidade única de cada comunidade. (SPIRN, 1995)

A partir dessa reflexão, entende-se que o ecossistema atual é muito diferente daquele existente anteriormente à cidade, produto das interações das atividades humanas com o ambiente natural. O crescimento em tamanho e densidade das cidades e suas consequências nas camadas de ar, solo e água, impactam diretamente na vida local e regional dos sujeitos, afetando seu bem-estar. Esse sistema se conforma com uma

grande importação de processos extrativistas, criando através de ações culturais humanas um ambiente completamente diferente da natureza intocada, ainda que ligada a esta por fluxos de processos naturais e comuns.

O ambiente natural da cidade do Rio de Janeiro, diferente talvez de outros cenários urbanos, sempre foi elemento marcante da paisagem, porém essa percepção da natureza não levou a uma integração desses dois elementos, mas sim a uma postura ornamentária diante do primeiro. Dessa forma, observamos na cidade, retalhos remanescentes desses ecossistemas naturais em meio a constelações urbanas, desconectados.

A partir da reflexão desses macrotemas presentes e expostos nesse trabalho através da relação do Parque com as comunidades do entorno, a primeira questão que se pôs foi como a arquitetura seria capaz de oferecer uma resposta para essas demandas específicas. Compreender os processos do sistema social e os processos do sistema natural em conjunto, revela-se como um dos desafios desse projeto.

As questões aqui postas ofereceram-se como meio para retornar e reafirmar práticas arquitetônicas já discutidas, porém não aplicadas. A qual reconhece e coloca o sujeito como pensador ativo na abordagem de propostas no seu entorno e encaram a cidade, a floresta e a favela como um sistema único e em evolução, interligados através de processos naturais e dos interesses econômicos e sociais humanos.

Como prática, significa empenhar-se em remodelar o ambiente físico da cidade, o qual é terreno comum aos dois, a partir de uma ótica tanto dos processos naturais de um, o parque, quanto dos processos econômicos, políticos, culturais, sociais, etc. do outro, a favela.

Ainda tem-se a ciência que algumas perspectivas teóricas precisam ser tratadas e agenciadas aos demais conceitos da arquitetura e das ciências humanas, a exemplo de questões sobre o patrimônio e o território, a filosofia da diferença, dentre outros. Mas como esse trabalho é uma projeção daquilo que será desenvolvido e mais aprofundado em uma próxima etapa, nesta etapa buscou-se apresentar as principais ideias a serem desenvolvidas.



Figura 29



Figura 30



Figura 31



Figura 32



Figura 33



Figura 34





## RESERVATÓRIO DO CARIOCA

## RESERVATÓRIO DO CARIOCA HISTÓRICO

Após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, teve-se início ao processo de doação de sesmarias, um dispositivo utilizado pela Coroa Portuguesa para dominação e conquista de terras. Dentro dessa divisão, grande parte da bacia do Rio Carioca pertencia à Sesmaria doada à Câmara Municipal, exceto a parte alta do rio, em direção à sua nascente no alto da Serra da Carioca, a qual teria pertencido à Companhia de Jesus, de acordo com mapas esquemáticos de Henrique Beaupaire Rohan (Cavalcanti 2004 e 1997, Arquivo Nacional 1967, Haddock Lobo 1861).

Para atender diversas demandas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX e seus sucessivos ciclos econômicos, a vida na cidade foi se constituindo a partir da exploração humana e dos recursos naturais, especificamente, no vale do Rio Carioca, os padrões de ocupação foram múltiplos.

Servindo ao abastecimento de água da cidade, é no século XVIII que o aproveitamento das águas do Rio Carioca, passam a chegar ao centro através de um sistema construído no governo de Gomes Freire (1773-1763). Em um primeiro momento, canaletas conduziam as águas pelo percurso depois conhecido como a principal rua de Santa Teresa até o Largo da Carioca, vencendo o vale entre o bairro e o Morro de Santo Antônio. Esse caminho era feito por meio do Aqueduto da Carioca, atual Arco da Lapa. A Caixa da Mãe D'água datada de 1774, com implantação quadrangular e coberta por abóbada de arestas, funcionou como passagem do sistema proposto.

A partir do início efetivo da distribuição de água no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, é construído o Reservatório do Carioca próximo ao equipamento anterior. Com a inauguração ocorrida em 1865, foi o mais importante dos primeiros reservatórios do momento. Sua estrutura abrigava jardim na parte frontal e de acesso ao terreno, três reservatórios a céu aberto conhecidos como Caixas do Carioca, tanque de decantação e

barragem.

No final do século XX, o Rio Carioca deixava de ser a principal fonte de abastecimento da região central da cidade, passando apenas a atender demandas pontuais para o abastecimento da favela dos Guararapes, situada próxima ao reservatório. Diante dessas alterações na dinâmica da cidade, o rio volta a percorrer seu curso natural, cortando a comunidade e em seguida o Cosme Velho e Laranjeiras. Ressalta-se que quase todo o rio se encontra inteiramente canalizado e subterrâneo ao longo desse curso.

Com o cancelamento do uso primeiro do reservatório, o mesmo se encontrou em um processo de degradação por abandono e vandalismo. Peças em cantaria quebradas, saques em sua maioria aos elementos metálicos e de ferro. Além disso, enchentes causaram estragos ao conjunto, com o desmoronamento de terra e pedras.

Em 1998 o Reservatório do Carioca é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), porém somente no fim de 2016 é que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente aprova recursos do Fundo Estadual de Compensação Ambiental para elaborar e executar projeto e obra de restauro. O projeto nasce a partir da necessidade de abastecimento da comunidade dos Guararapes, a qual não utilizaria mais as águas do Rio Carioca, mas sim as águas vindas do Reservatório do França. Neste cenário, os tanques do complexo serviriam para armazenamento dessas águas e posterior distribuição. Atualmente, os tanques se encontram vazios devido a não execução de obra pela CEDAE para encaminhamento e conexão desses dois complexos.

Os escritórios Fábrica Arquitetura e Embyá Paisagismo ficaram a cargo da restauração da edificação e do jardim histórico, respectiva-

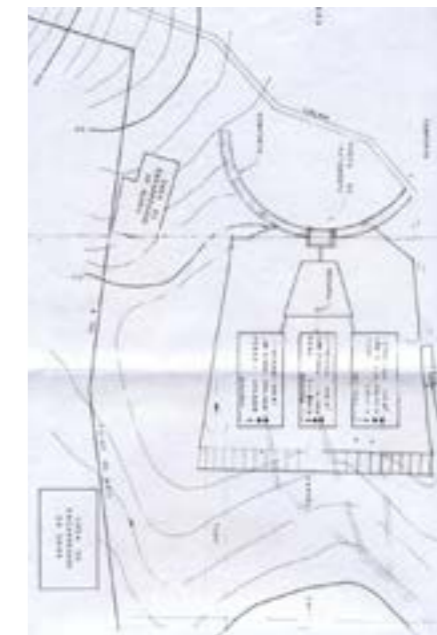


Figura 36

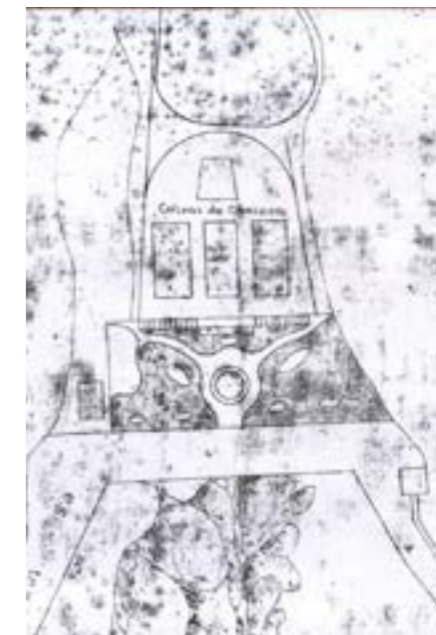


Figura 37

mente. A AQ Engenharia, acompanhada pelo INEPAC e IPHAN, foi responsável pela execução da obra. Buscando manter a segurança no local e a manutenção do atendimento às normas hidrossanitárias no futuro das águas tratadas, os tanques receberam coberturas de vidro, as quais permitem a visualização de seu interior. Elementos em cantaria e em ferro fundido foram recuperados e reincorporados ao projeto. Quando não utilizado material original, os novos elementos introduzidos foram feitos semelhantes às peças originais.

O processo de restauro da Caixa Mãe D'água buscou recuperar suas cores e revestimentos originais, desfazendo-se das camadas de revestimento encontradas na superfície. Algumas técnicas de limpeza permitiram uma leitura legível da inscrição que data da construção do bem por Gomes Freire.



Já o processo de restauro do jardim frontal passou por dois momentos. No primeiro, o desenvolvimento de um minucioso trabalho de pesquisa iconográfica que permitiu o entendimento do seu estado original. Para isso, fotos publicadas em jornais no século XX foram utilizadas como norte para a reconstrução e recomposição. Ressalta-se que obras de infraestrutura de caixas de passagens para armazenamento provisório de água foram feitas no jardim, o que comprometeu em partes o seu traçado. Posteriormente foi verificado por técnicos da CEDAE, a necessidade de deslocar essas caixas para a rua, porém o serviço nunca foi executado.

A casa do encarregado do reservatório ainda não foi restaurada devido encontrar-se ocupada, aguardando processo de retomada pela CEDAE. Por conta disso, a outra casa mais distante da rua, responsável por abrigar o encarregado do cloro, foi adaptada e reconstruída dentro de formato próximo ao original, buscando atender a um novo programa, como centro de visitantes e espaço de memória em relação à história da captação da água. Em um primeiro momento, esse espaço iria atender a outras demandas, como apoio à infraestrutura da casa mais próxima à rua, com uma copa, banheiros, entre outros. Próximo a escada que dá acesso a essa área, encontramos a trilha que leva às Paineiras e se conecta à trilha do carioca. Várias placas foram colocadas como elementos de sinalização e apresentação de informações históricas sobre o local.

Verifica-se ao visitar o local a dicotomia entre os espaços restaurados e os que não foram. Devido à falta de manutenção e cuidado com o jardim, o mesmo encontra-se já em estado de esquecimento. A proposta para o lugar, como espaço de visitação e contato com a história do local e da cidade não se cumpriu. Hoje o sítio encontra-se fechado e a CEDAE mantém um vigia na casa do encarregado do cloro.

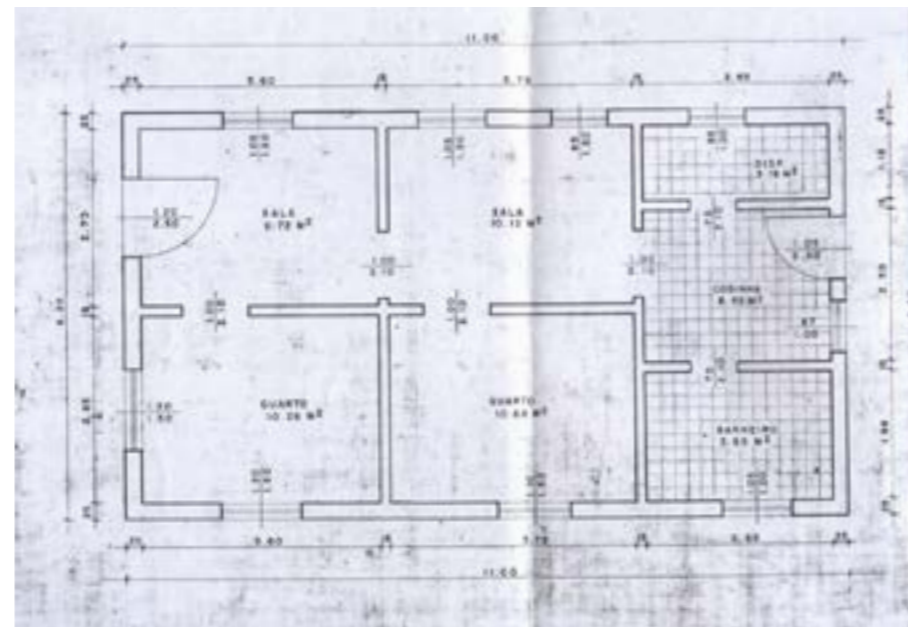


Figura 38

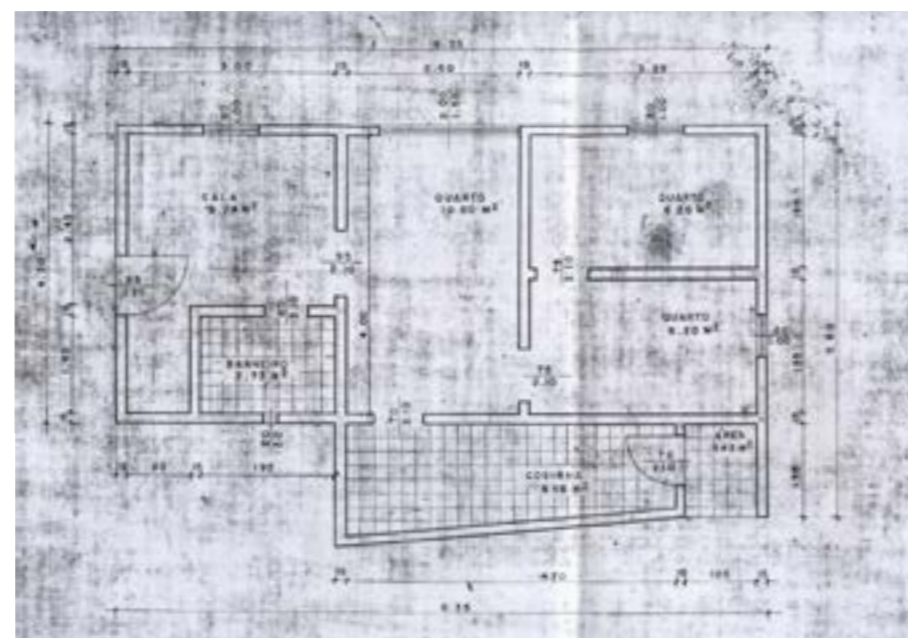


Figura 39

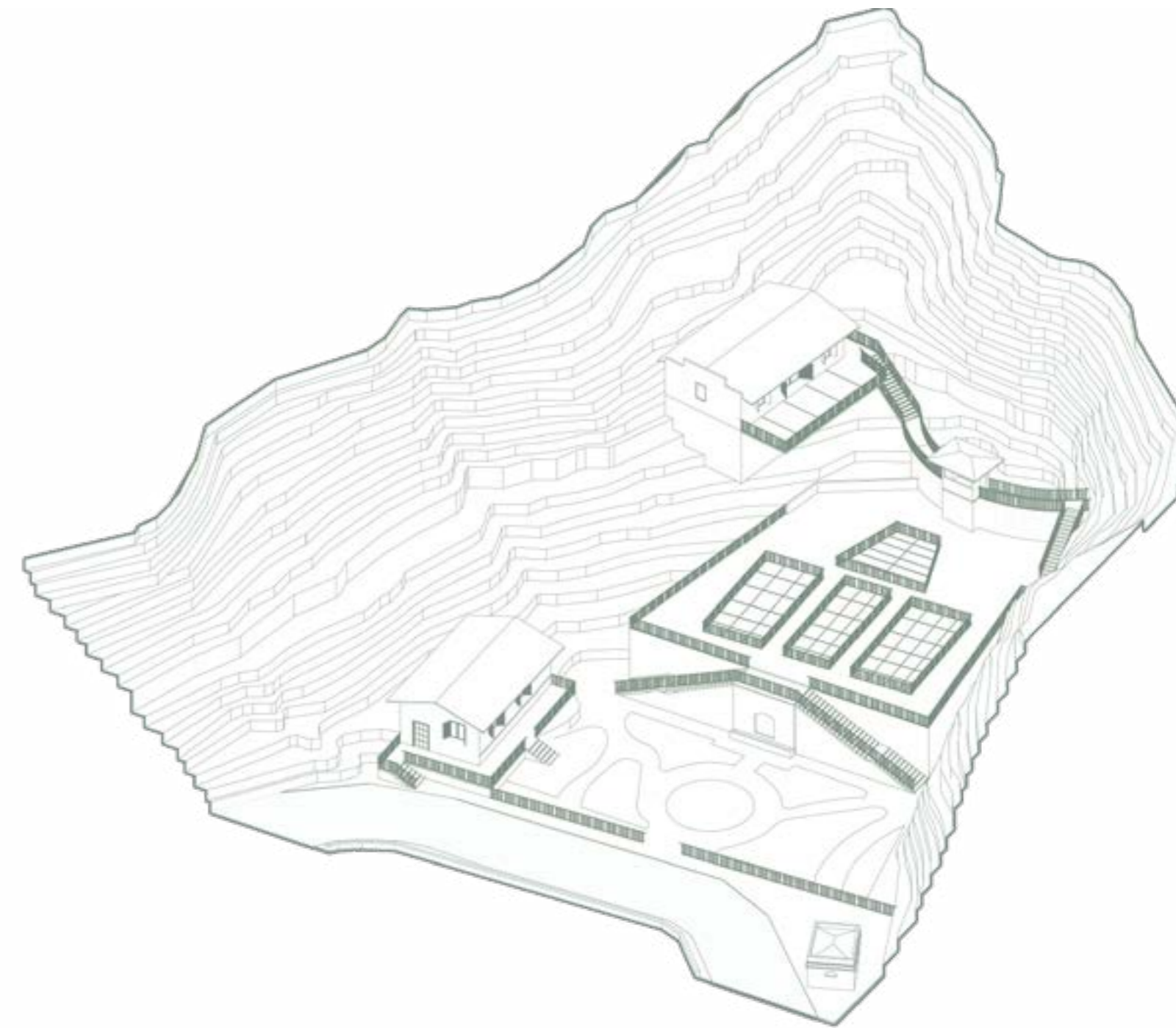


Figura 40





Figura 41

Figura 42



Figura 43

Figura 44



Figura 45

Figura 46





2006

Figura 47



2021

Figura 48



2006

Figura 49



2021

Figura 50



2006

Figura 51



2021

Figura 52





Figura 53

Figura 54

Figura 55

Figura 56

Figura 57

Figura 58





Figura 59

Figura 60

Figura 61

Figura 62

Figura 63

Figura 64

Figura 65

Figura 66

Figura 67





Figura 68

Figura 69

Figura 70

Figura 71

Figura 72

Figura 73

Figura 74

Figura 75





Figura 76



Figura 77



Figura 78



Figura 79



Figura 80



Figura 81



Figura 82



Figura 83





2006

Figura 84



2021

Figura 85



2006

Figura 86



2021

Figura 87



2006

Figura 88



2021

Figura 89



2006

Figura 90



2021

Figura 91





Figura 92



Figura 93



Figura 94



Figura 95



Figura 96



Figura 97

## RESERVATÓRIO DO CARIOCA DIAGRAMA DE ESTADO

O diagrama apresenta o estado de conservação estimado da edificação atualmente e as intervenções construtivas sofridas, de acordo com a pesquisa, fontes de consulta e visita feita ao local.

Após intervenção ocorrida em 2016, verifica-se a proposição de transformação da casa do encarregado do cloro como um centro de visitantes e o fechamento dos tanques com claraboias. O jardim frontal também foi restaurado, porém já se encontra em estado negligenciado.

 Parcialmente comprometido - aproveitamento das estruturas mediante prospecção

 Comprometido

 Inexistente

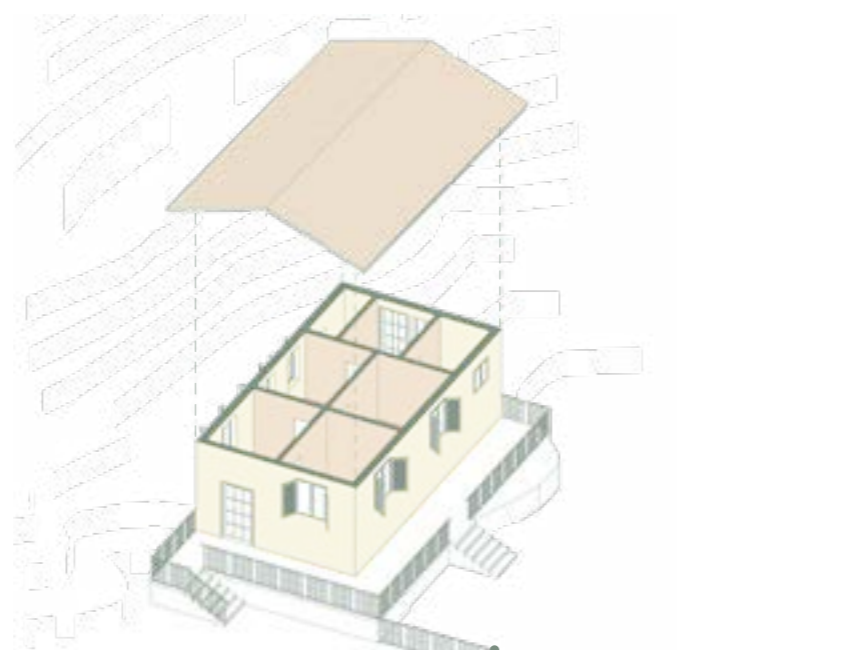




Figura 98



 Intervenção 2016 - Elemento arquitetônico reconstruído e com novo layout e programa (sala de exposição)

 Intervenção 2016 - Adaptação para visitação - Elementos novos

 Intervenção 2016 - Adaptação para visitação - Não foi possível determinar o nível de intervenção ocorrida

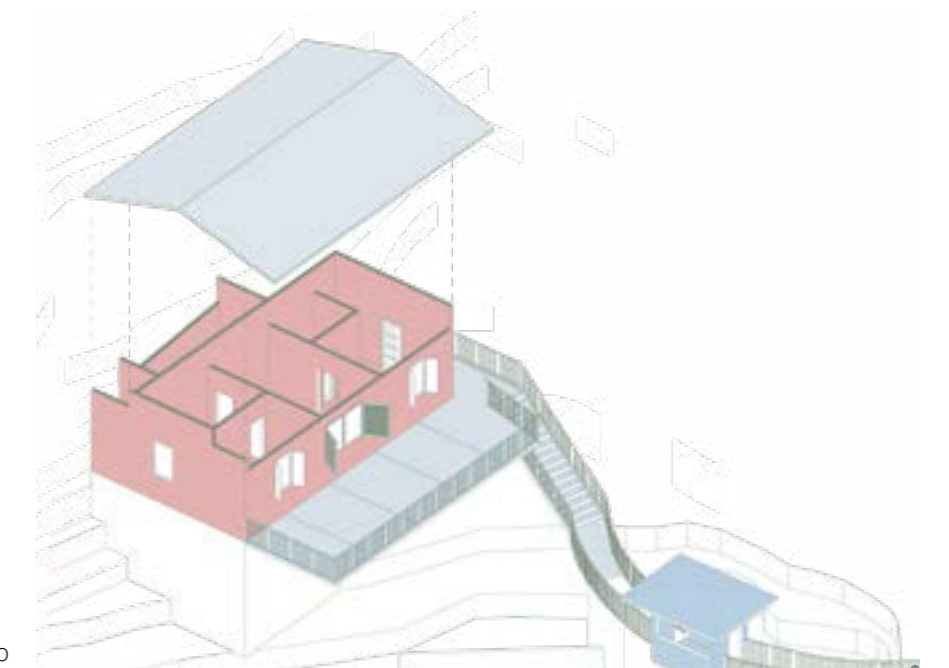


Figura 99



## **\_RESERVATÓRIO DO CARIOCA** CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Se tratando este trabalho de uma intervenção em um bem histórico e tombado pelo Instituto estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1998, compreendeu-se necessário uma revisão das premissas e conceitos que orientaram a discussão envolvendo o campo do patrimônio. Desde o princípio, a preocupação com questões acerca da conservação e do restauro foram assuntos abordados por diversos autores em momentos e épocas distintas, os quais propuseram bases teóricas múltiplas e diferentes técnicas.

A questão que se coloca diante da intervenção em bens tombados dentro do contexto atual é a desarticulação entre práticas e representações. Podemos pontuar que o distanciamento entre usos do cotidiano e do meio do trabalho das ações que guiam esse processo, produzem patrimônios esvaziados de seus conteúdos existenciais. Assumindo essas questões somadas às singularidades históricas, sociais e ambientais específicas e propostas ao Reservatório do Carioca, propõe-se extrair reflexões importantes para uma intervenção que contemple uma nova leitura das relações entre o Parque e a cidade, a cidade e a favela e a favela e o Parque.

As primeiras reflexões partem da cultura e suas práticas e representações. Trata-se de uma relação de pertencimento, que envolve aquele que habita. Habitar vem do latim e significa possuir, manter relações com alguma coisa, apropriar-se dela com intensidade e permanência. Um mecanismo que atua no processo de identidade que irá nos situar no espaço, assim como a memória irá nos situar no tempo. São as duas coordenadas que nos localizam e demarcam nossa existência.

Dessa forma, em contraponto ao proposto na restauração ocorrida em 2016, a cultura se anuncia não como um segmento recortado de um espaço tempo da cidade, mas como a possibilidade de qualificar dis-

tintivamente - pelo sentido, pelo valor, pela significação - qualquer porção, momento, objeto ou prática. O uso que se propõe ao espaço neste trabalho, faz do bem cultural um espaço qualificadamente existencial, por oposição ao que teria sido a utilização pelos turistas caso o espaço fosse cedido ao parque e, por fim, à cidade. O uso deve buscar uma interação entre representação e prática, e não uma sobreposição de uma a outra. Seria perverso trazer ao público um bem negando acesso ao mesmo, de maneira que as atividades ali propostas fossem somente de exibição do que um dia ocorreu como rotina no lugar.

Dentro dessa ótica, direcionar o discurso e o cuidado à bens culturais se trata de discutir práticas cujas características, decorrentes de sua natureza material, são seletivamente fomentadas por grupos sociais, comunidades, para agenciar ideias, crenças, afetos, significados, expectativas, juízos, critérios e normas, o que podemos entender como valores. Dito isso, relembra-se o já pontuado neste trabalho e que vale reproduzir sobre a Constituição de 1988:

“[...] Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”

Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A grande novidade trazida por esse artigo não seria a extensão do patrimônio, mas o deslocamento de sua matriz, a qual antes conferia ao poder público a instituição do patrimônio cultural. O processo

de tombamento então determinava o que seria entendido ou não como detentor de valor cultural. Em oposição, a nova Constituição Federal reconhece que os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social. (MENESES, 2009, p. 33)

## RESERVATÓRIO DO CARIOCA MUTABILIDADE

A grande questão para iniciar a proposta de trabalho em um bem tombado foi compreender como inserir nele um programa de necessidades de certa forma, já pontuado pelas quatro comunidades através das duas atividades propostas pelo Programa Favela-Parque, os grupos focais e as oficinas participativas, mantendo a dinâmica também já proposta, de uma construção coletiva. Em um primeiro momento é importante perceber que as comunidades trazem consigo a liberdade de autodefinição do espaço, e em segundo, que as demandas evoluem e são variadas, em consonância com diversos tipos de público, cujas rotinas também são diversas. Dessa forma, uma das premissas essenciais de projeto é se permitir utilizar como ferramenta de possibilidades e não como um recipiente limitador de atividades e recursos.

Vale ressaltar que ao longo desse processo, questiona-se a própria maneira, a própria metodologia de se conceber o projeto, visto que aqui fica evidente que a proposta foi feita por e pelas favelas, as quais passam a ter papel ativo no processo de construção. A hipótese habitualmente levantada ao sugerir um programa para ambientes fixos e rígidos se contrapõem à realidade da inevitabilidade das transformações sociais, em outras palavras, a negação das apropriações efetivas dos ambientes nos espaços de produção do conhecimento.

Em sequência a elaboração de um programa, tem-se como próxima etapa projetual, a disposição dessas atividades no espaço. Nesse momento, trago como referência para um novo olhar sobre o processo o termo “armadilhas do quebra-cabeça”, o qual se refere a falsa apreensão de dados técnicos, concepções prévias, que aparecem como pontos de partida do projeto e eximem o arquiteto de assumir uma postura crítica em relação a essas definições. Essas ações afastam o profissional de debates mais críticos sobre o objeto em questão e produzem soluções genéricas (KAPP, 2002).

“[...] embora o desenho não seja um quebra-cabeça, pois ele nunca tem uma única solução correta, os arquitetos costumam transformá-lo nisso. Todos temos um certo prazer no quebra-cabeça: enquanto está sendo montado vê-se claramente o desenvolvimento, o avanço; e quando ele termina parece que alguma coisa foi de fato resolvida, concluída, fechada. Então talvez seja natural que tentemos reproduzir esse prazer também nos projetos, impondo a eles, de saída, uma série de condicionantes que não têm razão de ser, mas que nos dão a segurança de um problema bem delimitado. No extremo, isso leva a situações em que o arquiteto se vê horas ou dias obcecado em resolver um encaixe de cômodos e equipamentos num espaço rigidamente fixado e, quando consegue realizá-lo, pensa que fez um bom trabalho. Na verdade, ele nada mais fez do que resolver um problema inexistente.[...]” (KAPP, 2002, sem página)

Ao propor uma arquitetura flexível buscando atender uma demanda programática sugerida pelos usuários, verifica-se ao longo do processo que a versatilidade espacial é apenas uma das premissas de projeto. A segunda, ainda mais importante, é compreender os sujeitos como agentes ativos na construção e modificação das proposições de acordo com suas demandas e transformações. Dessa forma, o centro para o entendimento do projeto e seu êxito estão no fortalecimento da relação entre o espaço e seus usuários, a qual se estabelece ao proporcionar a criação e evolução do mesmo a partir de um processo aberto e participativo.

Devido aos motivos limitantes para uma maior aproximação com o público das favelas Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres, não é preciso afirmar que essa proposta surgiu de uma construção totalmente participativa. Ela ensaia o desenvolvimento de ferramentas para fruição do espaço e se dispõe como princípio para toda intervenção e análise crítica da relação dos espaços do Parque com as comunidades em questão, em um processo de criação e produção de conhecimento, enquanto que traz à luz novos debates sobre o patrimônio e as condições tradicionais de se pensar o processo de projeto.

Ampliando-se o debate para o meio urbano, retornamos às questões de territorialidade tão importantes para os grupos sociais e para a construção de memória coletiva. Além da resistência imposta para permanência e reconhecimento dentro do corpo urbano social, a proposta se utiliza de discussões e instrumentos atuais para a reafirmação de uma parcela da sociedade posta à margem, e que retoma espaço na dinâmica da cidade. Considerando as reflexões postas nos atravessamentos do Parque-Cidade-Comunidade, a qual se desenvolve a partir de uma preexistência carregada de significado para o desenvolvimento da urbe, questiona-se para quem se produz os espaços.

Outro ponto a se reconsiderar nesse processo de intervenção em um bem histórico é a relação entre arquiteto e criação, a qual se modifica devido ao contexto em que está inserido o projeto e por conta da proposta que se coloca. Toda proposição feita para o espaço do Reservatório, assim como de outros bens tombados presentes no parque, deve possuir mais que uma função contemplativa, e distanciar-se de intervenções gentrificadoras, a fim de permitir toda sorte de criação e fortalecimento de vínculos, possibilitando à arquitetura e o urbanismo a aderência de ações mais próximas dos corpos e dos espaços.



## **\_RESERVATÓRIO DO CARIOCA** O TERRITÓRIO EDUCATIVO

Dentro da ficha técnica de cadastro da unidade no Plano de Manejo do PNT, uma das atividades listadas para desenvolvimento é a de educação ambiental, a qual indica a realização de projetos de integração com as escolas e comunidades do entorno, além de propor cursos, palestras, seminários e eventos dirigidos aos funcionários, agentes multiplicadores, visitantes e usuários com o foco em ações educativo ambientais (BRASIL, 2008).

Os aspectos legais que reforçam a criação e implementação desses espaços são variados, desde a instauração da República no país até a Constituição Federal de 88, o inventário da coletânea dos espaços educativos vem se mostrando como reflexo material das práticas e políticas públicas vigentes para o setor, em comunhão com o contexto histórico arquitetônico (AZEVEDO, 2009). Embora historicamente todos os aparatos legais tenham sido utilizados principalmente para corroborar os procedimentos, diretrizes de funcionamento e gestão das instituições pedagógicas, além da criação de critérios para elaboração, aprovação e avaliação de projetos de construções escolares, é válido reforçar o como alguns desses espaços se tornaram marcos históricos e culturais.

Ao trazer para o debate os personagens legais da construção dos territórios educacionais, busca-se esclarecer dois pontos importantes para o desenvolvimento do trabalho. O primeiro se relaciona com o reconhecimento das atividades propostas pelas comunidades e alocadas no espaço do Reservatório, os seus impactos sociais enquanto fortalecedoras de pautas do PNT e da própria cidade do Rio de Janeiro, além da produção de conhecimento e disseminação com a sociedade. O segundo pretende questionar, através de reflexões críticas e perguntas, como as questões garantidas por legislações e instituições se traduzem no processo de projeto e constroem, tanto fisicamente quanto imagetivamente, os espaços educativos.

As demandas do PNT e das comunidades no seu entorno, devido seu contexto geográfico e político, são ao mesmo tempo particulares e coletivas. O projeto traz ferramentas de suporte na análise e compreensão das demandas e suas traduções técnicas para auxílio na construção de infraestrutura básica, buscando criar possibilidades de espaços mutáveis, desenvolvidos para e pelo coletivo. O território como ponto de partida se justifica ao celebrar a comunhão entre Parque, Cidade e Comunidades, em uma tentativa de ressignificar um espaço comum aos três. Mas como unir a “reconstrução” desse bem dentro de um conjunto de numerosas demandas ? Diante da investigação feita ficou clara a inviabilidade de recorrer a meios tradicionais para/de se pensar o espaço do PNT e suas bordas, e conseqüentemente suas relações com a Cidade.

Estando a sociedade em constante e fatal transformação, também devem estar os espaços e instituições que as amparam. A rigidez e formalidade das estruturas se contrapõem a uma realidade viva e pulsante, de trocas e conversas. O proposto pelas comunidades nas Oficinas Participativas para o desenvolvimento de possíveis projetos e atividades, coloca em xeque a formulação de um projeto único e final para acolhimento dessas ações. Vê-se através das proposições feitas, que o coletivo possui necessidades múltiplas e dinâmicas, de forma que o espaço deve também refletir e reforçar essas características.

Dessa forma, pensar um espaço educativo a partir dessas premissas dentro do Parque possibilita que diversas camadas sociais, especialmente, aquelas historicamente marginalizadas, tomem consciência da produção do seu próprio patrimônio. Significa pensar questões como identidade, memória e território em suas correlações temporais através da construção coletiva no presente, em contraposição a um imaginário construído por uma parcela.

## **\_RESERVATÓRIO DO CARIOCA** PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Em “A Alegoria do Patrimônio”, Choay traz as figuras da cidade antiga divididas em três abordagens: memorial, histórica e historial. Na primeira, memorial, buscando a manutenção da identidade da cidade, não devem ocorrer intervenções. A contradição existente nesse conceito se dá devido ao fato de que, sem nenhuma intervenção, toda obra construída pelo ser humano estará destinada ao seu arrasamento. A segunda, histórica, concebida através de uma perspectiva museal, de um elemento único e isolado da realidade. Dessa forma, afastado das interferências temporais, das quais podemos citar as transformações socioeconômicas, o objeto arquitetônico aos poucos se desloca de sua vocação social. Por último temos a abordagem historial, que permite uma dupla complexificação na qual os elementos da cidade estão inseridos: ao mesmo tempo que precisam ser conservados devido seu caráter histórico, são tecidos vivos. Assim sendo, a intervenção se caracteriza como ação baseada nas configurações espaciais e urbanas do todo. (CHOAY, 2001)

Trazer para discussão esses conceitos é de extrema importância para o desenvolvimento do pensamento em torno do tipo de proposta que se pretende adereçar para o complexo o Reservatório do Carioca. A partir do já apontado, compreende-se que uma abordagem unicamente histórica ou memorial não se esvai em sentido, dado que um dos pontos de partida do projeto foi o reconhecimento da necessidade de inserção de atividades educativos socioambientais no Reservatório em conjunto com a questão patrimonial. O valor presente no conjunto ultrapassa as dimensões estéticas e técnicas da arquitetura, e existe também pelas causas e condições posteriores a sua construção que resultam direta e indiretamente na configuração do território da cidade hoje.

A ausência de ações para preservação mais ágeis e suas consequências tem exemplos claros no Reservatório do Carioca, em específico, na casa do encarregado do cloro, que sofreu uma completa intervenção

devido à violações, roubos e depredações. As razões para outras intervenções são variadas. Em um primeiro momento, entende-se a necessidade de construção de infraestrutura que forneça suporte às comunidades e aos visitantes do Parque. Há também o processo de resgate da função social do território tombado ao público, por meio de uma outra maneira de se pensar e utilizar o espaço. Quando antes o Reservatório do Carioca, uma infraestrutura de abastecimento de água da cidade era um elemento distante do dia a dia das pessoas, ele se propõe agora como um espaço de produção de conhecimento e compartilhamento direto da história da cidade.

Além dos pontos já citados, a ficha de tombamento do INEPAC enumera qualidades e valores culturais, arquitetônicos e paisagísticos que reforçam o interesse público de tombamento do bem. Estes valores baseiam-se no fato de que parte da edificação é um exemplar da arquitetura do Império português que sobreviveu ao tempo, além de ter outras edificações construídas em diferentes momentos em art déco e um jardim romântico.

Compreendendo a definição de diretrizes para o projeto e restauração, conclui-se como importante a conservação da autenticidade da obra, na qual adições devem ser reconhecíveis e diferentes das demais preexistências, as quais devem ser tomadas como base, seguindo projeto executado previamente. Entendendo como elemento importante os sinais da passagem do tempo e seus valores históricos, culturais e sociais, deve-se evitar as obras cosméticas e/ou as modernizações generalizadas. Portanto, a ação na casa do encarregado da caixa é de uma estabilização simples, garantindo a recuperação das fachadas e formato original, porém com intervenções em seu interior.





## REFERÊNCIAS PARA A ARQUITETURA

## REFERÊNCIAS PARA A ARQUITETURA PARQUE CAPIBARIBE

Fruto da parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Prefeitura do Recife, o projeto do Parque Capibaribe teve início com uma concepção linear de parque às margens do rio de igual nome. A partir das pesquisas e análises dos territórios cortados pelo Rio Capibaribe, se percebeu a necessidade de ampliar o escopo de projeto de forma a abarcar outros rios e riachos da bacia do Capibaribe, além de trechos de Mata Atlântica que compõem a paisagem urbana do Recife.

Fundamentado na premissa de conectar e integrar os complexos contextos urbanos que compõem o Recife, o projeto almeja oferecer uma outra experiência da cidade - ao mesmo tempo que resgata o DNA que a constitui. A proposta começou a ser pensada e discutida em 2013, e deu origem ao livro “Parque Capibaribe: A Reinvenção do Recife Cidade Parque” em 2020 e pretende completar a transformação em cidade-parque no aniversário de 500 anos do Recife, em 2037.

O entendimento do dito “DNA” é a tentativa de compreender as particularidades do Recife, decifrar as consequências de seus processos históricos e, sobretudo, criar parâmetros para um projeto de longo prazo pautado nas diferentes experiências de cidade que seus habitantes vivenciam. Da mesma forma - e por isso toma-se o Parque Capibaribe como referência - a proposta deste TFG é oferecer um meio de articulação entre os microuniversos que compõem o recorte estabelecido dentro da cidade do Rio de Janeiro, a partir do reconhecimento de suas cicatrizes, disputas e potencialidades. As características que compõem o DNA recifense seriam o conjunto de seus traços estuarino, tropical, patrimonial, radial, desigual, inventivo e multicultural. É no cruzamento entre o existente, considerando partes positivas e negativas, e a ideia de uma cidade saudável, acessiva e mais igualitária que se desenvolvem teoria e prática projetual, lado a lado ao curso do Rio Capibaribe.



Figura 101



Figura 102

Ao passo que se pretende implantar uma transformação contundente na cidade, ainda que gradualmente, os autores reconhecem a importância da flexibilidade do projeto. Com a diretriz estabelecida, o projeto se permite complementar com contribuições de diferentes áreas, de experimentações práticas, novos projetos urbanos em recortes físico-temporais distintos. Para corresponder plenamente às demandas dos que vivenciam a realidade da cidade, o projeto não pode fechar-se no tempo ou na concepção teórica de seus pensadores.

Dentro dessa perspectiva, resgata-se o trabalho da professora Silke Kapp, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ao traçar um paralelo ao conceito de mutabilidade. Além da flexibilidade, um projeto mutável é capaz de reconhecer a autonomia de quem utiliza o espaço como seu próprio formulador e ator de modificações na proposta, conforme se transformam suas demandas. Nessa lógica, o projeto do Parque Capibaribe tem uma enorme potência não enquanto objeto pronto, como fim em si mesmo, mas na possibilidade de seu constante processo de transformação.

Abordar a arquitetura como um evento implica vê-la como processo aberto. Essa abertura não consiste meramente em abrir objetos acabados em relação ao seu uso, mas numa abertura de todo o processo de desenho, construção e uso. Em última análise, significa a autonomia de construtores e usuários e o fim de uma produção fragmentada do espaço. A questão é: o que então restaria aos arquitetos fazer? Na nossa opinião, algumas tarefas relevantes: em primeiro lugar, um constante e incisivo exercício de crítica, teórico e prático; segundo, a produção de interfaces ou instrumentos



para ajudar todos os atores envolvidos a realizarem suas próprias ações críticas no espaço; e terceiro, qualquer mediação requerida dos atores entre si e com tais interfaces ou instrumentos. Essas práticas possíveis (e outras que talvez ainda nem tenhamos considerado) são tentativas de superar a produção do espaço enquanto “reprodução das relações de produção” (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008).

O Parque Capibaribe apresenta-se como referência, além disso, por se colocar como ponto de partida para que outras ações e intervenções na cidade tenham um ambiente acolhedor para desabrocharem. Entende-se que a soma de manifestações locais, mesmo que pequenas em escala, traz a capacidade de geração de grandes transformações em um panorama urbano. Essa forma de pensar a arquitetura e o urbanismo empodera a população, sobretudo porque desassocia grandes projetos infraestruturais da cidade de disputas políticas, que configuram uma problemática característica do Brasil.

Outro ponto crucial do projeto do Parque que se destaca é sua capacidade de lidar com inúmeras variáveis a partir do seu aspecto multidisciplinar. O projeto, para tornar-se bem sucedido, precisa englobar uma visão de cidade, história e natureza em comunhão. Esses três pilares são ponto de partida também para o desenvolvimento desde TFG. A proposta é, assim como no Parque, tentar articular essas características e por meio da arquitetura, devolver o espaço do recorte ao social.

Por fim, é possível estabelecer um paralelo entre os projetos pelo aspecto ambiental. Se no Parque tem-se o Rio Capibaribe, neste

TFG temos o Rio Carioca, parte da Floresta da Tijuca. Em ambos, destaca-se a importância da água, além de essencial para a vida em si, como meio para criar uma sociedade mais justa – a intenção é possibilitar uma cidade com acesso a saneamento básico, alimentação de qualidade, moradias seguras e melhores condições de saúde para a totalidade de seus habitantes.

## REFERÊNCIAS PARA A ARQUITETURA SOLAR DO UNHÃO

Ao discutirmos como grandes áreas temáticas deste TFG a cultura, educação, patrimônio e paisagem urbana, é impossível não resgatar como referência o trabalho de Lina Bo Bardi. A arquiteta ítalo-brasileira sempre primou pelo pensamento crítico em seus projetos, colocando em debate a necessidade de se pensar uma arquitetura social. Mais do que uma obra específica, Lina entra como referência por ensinar-nos a refletir sobre a vocação e atuação do arquiteto perante sua obra e usuários. Entendemos essas questões ao lermos a página “Crônicas de arte, de história, de costume, de cultura da vida. Arquitetura. Pintura. Artes Visuais.”, que Lina escreveu para o Diário de Salvador, em setembro de 1958. A arquiteta afirma que

A injustiça social existe, mas os problemas não se resolvem passando por eles e esquecendo-os. Ao Museu de Caracas, aos edifícios de Brasília, (...) de uma pureza irrecusável, nós preferimos a Igreja da Pampulha, a casinha de Vassouras, que se impuseram à atenção internacional pela simplicidade, a proporção humana, o sentimento modesto e poético da vida que denunciava aquela mesma condição de desânimo, o combate entre o homem social e a arquitetura, que Oscar Niemeyer no seu depoimento afirma ter superado, indicando como fim arquitetônico uma posição formal que nega todos os valores humanos e todas as conquistas da arquitetura nacional. (BO BARDI, 1958)

O trabalho de Lina é fascinante pois mesmo situada no contexto da arquitetura moderna – anti-histórica, pretendendo uma tábula rasa -, seus projetos foram capazes de resgatar a arte popular, valorizar materiais de baixo custo aliados à criatividade e técnicas tradicionais das populações marginalizadas do país. Lina consegue compreender com sutileza

as diversas camadas históricas, sociais e econômicas que se sobrepõem para compor o Brasil. Por isso, toma como mote o oposto do gesto projetual abstrato e absoluto, que destrói por muitas vezes não somente o aspecto material da arquitetura, mas a potencialidade de suas perspectivas sociais. Como representante de todas as questões apresentadas, entende-se que o Solar do Unhão surge como uma grande referência para o desenvolvimento deste TFG.

O início da obra deu-se com a primeira viagem que Lina fez à Salvador, em 1958, na qual conhece o conjunto arquitetônico. No entanto, o aprofundamento do estudo da arquiteta só se dá quando retorna à cidade para lecionar na Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, no ano seguinte (ZOLLINGER, 2007). O conjunto do Unhão fora tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1940, datando originalmente do século XVI. O Solar do Unhão, para Lina, possuía duas das mesmas marcas que caracterizavam a cidade de Salvador: a forte presença da cultura popular e da arquitetura antiga.

O conjunto do Unhão carrega, além de uma tipologia estilística específica, com características formais e técnicas, as marcas e símbolos de todos que por ali passaram. Tais marcas, físicas ou não, passam a compor a própria história do lugar, e foram abraçadas por Lina como parte integrante do Patrimônio e de seu projeto. O peso da ação histórica-social para a configuração da memória e da identidade das pessoas com o lugar é imperativo também neste TFG, e por isso o Solar do Unhão é uma referência na abordagem de projeto.

É importante salientar que o tratamento que Lina dá ao Solar do Unhão em relação a valorização da cultura popular definitivamente pretende afastar-se da criação de um estereótipo social ou da objeti-



Figura 103



Figura 104

ficação das camadas populares. Esse cuidado, sutil, aparece no Solar com a não monumentalização de seu conjunto arquitetônico, ou seja, Lina não o isola no tempo e espaço. Do contrário, é crucial estabelecer uma relação com o presente de forma crítica, atual, consciente, e acredita-se que este é também o meio de se pensar a intervenção no recorte de TFG estudado.

Em 1962 tem-se o início da obra do Solar do Unhão, durando cerca de oito meses. Lina cria uma praça voltada pela Baía de Todos os Santos demolindo um dos galpões antigos. Todos os demais elementos do conjunto arquitetônicos são mantidos, e como um todo, a paisagem, iluminação e ventilação são pontos valorizados pelo projeto. O destaque na casa grande do Solar é a escada de madeira projetada por Lina, aproveitando quatro pilares já existentes. Com a escada, é estabelecida uma nova relação entre o patrimônio e a proposição nova – além de criar um novo eixo, que difere da centralidade original da casa, a técnica construtiva utilizada remete à estrutura antiga de encaixe nos carros de boi.

Outra questão profundamente significativa foi a formulação do programa para o Solar do Unhão, da mesma maneira que se propõe neste TFG. Lina queria estimular uma reconfiguração da identidade nacional, e para este fim, precisava colocar em primeiro lugar as bases da cultura popular. O programa escolhido, dentro da perspectiva de um restauro crítico, foi o educativo – Lina opta por abrigar um Museu de Arte Popular, vinculado ao Museu de Arte Moderna, e uma Universidade Popular.

Assim como o Solar do Unhão carrega historicamente grande carga de disputas sociais, o recorte escolhido neste TFG é também um território carregado de cicatrizes. O restauro crítico do objeto arquitetô-

nico escolhido, conseqüentemente, significa considerar suas preexistências, seu entorno, e especialmente atuar de forma a dar voz às camadas marginalizadas na cidade do Rio de Janeiro.

Hoje funciona no Solar do Unhão o Museu de Arte Moderna da Bahia. O objetivo do espaço é promover a articulação e debate entre as mais diversas expressões artísticas, além de produzir eventos culturais e oficinas educativas, que podem dar-se dentro do próprio museu como nas escolas e comunidades da região.

Por fim, o Solar do Unhão foi escolhido como referência pelo desenvolvimento do pensamento crítico do restauro de uma obra colonial, não por uma tipologia arquitetônica específica. As questões travadas por Lina, como o impacto do conjunto sobre o entorno, sua importância histórica regional e nacional e seu respeito e cuidado perante todas as camadas da memória social incutidas ali, são o que se toma como grande referência para o desenvolvimento deste TFG.

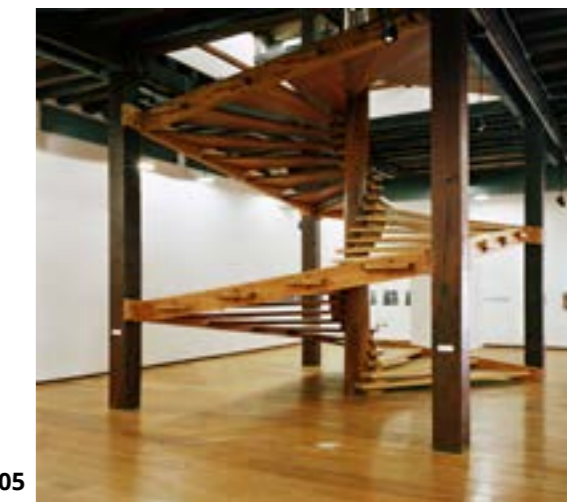


Figura 105





## ANÁLISE DO ENTORNO

Figura 106

## ANÁLISE DO ENTORNO DADOS SOBRE AS FAVELAS

Após análise do Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca e do relatório de diagnóstico socioambiental participativo nas favelas do Guararapes, Cerro-Corá, Vila Cândido e Prazeres do projeto Favela-Parque, além das reflexões teóricas feitas, foi definido um recorte de trabalho que propõe possibilitar novas práticas de construção de gestão e educação socioambiental, além de um programa montado a partir de projetos propostos pelos moradores das comunidades.

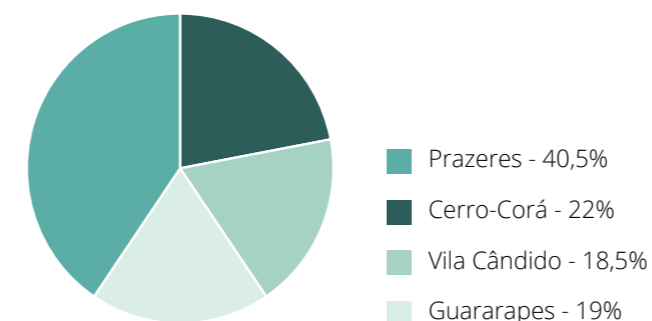
Para melhor fundamentar este trabalho, julga-se importante compartilhar algum dos resultados das entrevistas com os moradores dessas quatro comunidades. A pesquisa foi organizada através de um questionário base, o qual abordou 08 (oito) temas (informações sobre os entrevistados, percepções sobre a comunidade, projetos, organização social, cursos e formação, meio ambiente e relacionamento, demandas e expectativas, pensando as oficinas participativas). Os resultados obtidos compõem informações sobre práticas culturais locais, participação em projetos comunitários e suas percepções sobre políticas públicas.

Segundo o IBGE-2010, as quatro favelas juntas abrigavam um total de 4.941 moradores, com uma maioria de mulheres 2.594 moradoras, contra 2.347 homens. Como se pode ver na tabela abaixo, pelo recorte territorial do IBGE, as favelas Morro dos Prazeres e Vila Cândido são as que apresentam a maior população, 2.136 e 1.424 consecutivamente, seguida do Cerro-Corá 708 e Guararapes 673.

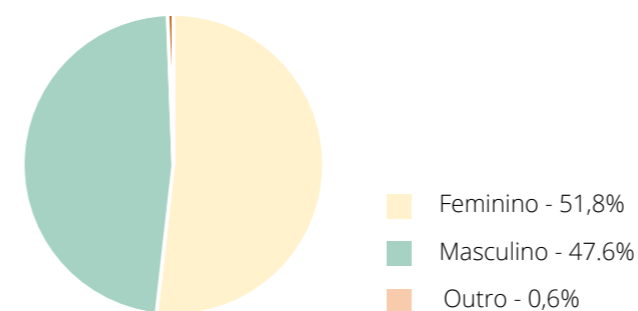
Importante ressaltar que esse recorte territorial é uma ferramenta do IBGE para definição das favelas, o que não se assemelha ao entendimento dos territórios da Vila Cândido e Guararapes, segundo seus moradores. Para estes, a Vila Cândido é um pequeno trecho dos Guararapes, que segue dos limites do Cerro-Corá até o contato com o Parque Nacional da Tijuca. Para o entendimento do IBGE e da Prefeitura

do Rio, a Vila Cândido compreende o território que vai dos limites com o Cerro-Corá até a "curva do 20", um ponto conhecido dos Guararapes. Só a partir daí que se inicia esta última.

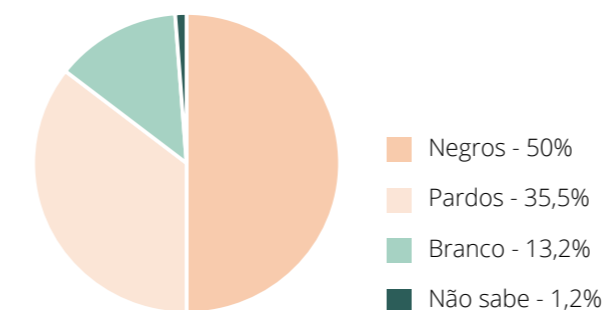
Distribuição dos questionários por Favela



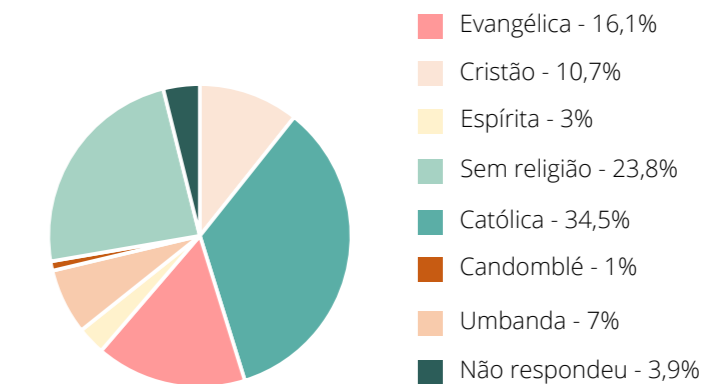
Distribuição de gênero entre os entrevistados



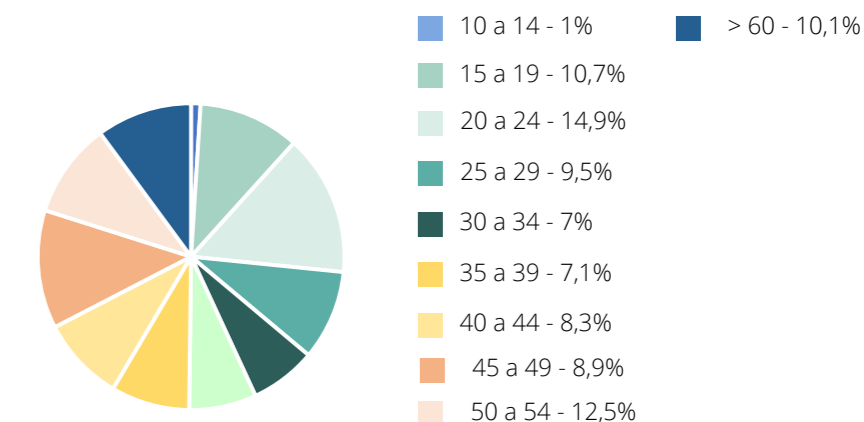
Distribuição de raça entre os entrevistados



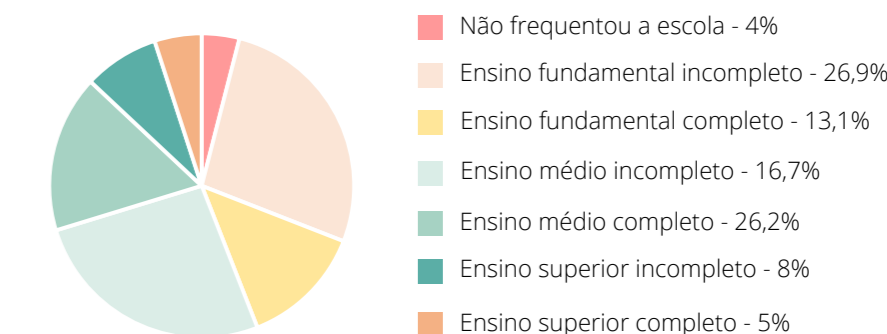
Distribuição de religião entre os entrevistados



Distribuição de idade entre os entrevistados



Distribuição de escolaridade entre os entrevistados





De acordo com os dados disponibilizados pelo SABREN, para efeito de planejamento, todas as comunidades não são mais consideradas “favelas”, mas sim, “comunidades urbanizadas”. Isso porque, o Programa Favela Bairro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, após investimentos em abastecimento de água, saneamento básico, energia elétrica, pavimentação, dentre outros aspectos relevantes, registrou a mudança de categoria destas comunidades.

Outro fator importante identificado se refere às áreas das favelas do Cosme Velho, desde 1998 todas estão regularizadas pela Lei de Área Especial Interesse Social (AEIS), reforçando a recategorização para “comunidades urbanizadas”.

Importante destacar que, segundo o discurso e o entendimento de muitos moradores, estas comunidades devem ser consideradas ainda “favelas” por considerarem que muitos investimentos e melhorias ainda devem acontecer para que estas sejam consideradas “comunidades urbanizadas”, com um maior destaque sobre gestão de resíduos, gestão territorial e políticas públicas dedicadas à sua população.

## **ANÁLISE DO ENTORNO** AS FAVELAS E O PARNA TIJUCA

O levantamento inicial realizado pelo grupo de pesquisa buscou identificar aspectos gerais da relação entre os moradores das 04 favelas com o Parque Nacional da Tijuca. Foram identificados aspectos sobre o conhecimento da existência da Unidade de Conservação e também sobre a frequência dos moradores nas áreas do PNT.

As pesquisas iniciais apontaram que apesar de muitos conhecerem a existência do PNT, não veiculam seu papel na gestão ambiental da floresta, muitas vezes confundindo o Parque com um “parque de diversões”, ou uma “praça”. O público que apresentou maior conhecimento possui uma relação mais próxima com o PNT, seja trabalhando direta ou indiretamente com turismo, ou visitando como área de lazer. A falta de conhecimento sobre o que é e qual a função do PNT passa por um desconhecimento também do papel do ICMBio, confundindo as responsabilidades da Unidade e as oportunidades relacionadas.

Em relação ao conhecimento sobre a existência do Parque Nacional da Tijuca, 64,9% dos moradores declaram que conhecem a Unidade de Conservação. Assim, apesar da maioria dos moradores conhecer o PNT, cerca de 35% declaram que não o conhecem, o que reafirma a importância das ações de divulgação da sua existência como forma de dar publicidade às suas características e objetivos, principalmente em relação às suas funções públicas.

Outro aspecto pesquisado foi a frequência dos moradores no PNT. Do total dos entrevistados um pouco menos da metade dos moradores afirma que não frequenta a Unidade de Conservação, representando 48,3% dos entrevistados.

As motivações dos moradores que frequentam o Parque Nacional da Tijuca apontadas foram: diversão, trabalho, acesso gratuito, proximi-

dade, turismo, caminhadas, corrida, equilíbrio e paz interior. Desta forma, são aspectos relacionados principalmente com o trabalho e com o lazer ligado à natureza, sendo destacada a facilitação do acesso em função da proximidade com as favelas.

As principais áreas do PNT citadas pelos moradores como frequentadas nas visitas são: Alto da Boa Vista, Gruta do Morcego, Pedra do Papagaio, Cachoeira do Horto, Vista Chinesa, Mirante Dona Marta, Cristo Redentor, Cascatinha, Lago das Fadas, Fazendinha, Igreja da Princesa, Mesa do Imperador, Caminho das Paineiras, Estrada do Sumaré, Silvestre, Hotel Paineiras, Heliponto, Pedra do Conde, trilhas diversas.

Uma das questões identificadas nos levantamentos iniciais diz respeito à percepção dos moradores das suas relações com o PNT. Em muitos casos essa percepção demonstra que a favela e o PNT são áreas conectadas, podendo afirmar que “a mata faz parte da comunidade”, “a comunidade visita diariamente”, “a favela faz parte”. Desta forma, a Unidade de Conservação é vista como parte do cotidiano dos moradores, ainda pelo fato de afirmarem que a favela “serve de acesso ao PNT”.

Por outro lado, são apontados também aspectos de conflitos entre as partes, sendo estes listados associados à gestão da água ou à qualidade da relação com a gestão do Parque. Conforme as declarações de “ruim, pois a água desviada pelo Trem causou deslizamento duas vezes, sendo uma delas com vítimas fatais”, “conflito relacionado à água”, “está melhorando, mas já foi muito ruim”, “distante”, “não é boa porque não ajuda a comunidade” ou “regular porque o PNT poderia fazer mais pelos moradores”.

Desta forma, identifica-se uma expectativa que o PNT possa sempre melhorar a qualidade da relação com os moradores das favelas

e, também, que a existência da Unidade de Conservação possa representar um fator de potencialização de ações positivas em termos de projetos e ações socioambientais.

Muitos dos moradores mencionam ainda a importância do PNT se aproximar das comunidades, realizar atividades de divulgação e educação ambiental, e promover encontros que possam destacar os objetivos de conservação da natureza, como mencionado: “poderiam ensinar o que é o Parque Nacional” ou “na comunidade não tem palestras explicando sobre o Parque”.

Ainda neste sentido, alguns dos moradores relatam ter uma relação boa com o PNT, afirmando que a relação é “amistosa”, “relação boa, o pessoal respeita o PNT”, “união por causa do turismo”. Sobre essa relação dos moradores com o PNT destaca-se ainda o fato de muitos terem seus trabalhos ligados com a sua visitação ou gestão do Parque, associando como “fonte de renda” e “relação de trabalho e turismo”.

## **ANÁLISE DO ENTORNO** **PROPOSIÇÕES PARA UM PROJETO**

Como complemento das informações obtidas no levantamento de dados sobre as comunidades, uma série de eventos foi realizada buscando proporcionar o diálogo e a participação dos moradores e instituições comunitárias na formulação do Programa de Educação Socioambiental do PARNA Tijuca. Esse processo inclusivo buscou identificar em conjunto aos moradores os caminhos para o desenvolvimento local, e como o Programa pode ser um mediador de ações e projetos entre o PNT e as favelas. Para essa consulta/escuta dos moradores foram realizados dois tipos de dinâmica participativa, a primeira, os Grupos Focais, foram realizados com organizações comunitárias e com diversos segmentos sociais (15 encontros), e a última, as Oficinas Participativas, realizadas uma em cada favela, abertas para toda comunidade (3 encontros).

A realização dos Grupos Focais ocorreu em dois momentos distintos. No primeiro a reunião com instituições e lideranças locais permitiu diagnosticar o grau de organização social e institucional de favela. Em um segundo momento, os Grupos Focais funcionaram como prévia para as Oficinas Participativas, buscando auxiliar no desenvolvimento de possíveis formatos estruturantes a serem sugeridos para a implementação do Programa de Educação Socioambiental e indicação de propostas de ações e projetos possíveis de serem integrados e apoiados neste contexto.

As Oficinas Participativas foram planejadas como estratégia de participação ampliada das comunidades na elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo e fonte de consulta para construção de diretrizes para o Programa de Educação Socioambiental. Sua realização consolidou o processo de levantamento e pesquisa que passou por diversas etapas, construídas com a colaboração das lideranças e instituições locais, de modo a atender as dinâmicas de participação das comunidades e sustentar a construção do Programa.



O principal resultado das Oficinas foi a qualificação e criação de propostas de ações e projetos possíveis de serem apoiados pelo Programa. Cabe destacar que o conjunto de ações apresentado indicam as demandas temáticas que irão contribuir para a implementação do Programa, para que dessa forma, seu funcionamento, possa atender aos projetos locais de forma qualificada e colaborativa.

## | RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA OFICINA PARTICIPATIVA NO CERRO-CORÁ

A partir do conjunto de ações trabalhadas nos grupos foi formado um painel com todas as fichas, para que os presentes pudessem priorizar as ações e, com isso, perceber o que o grupo de participantes entende como prioridades da favela. Importante notar que a priorização é resultado do perfil dos participantes, se referindo ao conjunto de ações que esperam ser apoiadas ou realizadas entre a parceria PNT e favelas.

Entre as quatro fichas mais votadas destacou-se o “Evento Colônia de Férias” com 32 votos; o “Evento Roda Cultural” com 18 votos; o “Projeto Reforço Escolar” com 14 votos; e o “Projeto Esporte na Quadra” com 10 votos. Apesar de um foco maior em crianças e adolescentes, estes projetos são apontados para todos os públicos. O resultado da votação tem forte relação com a participação expressiva de crianças e jovens da favela, considerado por muitos segmentos locais como os grupos mais vulneráveis e com maior demanda de atenção de projetos.

## | RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA OFICINA PARTICIPATIVA NO GUARARAPES/VILA CÂNDIDO

A priorização no Guararapes também refletiu o perfil dos participantes da Oficina, com um grupo expressivo de crianças e adolescentes. Porém, as propostas mais votadas apresentaram uma diversidade de temas maior do que ocorrido no Cerro Corá. Neste caso, ações para crianças, para o cuidado com a comunidade e a geração de renda foram o destaque entre os participantes.

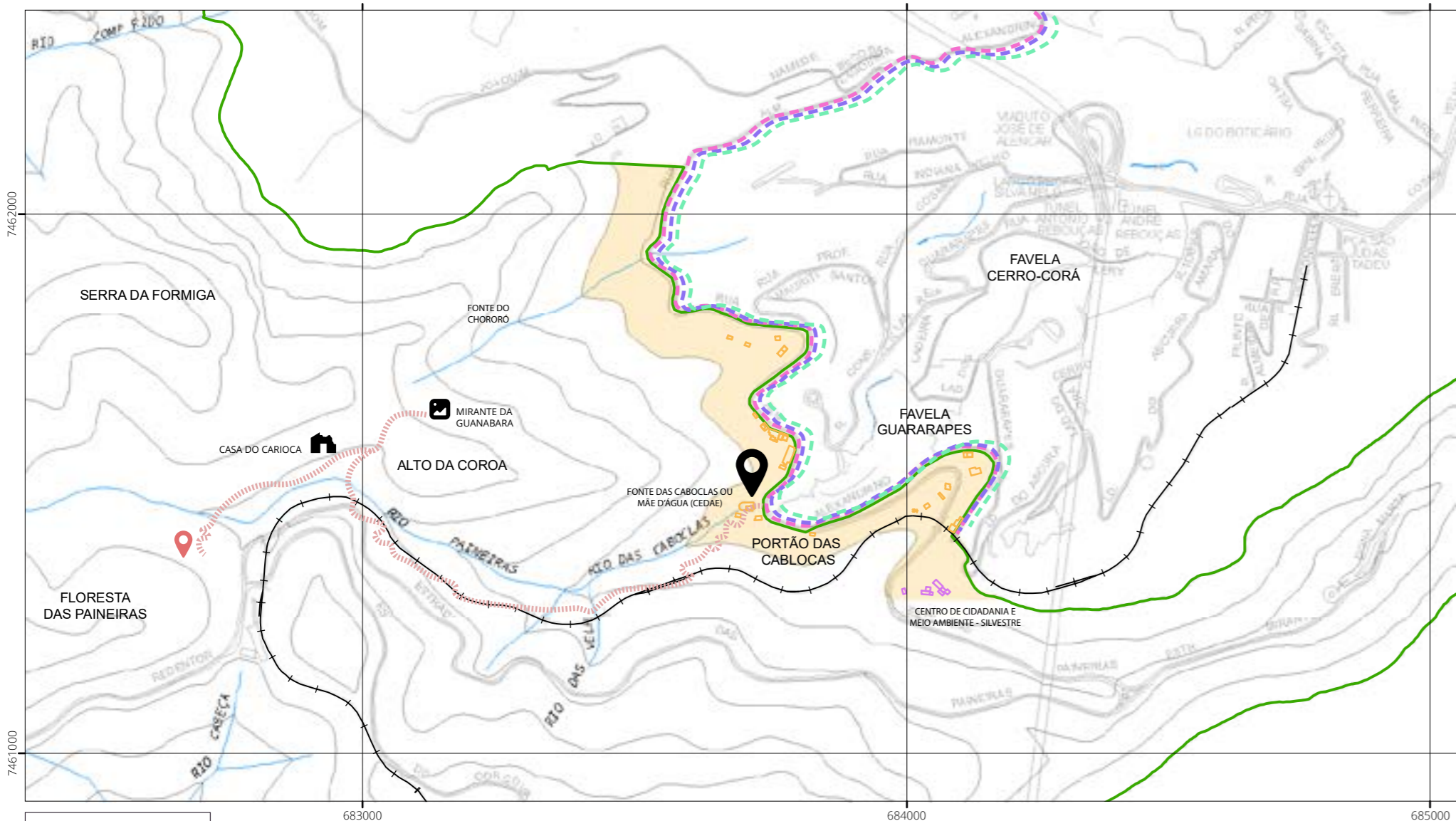
Entre as quatro propostas mais votadas estiveram o “Projeto Bullying: como combater?” com 31 votos; o retorno do “Projeto Gari Comunitário” com 20 votos; o “Curso Aprendizagem para o Futuro” com 19 votos; e a continuidade e expansão do “Projeto Clube de Aventureiros e Clube de Desbravadores” com 14 votos.

## | RESULTADOS OBTIDOS A PARTIR DA OFICINA PARTICIPATIVA NO MORRO DOS PRAZERES

Entre as quatro propostas mais votadas na priorização dos Prazeres foram destacadas ações de memória, de gestão de resíduos e de geração de renda. No entanto, projetos de saúde também obtiveram destaque entre as propostas, sem necessariamente constar entre as mais votadas, que foram: “Intervenção Cor-Ciência” com 9 votos; “Entrelaçar (parceria com Gestão de Resíduos e Reciclagem)” com 8 votos; “projeto Gestão de Resíduos” com 7 votos; e “Curso de Moda Sustentável (parceria com Prazeres Fashion Week)” com 7 votos.

De maneira geral as propostas ressaltam ações que já ocorrem nos Prazeres, potencializando sua implementação e ampliando seu alcance na comunidade. A proposta mais votada tem como objetivo ressaltar a memória local, valorizando histórias e a cultura da favela, o que permite a integração com todas as outras propostas.

O tema dos resíduos sólidos e da limpeza urbana é constante em todas as favelas trabalhadas, destacado em muitos grupos focais e reuniões com moradores. É um tema agregador e que demonstra um interesse coletivo, de diferentes segmentos sociais e grupos de idade, podendo se tornar um tema transversal de atividades do Programa.



- Limite PARNA Tijuca
- AEI Silvestre
- Rios
- Ferrovia
- Segmento Portão das Cablocas
- Trilha do Rio Carioca
- Antigo Restaurante Silvestre
- Linha de Ônibus 007 (Central do Brasil - Ladeira dos Guararapes 317)
- Linha de Ônibus 006 (Castelo - Silvestre)
- Linha de Ônibus 507 (Largo do Machado - Silvestre)







Figura 107

INTERVENÇÃO

# 7

## \_INTERVENÇÃO A PROPOSTA

Diante do exposto, o projeto tem como ponto de partida a contemplação de três questões:

- Criar uma infraestrutura que possibilite o desenvolvimento de atividades de educação socioambiental;

- Ressignificar um patrimônio arquitetônico reforçando seu papel e possibilitando uma construção de menor impacto;

- Abrigar um programa que atenda às demandas pontuadas por cada comunidade, permitindo uma maior integração entre as comunidades de entorno com o Parque.

Para isso, foi necessário entender o zoneamento do parque, levando em consideração a localização das comunidades e os locais indicados pelos moradores de maior uso dentro da unidade de conservação. Tendo em vista esses aspectos, buscou-se orientar a implantação do projeto dentro da zona de uso especial, àquela que contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação, com instalações voltadas para habitação, sede, oficinas, centro de operações, etc., e que se insere no Parque próximo aos limites das comunidades.

O segmento Almirante Alexandrino, especificamente, seria a parcela que uniria os pontos acima elencados. Dentro dele, o Reservatório do Carioca, uma construção sem uso atual e um bem tombado provisoriamente <sup>1</sup> pelo INEPAC, aflora como local potencial para a implantação do projeto, com potencial para reconstruir relações históricas, sociais, culturais e ambientais entre parque e cidade, cidade e comunidades, comunidades e parque.

A área integra o Parque Nacional da Tijuca, unidade de con-

servação ambiental criada em 06/07/1961 pelo Decreto Federal nº. 50923 sob a tutela do IBAMA. Sua vegetação também está protegida pelo código florestal, Lei 4771 de 15/11/1965. No nível Estadual além do tombamento das Caixas, está protegida por ato do Governador do Estado de 06/03/1991 que tomba a Serra do Mar/Mata Atlântica, além de estar indicada como área de interesse especial, com restrições ao parcelamento, por ser área de proteção de manancial, conforme disposto na Lei Estadual 1130 de 12/02/1987. Ela está, também, incluída na APA de Santa Teresa, unidade criada através da Lei Municipal nº. 495 de 09/01/1984. Segundo informações dos vizinhos, as residências dos encarregados estão ocupadas por antigos funcionários da CEDAE que fazem a guarda do local.

O programa proposto seria uma edificação de uso híbrido, contemplando atividades e práticas educativas, buscando agenciar o edifício às propostas de ações e projetos apontados pelas comunidades nas oficinas participativas, visando estabelecer e fortalecer vínculos novos e existentes, em um projeto que propõe construir a arquitetura através do diálogo histórico, espacial, ambiental e sociocultural.

Buscando melhor aproveitar o restauro parcial do complexo, é mantido o layout interno da casa do encarregado do cloro com um centro de visitantes, lavatório e sanitários. É incluído espaço de recepção/souvenirs para dar apoio ao equipamento que também possui uso turístico. Na varanda são colocados dois bancos de madeira maciça, semelhante aos demais propostos no jardim central, de maneira a criar um espaço de estar externo.

Descendo em direção à área dos tanques temos a bacia inundável, espaço com uso original para contenção das águas do rio em época de cheia antes de sua captação para os reservatórios. Nesse espaço

é proposta a inserção de mais um uso além do anterior, um reduto de frescor com a colocação de chuveiros públicos. Nesse ambiente a escada entra como elemento lúdico e marcadamente diferente das demais. É criado um jogo de níveis através de formas geométricas que relembram a encosta de um rio rochoso, mas que claramente não são formas naturais a este elemento.

No espaço dos tanques são mantidas as alterações já realizadas para requalificação dos mesmos para uso. A proposta da restauração ocorrida em 2016, era qualificar o espaço para armazenamento das águas vindas de outro rio para abastecimento da comunidade dos Guararapes. Porém, foi verificado que a obra complementar para encaminhamento desses recursos hídricos não foi realizada e os tanques permanecem vazios.

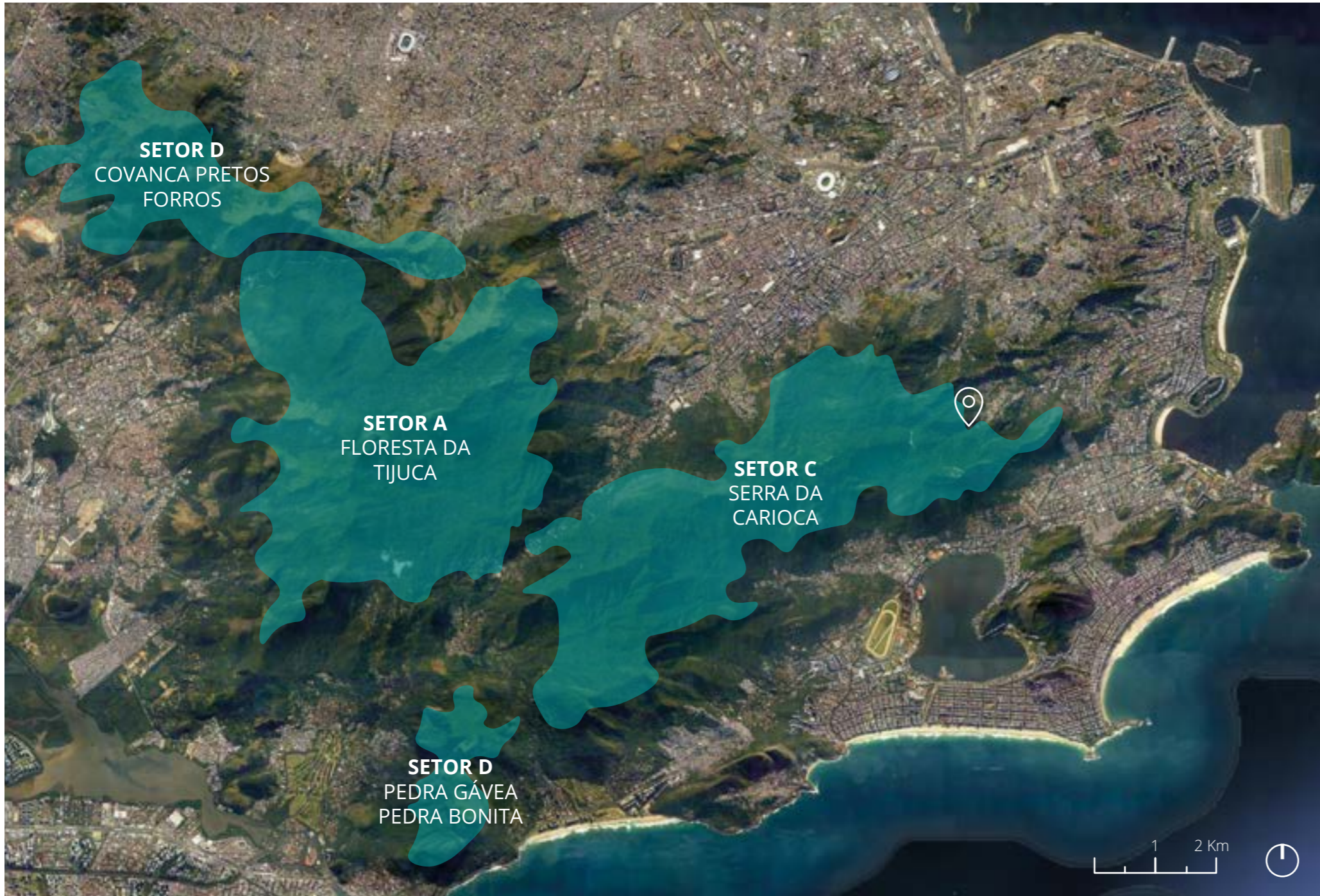
Este projeto que quebra cadeias com esta ação que valoriza o meio e que, de forma inédita, não é pacote pronto, traz à luz o fato de que o favelado pensa, cria e lidera <sup>2</sup>.

*Orlando Dato, Liderança Comunitária*

<sup>1</sup>De acordo com a Lei Estadual nº 509, de 3 de dezembro de 1981 (que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento), em seu artigo 5º, parágrafo 1º, "O tombamento provisório equipara-se para todos os efeitos ao tombamento definitivo" (RIO DE JANEIRO, 1981).

<sup>2</sup>Entrevista realizada por pesquisadores comunitários do Projeto Favela-Parque, 2018.





Mapa 16

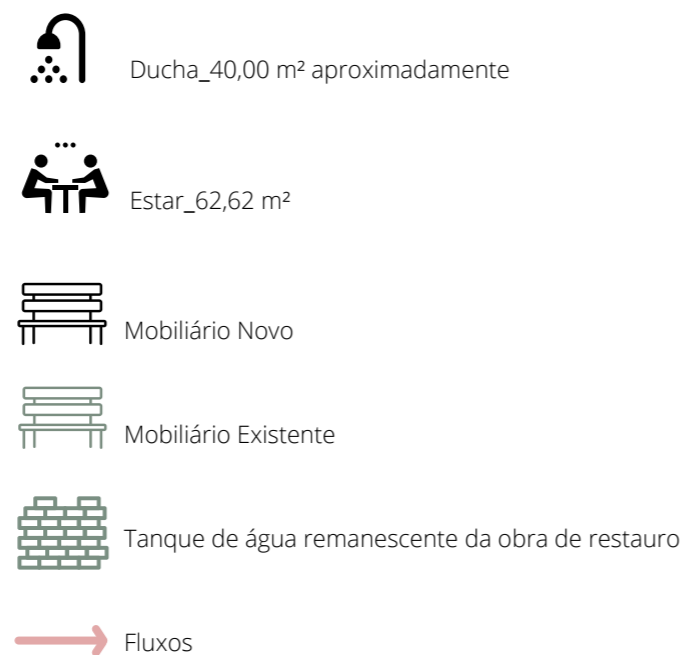


Mapa 17



## INTERVENÇÃO DIAGRAMAS DE USO DO ESPAÇO

Os diagramas a seguir apresentam a proposta de utilização dos espaços do antigo Reservatório do Carioca, que correspondem as atividades que foram propostas pelas comunidades nas Oficinas Participativas, somadas a outras propostas que surgiram ao desenvolver o projeto. A ideia é que a nova estrutura não apresente limites rígidos na configuração dos espaços, possibilitando que essas atividades ocorram conforme a demandas sociais, de educação e lazer.



## GERAL FLUXOS

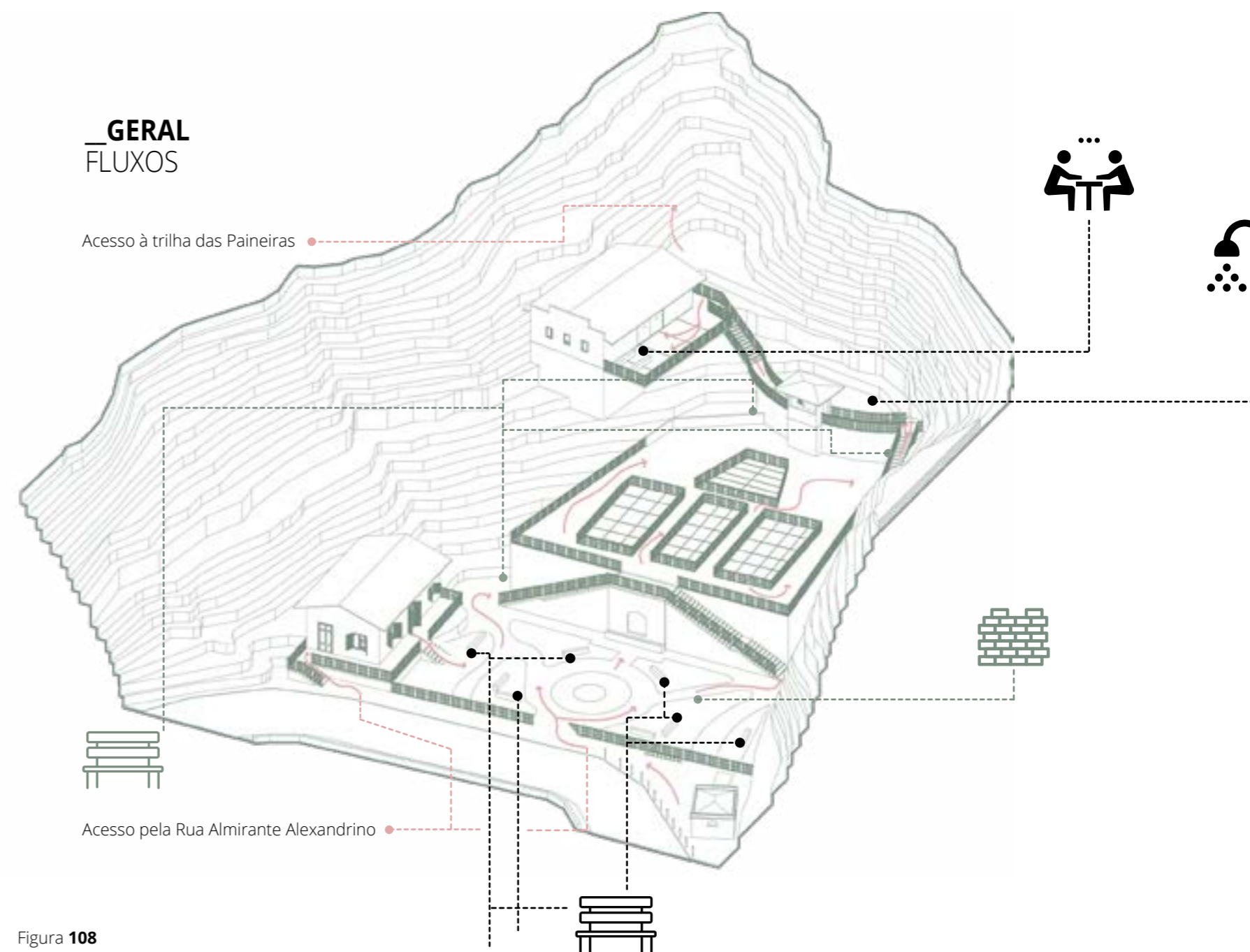
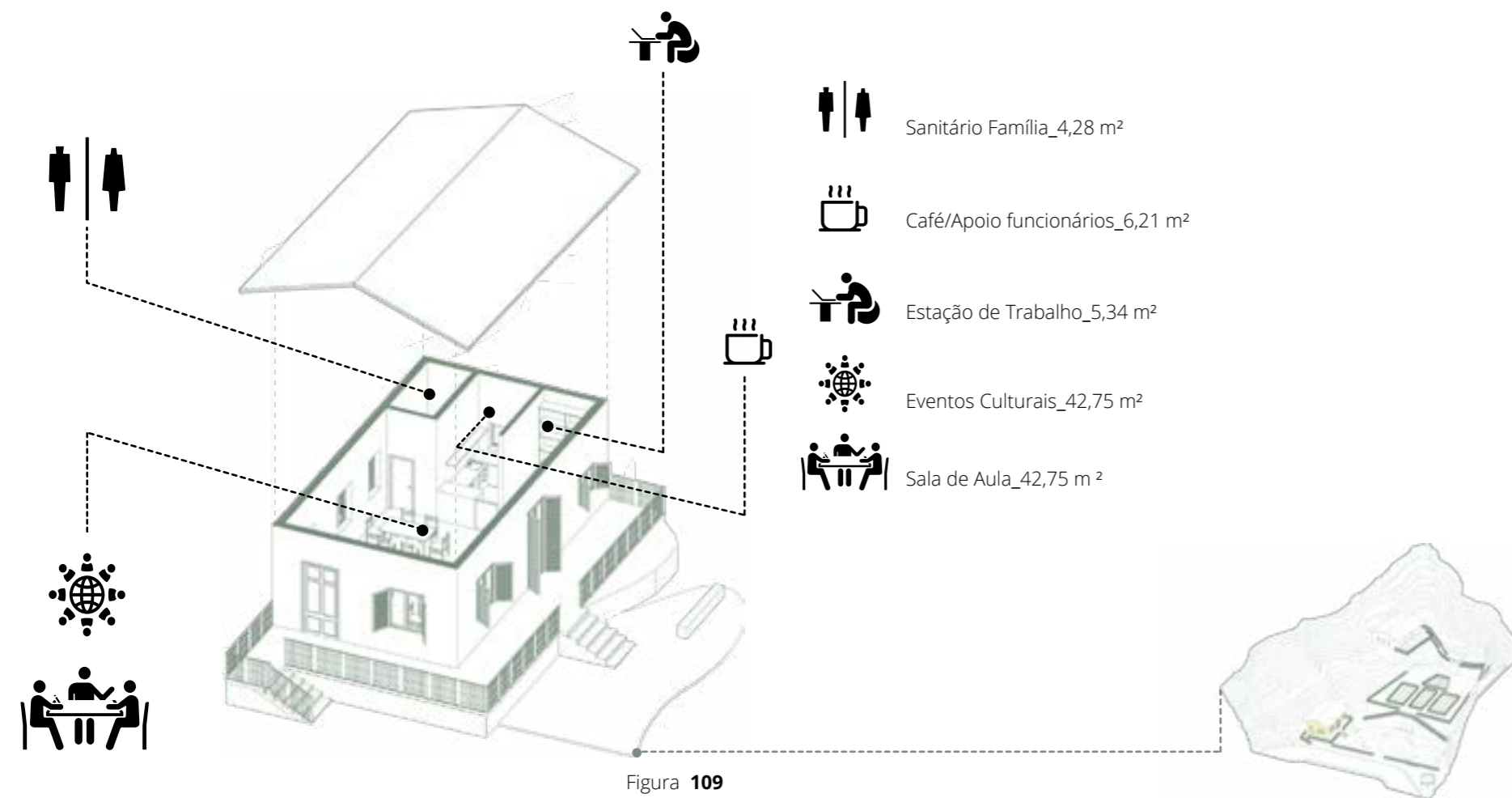


Figura 108



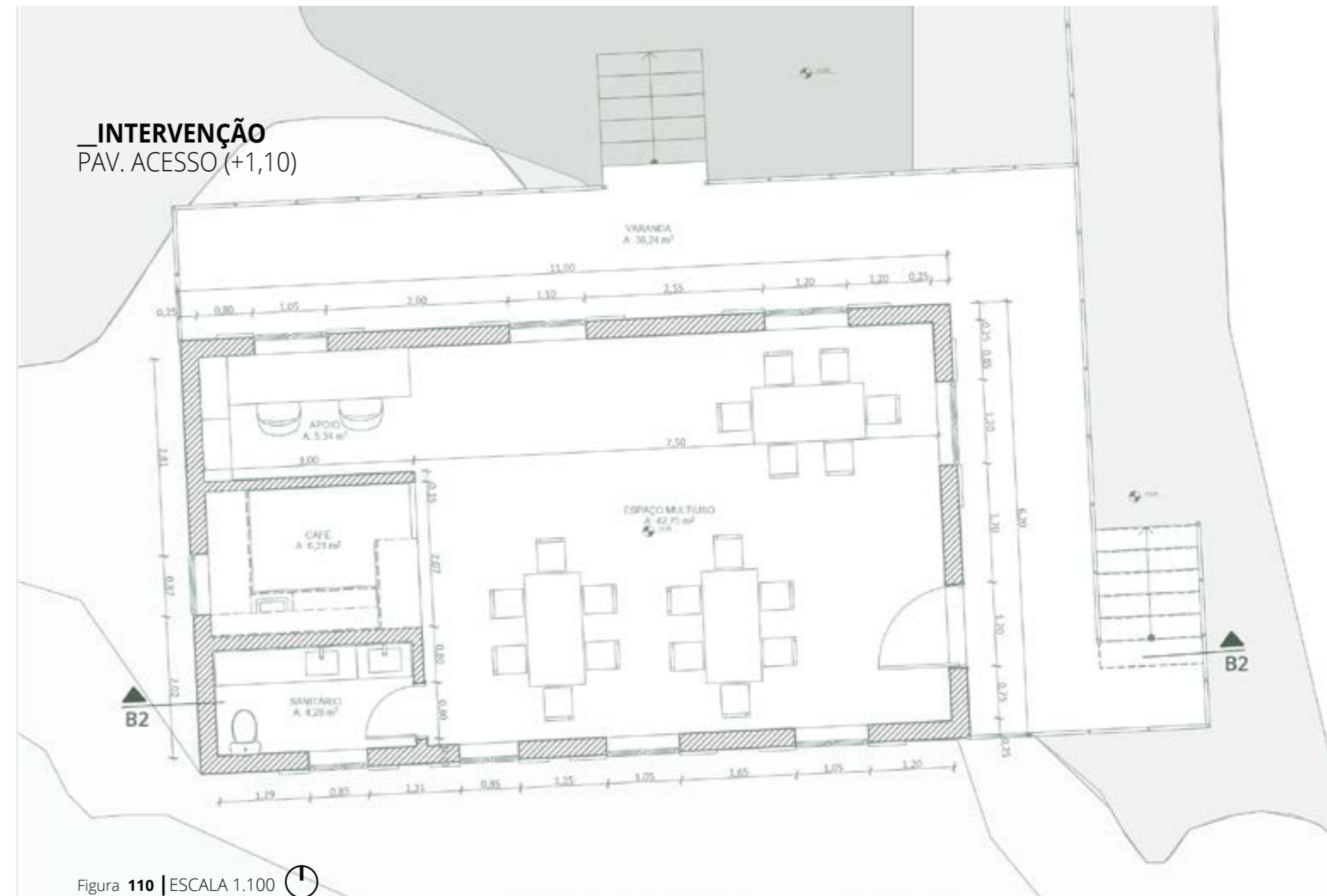
## \_PAVIMENTO DE ACESSO

ANTIGA CASA DO ENCARREGADO DA CAIXA



## \_INTERVENÇÃO

PAV. ACESSO (+1,10)



### \_3º PAVIMENTO

ANTIGA CASA DO ENCARREGADO DO CLORO

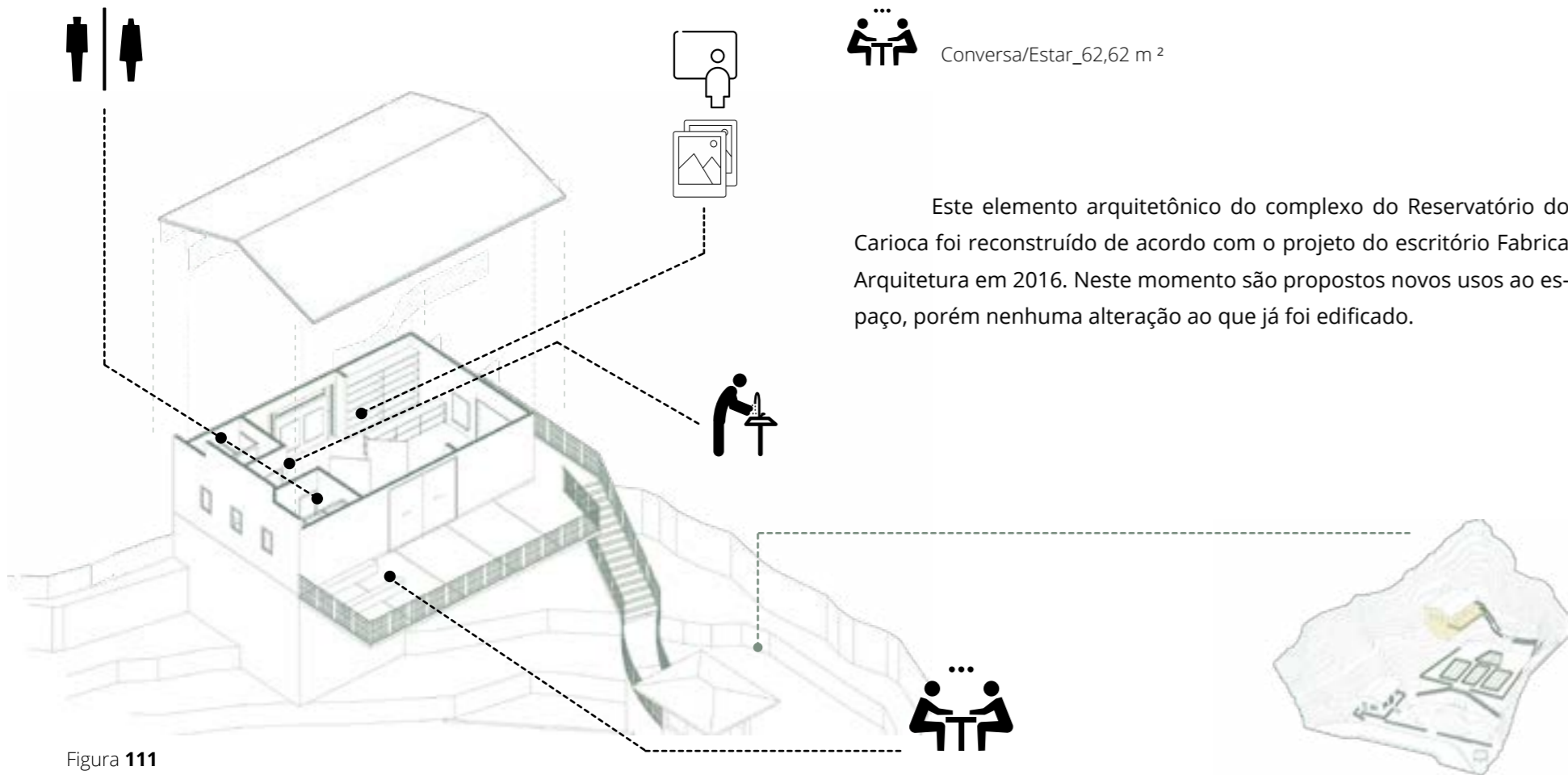


Figura 111

### \_INTERVENÇÃO 3º PAVIMENTO (+8,95)

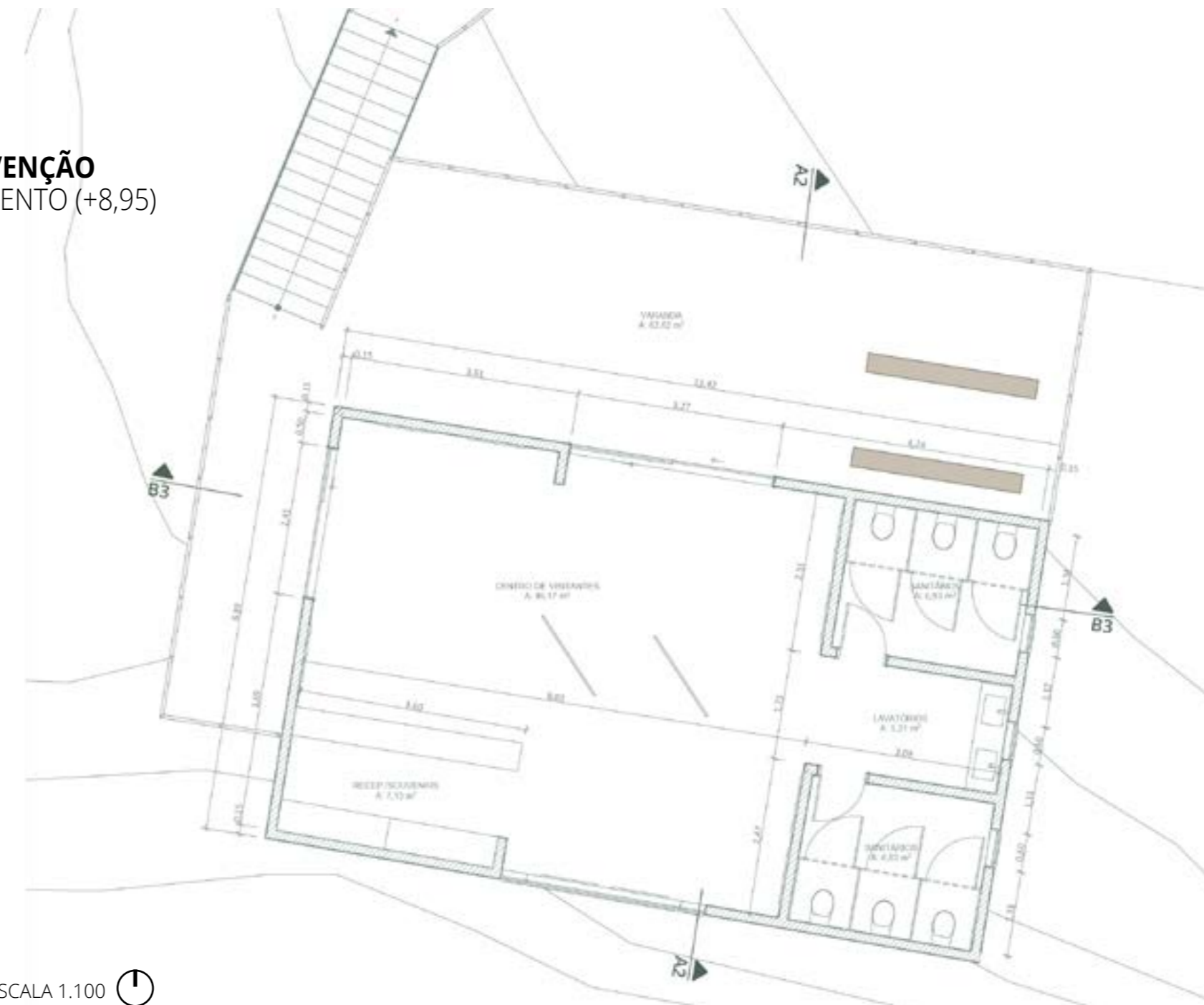


Figura 112 | ESCALA 1.100



**\_INTERVENÇÃO**  
IMPLANTAÇÃO

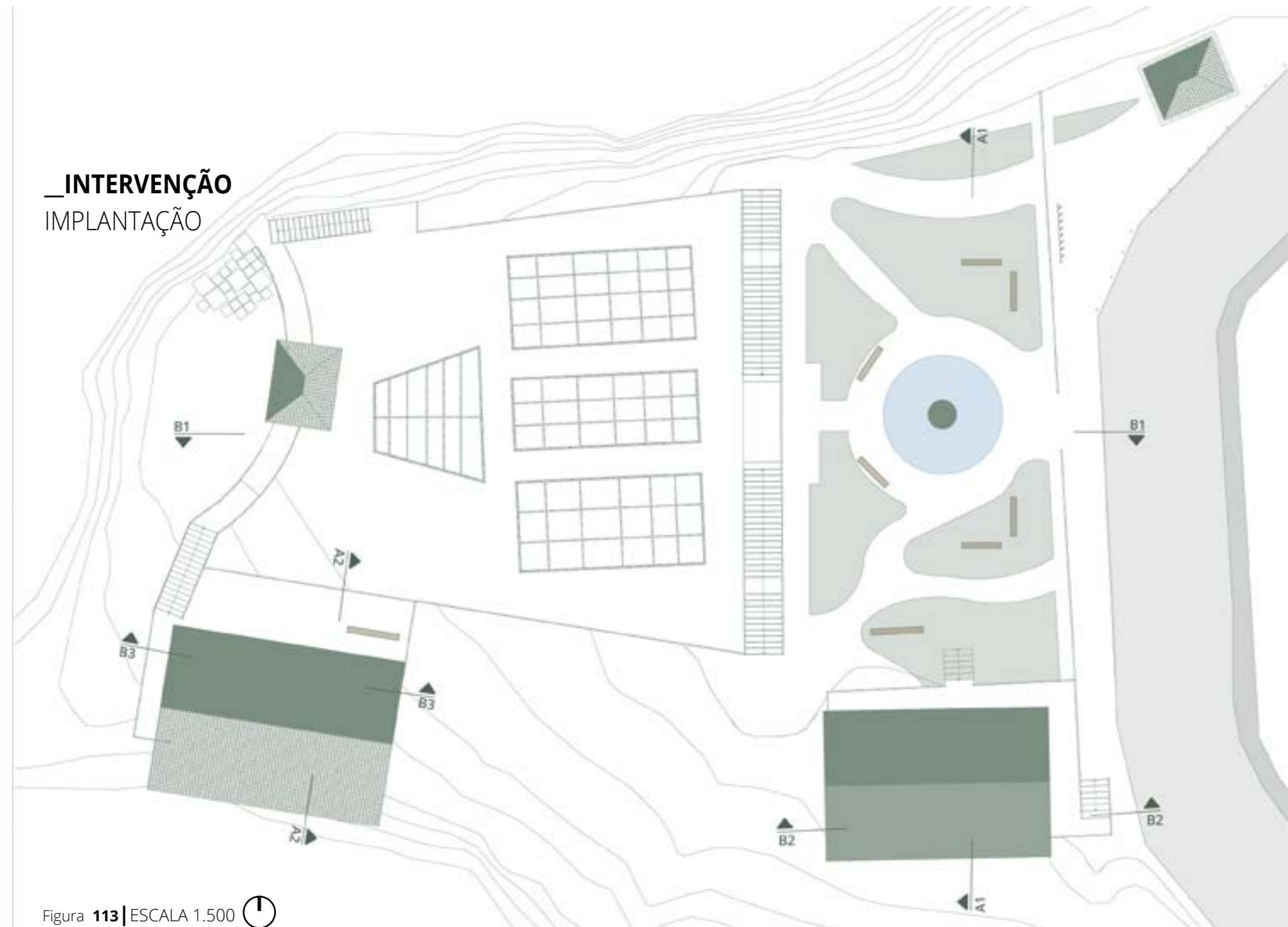


Figura 113 | ESCALA 1.500

**\_INTERVENÇÃO**  
CORTE A1



Figura 114 | ESCALA 1.200

**\_INTERVENÇÃO**  
CORTE A2

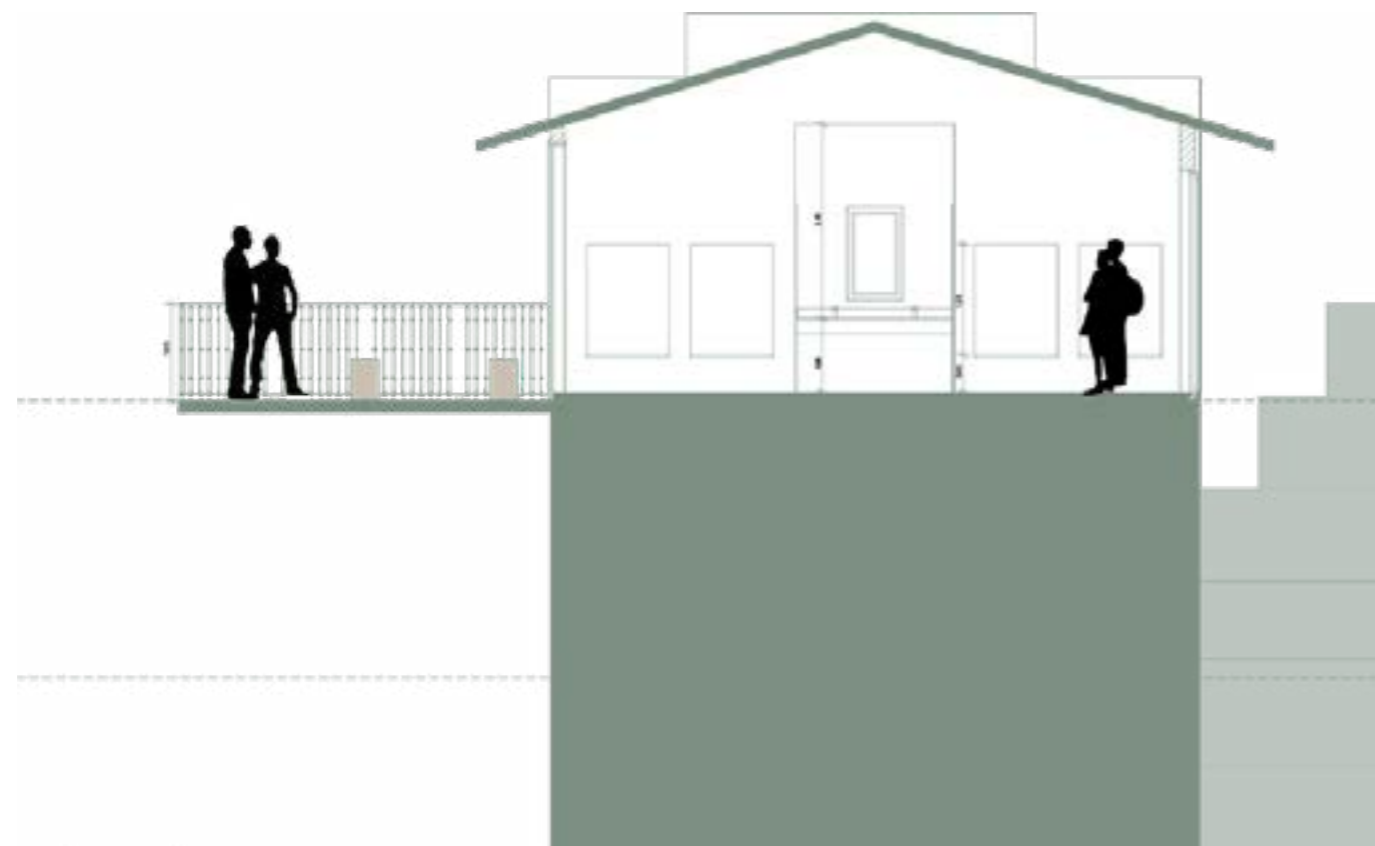


Figura 115 | ESCALA 1.200

**\_INTERVENÇÃO**  
CORTE B1



Figura 116 | ESCALA 1.200



**\_INTERVENÇÃO**  
CORTE B2

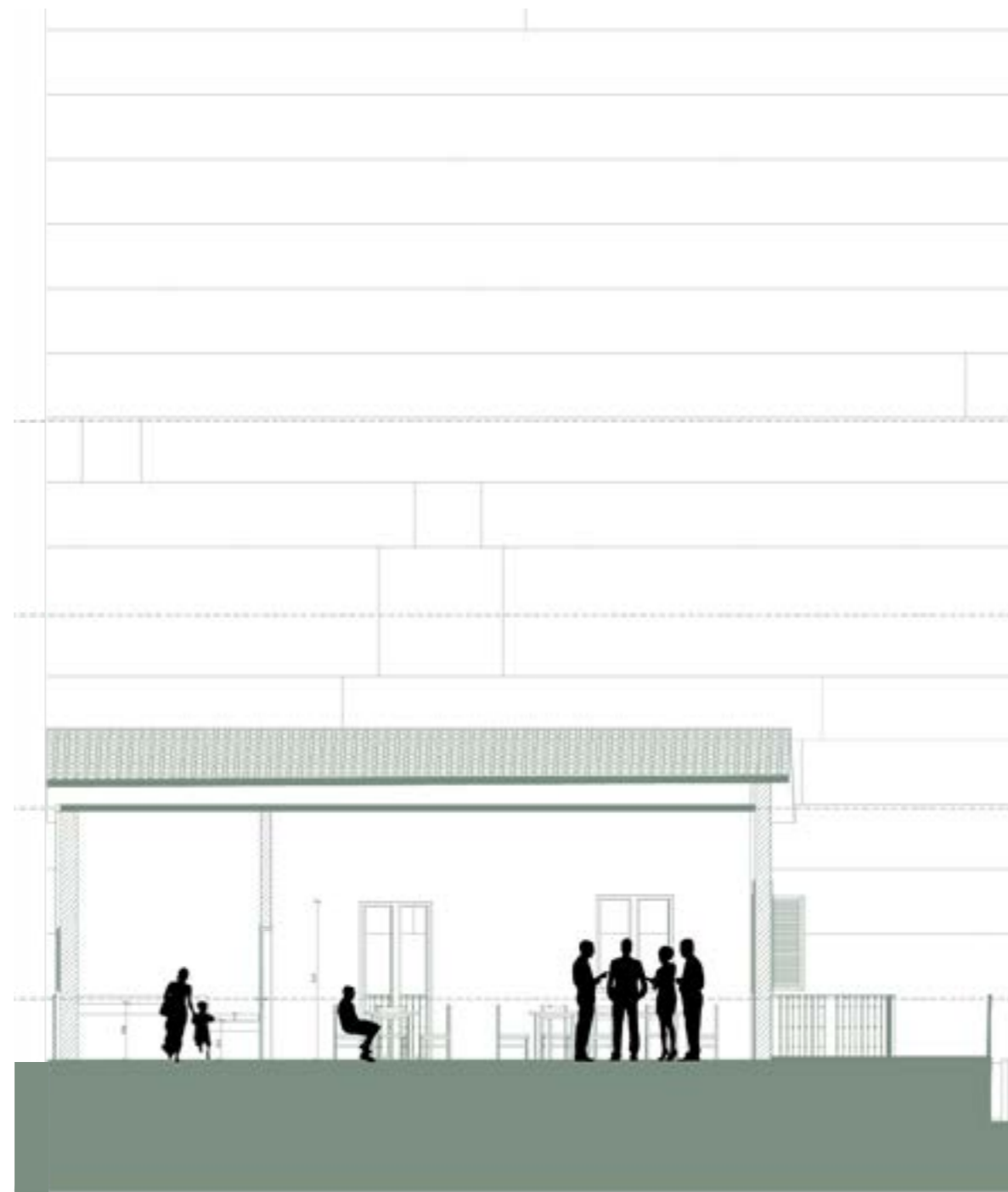


Figura 117 | ESCALA 1.100

**\_INTERVENÇÃO**  
CORTE B3

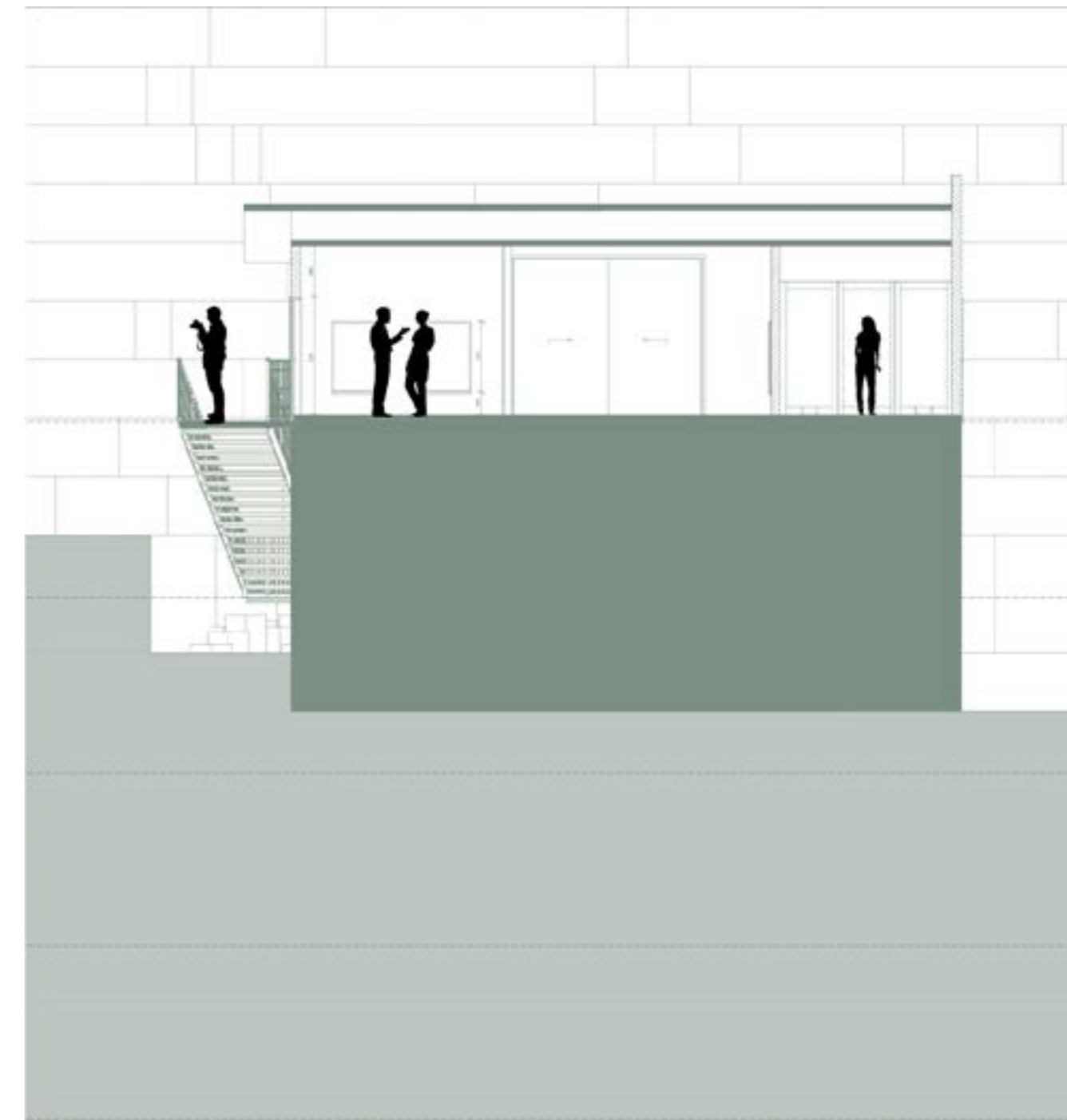


Figura 118 | ESCALA 1.100

## INTERVENÇÃO PLANO DE MASSAS



Figura 119 | ESCALA 1.250

## INTERVENÇÃO MATERIALIDADE

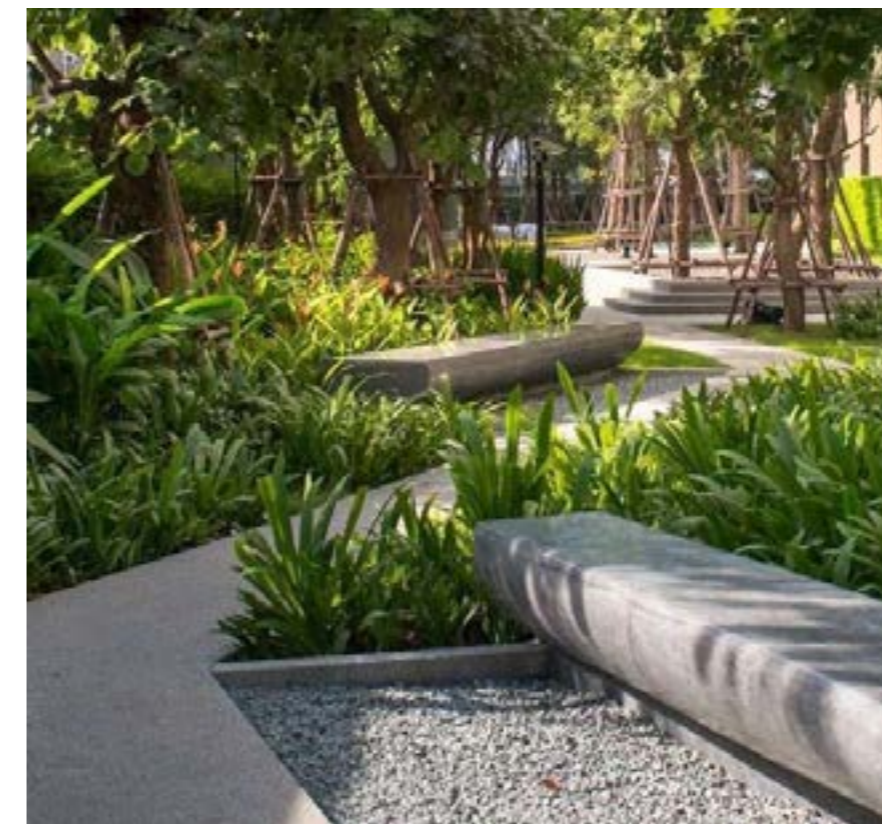


Figura 120



Figura 121

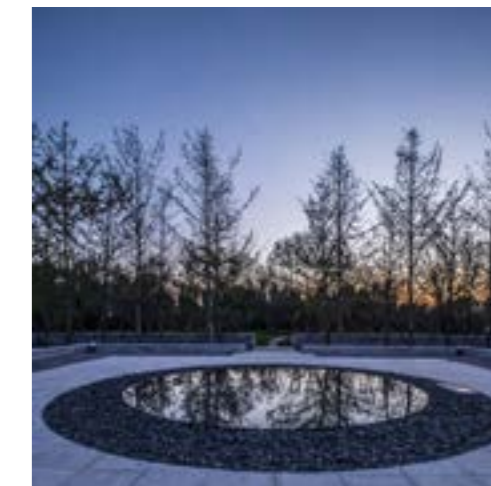


Figura 122

O jardim do Reservatório do Carioca é entendido como um monumento à água e lugar de sensibilização dos recursos hídricos. O objetivo ao restituir o jardim do seu formato original, de acordo com imagens e plantas, é preservar e revelar o seu estado original, conferindo-lhe e divulgando-lhe valores. Os elementos introduzidos serão todos marcadamente diferentes dos originais, mantendo as premissas da proposta de restauro .

É proposta a utilização de tento em meio fio mineral para demarcação das áreas dos canteiros e percurso. Para os espaços caminháveis é indicada a utilização do piso Fulget , ou também conhecido como granito lavado. Piso antiderrapante e semi-permeável, com estética natural que permite a manutenção da aparência e acessibilidade.

Para a área do chafariz é sugerida a alteração do mesmo por um espelho d'água com uma estátua no centro. A alteração busca consolidar o ambiente como de contemplação, além de também reforçar a diferença entre elementos originais e não originais. A estátua busca criar um eixo vertical para o espaço central do jardim e do qual todos os percursos se distribuem.



Para a estátua é proposto um trabalho que remeta a história do local. O rio do Carioca, também conhecido como rio das Caboclas, era conhecido dessa forma devido ser comum as escravas irem buscar água para seus senhores. Dessa forma, é posicionada estátua de uma mulher negra com um recipiente na cabeça para carregar água no centro do espelho d'água.

Buscando proteger a edificação Caixa da Mãe D'água construída em 1774, é proposta a ampliação em 90cm da calçada e a colocação de balizadores de carros ao longo da extremidade da mesma, para que em possíveis acidentes, exista um entreposto entre o veículo e a edificação mais antiga do complexo. Dessa forma, buscando manter o tamanho da pista de rolamento, é feito o mesmo alargamento do lado oposto. Atualmente, existem apenas 13cm entre a construção e a rua.



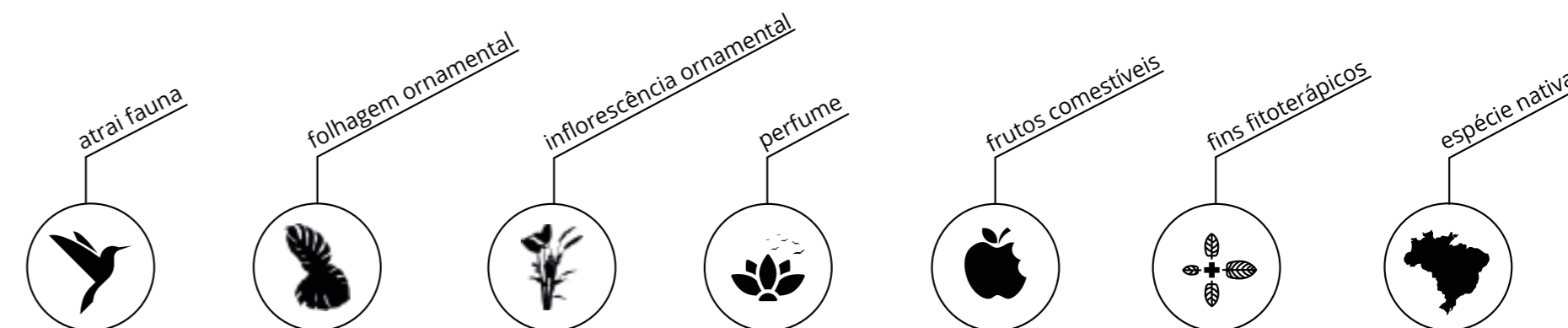
Figura 123

Por fim, é colocado bicicletário próximo ao acesso ao jardim, permitindo mais um modal de transporte ao local. Atualmente, o Parque e o trecho em específico, são frequentemente visitados por ciclistas.



Figura 124

## INTERVENÇÃO ELENCO DE ESPÉCIES



**1** *Calathea zebrina*  
calatéia-zebra



ESTRATO: arbusto  
ORIGEM: Brasil  
ALTURA: 0,8 a 1,2m  
CARACTERÍSTICAS: Herbácea perene, acaule, com folhagem ornamental. Folhas grandes, simples, largoovaladas, verde-aveludadas. Inflorescências densas, escondidas pela folhagem, sem importância ornamental. Planta apropriada para vasos, renques, bordaduras ou conjuntos, em canteiros a sombra ou meia-sombra, com terra rica em composto orgânico e mantida da única.



Figura 125

Figura 126



1

***Calathea burle-marxii***

maranta-de-burle-marx



ESTRATO: arbusto

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 0,8 a 1,5m

CARACTERÍSTICAS: Herbácea perene, florífera e de folhagem decorativa. Inflorescência decorativa densa, ereta, fixada na base das folhas, do tipo espiga. Flores pequenas formadas do verão. Adequadas para jardineiras, vasos grandes, conjuntos ou renques, sempre em locais sombreados, em canteiros ricos em matéria orgânica, mantidos úmidos.



Figura 127



Figura 128

1

***Adiantum raddianum***

avenca



ESTRATO: herbácea

ORIGEM: América Tropical

ALTURA: 0,30 a 0,40m

CARACTERÍSTICAS: Samambaia herbácea, rizomatosa, perene, de folhagem delicada, provida de muitas frondes divididas com numerosos folíolos em forma de cunha larga com margem arredondada e levemente ondulada. Cultivada geralmente em vasos, mantidos em locais protegidos a meia-sombra. Não tolera geadas.



Figura 129



Figura 130

140

2

***Zebrina purpusii***

lambari roxo



ESTRATO: herbácea

ORIGEM: México

ALTURA: 0,15 a 0,25m

CARACTERÍSTICA: Pertence à família Commelinaceae, perene, reptante, suculenta, muito ramificada. Folhas carnosas, persistentes, brilhantes, verde arroxeadas com estrias verde claras na face superior e roxo na face inferior, de 5-9 cm de comprimento. Na meia sombra a planta permanece aberta, mostrando a face superior esverdeada, quando a pleno sol, a planta adquire um tom roxo escuro e se fecha mostrando face inferior.



Figura 131



Figura 132

2

***Callisia repens***

dinheiro em penca



ESTRATO: herbácea

ORIGEM: América Tropical

ALTURA: 0,05 a 0,25m

CARACTERÍSTICAS: Ela apresenta folhagem densa e muito ornamental, formada por caule ramificado, filamentosos e comprido, de coloração arroxeadas e numerosas folhas cerosas, delicadas, pequenas e verde-arroxeadas, com a página inferior roxa. As flores do dinheiro-em-penca são brancas e pequenas e de pouca importância ornamental.

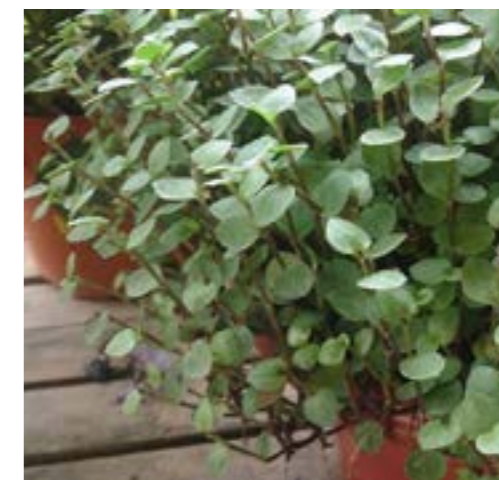


Figura 133



Figura 134

141



3

***Vriesea saundersii***

bromélia-vriésia



ESTRATO: bromélia

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 0,9m

**CARACTERÍSTICAS:** Pequena espécie com folhas prateadas salpicadas de vermelho-bordeaux, cujo verso é arroxeadado. As pontas das folhas são curvadas para baixo. A inflorescência é composta por brácteas amarelas, que contrastam de forma destacada com a roseta. Uma das mais belas espécies do gênero *Vriesea*. Aprecia uma boa quantidade de luz, e substrato com boa drenagem, com umidade moderada.



Figura 135



Figura 136

3

***Vriesea neoglutinosa***

gravatá



ESTRATO: bromélia

ORIGEM: América Central e do Sul (bioma mata atlântica)

ALTURA: 1,2 a 3,0m

**CARACTERÍSTICAS:** Espécie perene. Aprecia meia sombra e solo úmido, não tolerando sol pleno, frio e ambientes muito secos.



Figura 137



Figura 138

142

3

***Philodendron bipinnatifidum***

guaimbê



ESTRATO: arbusto semi-lenhosa

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 4,0m

**CARACTERÍSTICAS:** Folhas grandes, com muitos recortes lanceolados, pouco ou não crespos. Inflorescência de importância secundária como ornamental. É cultivado em vasos, isoladamente ou em grupos formando maciços, em jardins a meia-sombra ou a pleno sol. Com a idade, formam-se diversas brotações no caule espesso à maneira de uma touceira. É tolerante a baixas temperaturas.



Figura 139



Figura 140

3

***Guzmania symphony***

musgo-tapete



ESTRATO: bromélia

ORIGEM: América do Sul

ALTURA: 0,4 a 0,6m

**CARACTERÍSTICAS:** Plantas epífitas, e apresentam folhas largas e macias, com textura coriácea e inflorescência formada por brácteas coloridas e flores tubulares. Devem ser cultivadas à meiasombra, em substrato próprio para epífitas, como fibras e cascas de coco e cascas de pinus, misturados a terra vegetal. Aprecia regas frequentes, sem encharcamento.



Figura 141



Figura 142

143



4

***Philodendron bipinnatifidum***

guaimbê



ESTRATO: arbusto semi-lenhosa

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 4,0m

CARACTERÍSTICAS: Folhas grandes, com muitos recortes lanceolados, pouco ou não crespos. Inflorescência de importância secundária como ornamental. É cultivado em vasos, isoladamente ou em grupos formando maciços, em jardins a meia-sombra ou a pleno sol. Com a idade, formam-se diversas brotações no caule espesso à maneira de uma touceira. É tolerante a baixas temperaturas.



Figura 143



Figura 144

4

***Clerodendrum thomsonae***

clerodendro



ESTRATO: arbusto

ORIGEM: África

ALTURA: 3,0m

CARACTERÍSTICAS: Trepadeira semi-lenhosa de crescimento lento, porém de efeito espetacular. Floresce na primavera e no verão atraindo mamangavas. Devem ser cultivados em solo fértil sempre a pleno sol.



Figura 145



Figura 146

144

4

***Dicksonia sellowiana***

xaxim



ESTRATO: arbusto

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 2,0 a 4,0m

CARACTERÍSTICAS: Arbusto semi-lenhoso, de tronco ereto, fibroso, espesso de folhagem ornamental e de crescimento muito lento. Folhas grandes, concentradas na extremidade do tronco marcado pelas cicatrizes foliares. Cultivado isoladamente ou em grupos a meia-sombra ou a sombra, mantida umedecida. Muito resistentes ao frio.



Figura 147



Figura 148

4

***Tibouchina mutabilis***

macaná-da-serra



ESTRATO: árvore

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 6,0 a 12,0m

CARACTERÍSTICAS: Arborização de ruas, pois não apresenta raízes agressivas. Possui crescimento rápido. As flores desabrocham com a cor branca e gradativamente vão tornando-se violáceas. Deve ser cultivado sob sol pleno, em solo fértil, drenável, enriquecido com matéria orgânica e irrigado periodicamente por pelo menos um ano após o plantio no local definitivo.

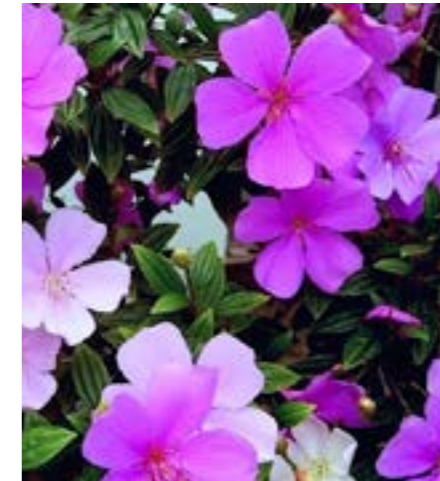


Figura 149



Figura 150

145



4

***Xanthosoma robustum***

capote



ESTRATO: herbácea

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 0,8 a 1,4 m

CARACTERÍSTICAS: Rizomas e folhas comestíveis, se cozidas. Adequada também para uso ornamental, em plantio isolado ou em grupos em jardins a meia-sombra ou pleno sol, em terreno rico em matéria orgânica. Propaga-se através de rizomas, no inverno (agosto).

Figura 151



Figura 152

4

***Calathea zebrina***

calatéia-zebra



ESTRATO: arbusto

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 0,8 a 1,2m

CARACTERÍSTICAS: Herbácea perene, acaule, com folhagem ornamental. Folhas grandes, simples, largovaladas, verde-aveludadas. Inflorescências densas, escondidas pela folhagem, sem importância ornamental. Planta apropriada para vasos, renques, bordaduras ou conjuntos, em canteiros a sombra ou meia-sombra, com terra rica em composto orgânico e mantida da única.

Figura 153



Figura 154

146

4

***Calathea burle-marxii***

maranta-de-burle-marx



ESTRATO: arbusto

ORIGEM: Brasil

ALTURA: 0,8 a 1,5m

CARACTERÍSTICAS: Herbácea perene, florífera e de folhagem decorativa. Inflorescência decorativa densa, ereta, fixada na base das folhas, do tipo espiga. Flores pequenas formadas do verão. Adequadas para jardineiras, vasos grandes, conjuntos ou renques, sempre em locais sombreados, em canteiros ricos em matéria orgânica, mantidos úmidos.

Figura 155



Figura 156

4

***Adiantum raddianum***

avenca



ESTRATO: herbácea

ORIGEM: América Tropical

ALTURA: 0,30 a 0,40m

CARACTERÍSTICAS: Samambaia herbácea, rizomatosa, perene, de folhagem delicada, provida de muitas frondes divididas com numerosos folíolos em forma de cunha larga com margem arredondada e levemente ondulada. Cultivada geralmente em vasos, mantidos em locais protegidos a meia-sombra. Não tolera geadas.

Figura 157

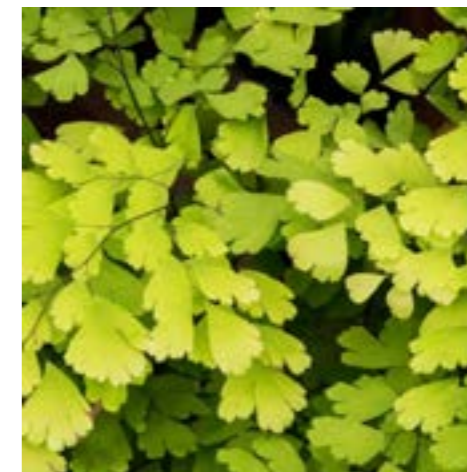


Figura 158

147



**\_INTERVENÇÃO**  
PERSPECTIVAS

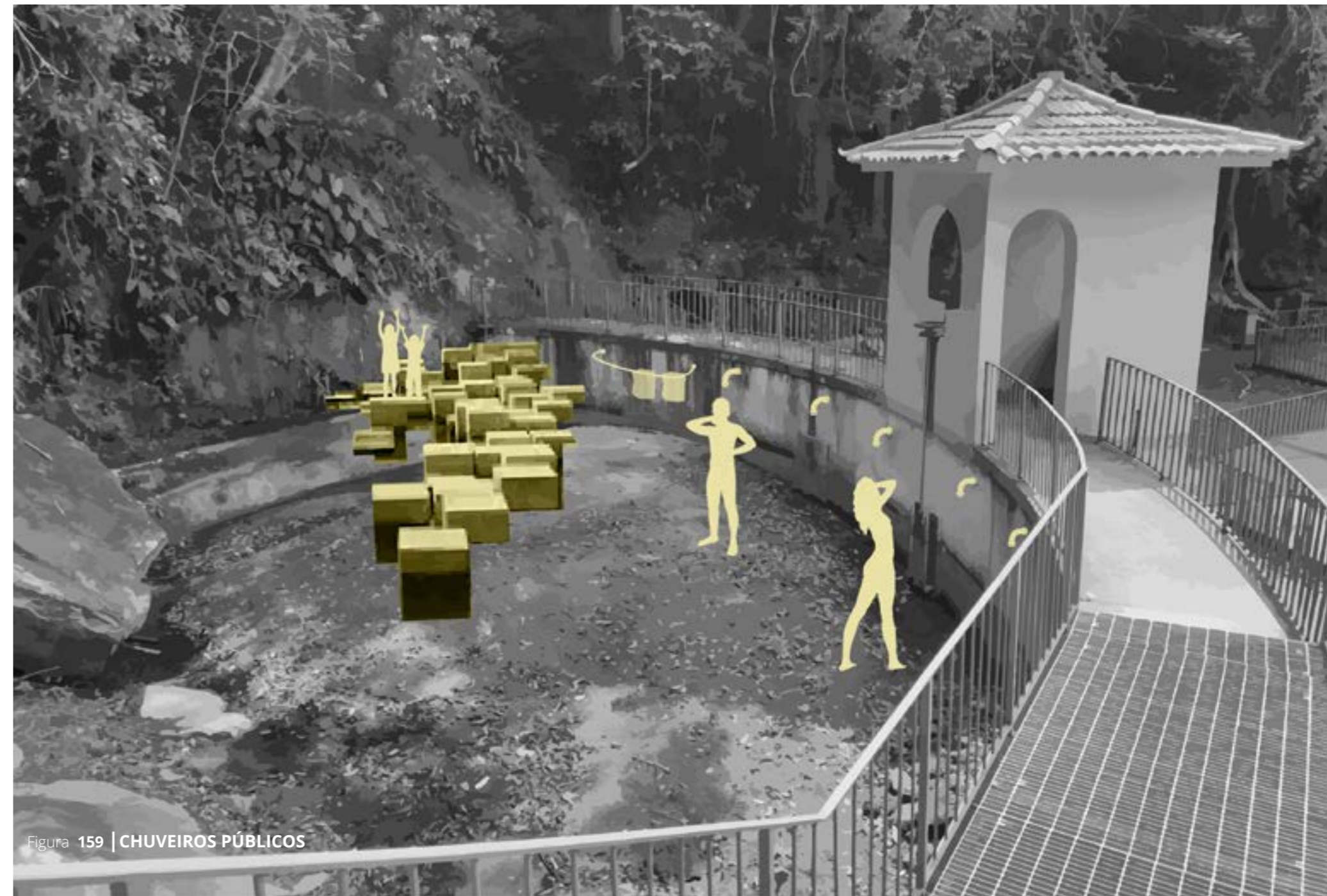


Figura 159 | CHUVEIROS PÚBLICOS





Figura 160 | JARDIM





Figura 161

ANEXO



<b>Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO VINCULADA</b>
<b>INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE</b>
<b>EXTRATO DE TERMO</b>

**INSTRUMENTO:** Termo de Distrato INEA nº 03/2018. **PARTES:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e CAMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS. **OBJETO:** Resilição do Contrato nº 35/2015, relativo a contratação de serviços de locação de veículos. **DATA DA ASSINATURA:** 08/12/2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 79, II, da Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº E-07/002/6977/2015.**

Id: 2159961

<b>INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE</b>
<b>EDITAIS</b>

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração Nº COGEFISEAI/00151551 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 40.731,43 em 21/11/2018, com enquadramento no artigo 88, da mesma Lei. Processo nº E-07/002.6779/2016.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Auto M Center Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 06.180.588/0001-99. **ENDEREÇO:** Avenida Glaucio Gil, Lote 19.672, Quadra 159, Lote 024 - Rio de Janeiro - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venézuela, nº 110 sala 413 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração Nº COGEFISEAI/00151108 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 6.508,20 em 22/10/2018, com enquadramento no artigo 81, da mesma Lei. Processo nº E-07/002.5532/2015.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** BJ Agropecuária Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 31.353.972/0001-93. **ENDEREÇO:** Rodovia BR 101 km 159 - Macaé - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venézuela, nº 110 sala 413 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº COGEFISEAI/00151591, emitido com a Sanção de ADVERTÊNCIA, em 26/11/2018, com enquadramento no artigo 52 da mesma Lei. Processo nº E-07/002.2354/2016.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Ludenildo dos Santos. **CNPJ/CPF** Nº 640.422.867-04. **ENDEREÇO:** Sítio Fazenda da Laje - Itaocara - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Vené-

zuela, nº 110, sala 413 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração Nº COGEFISEAI/00150924 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 1.520,40 em 01/10/2018, com enquadramento no artigo 90, da mesma Lei. Processo nº E-07/002.15/2015.

**CONVOCA:**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** Logoplaste do Brasil Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 00.359.256/0009-47. **ENDEREÇO:** Avenida Kennedy, 128 - Duque de Caxias - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venézuela, nº 110 sala 413 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

<b>INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE</b>
<b>AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00151060</b>

**NOME:** Colnorte Coleta de Resíduos Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 09.190.350/0001-32. **ENDEREÇO:** Rua 01, sn - Vila Esperança. **MUNICÍPIO:** Itaboraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 64 e 85, da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 45.444,02. **PROCESSO:** Nº E-07/002.4391/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00151059**

**NOME:** Colnorte Coleta de Resíduos Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 09.190.350/0001-32. **ENDEREÇO:** Rua 01, sn - Vila Esperança. **MUNICÍPIO:** Itaboraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 87, da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 28.492,25. **PROCESSO:** Nº E-07/002.4392/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00150866**

**NOME:** Colnorte Coleta de Resíduos Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 09.190.350/0001-32. **ENDEREÇO:** Rua 01, sn. **MUNICÍPIO:** Itaboraí - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 65 e 85, da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 35.765,52. **PROCESSO:** Nº E-07/002.4393/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR Nº COGEFISEAI/00151920**

**NOME:** Poly Rio Polímeros de Sustentabilidade Ambiental Ltda. **CNPJ/CPF** Nº 05.428.828/0001-69. **ENDEREÇO:** Avenida Presidente Tancredo Neves, sn. **MUNICÍPIO:** Japeri - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76, da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** Interdição do Estabelecimento. **PROCESSO:** Nº E-07/002.2359/2018.

Id: 2159960

## Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

<b>INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b>
<b>EDITAL</b>

**O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC**, NOTIFICA aos proprietários ou a quem interessar possa que, nos termos do inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, e tendo em vista a **CIÊNCIA PRÉVIA** do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, publicada no Diário Oficial de 27 de dezembro de 2018, fica determinado o Tombamento Provisório do **RIO CARIÓCA**, localizado no Município do Rio de Janeiro, por seu valor cultural, histórico, natural, paisagístico e simbólico, em conformidade com as informações que constam no Processo nº E-18/001/449/2018, a saber:

- Fica especialmente tombada a extensão integral do leito do RIO CARIÓCA, estimada em 7,1 Km (sete quilômetros e cem metros), desde a nascente original, na região das Paineiras, até a foz atual na Praia do Flamengo, de acordo com os mapas que integram o supracitado processo, das folhas 260 às 267.

- Ficam definidos como área de tutela para proteção da ambiência do bem tombado os 05 (cinco) trechos do leito do Rio Carioca existentes ao longo de seu percurso, descritos nas folhas 256 às 258 do referido processo, com os respectivos parâmetros de preservação cultural, e identificados nos mapas das folhas 261 às 265.

Id: 2159950

## Controladoria Geral do Estado

<b>CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR</b>
<b>10ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO</b>
<b>EDITAL</b>

**A PRESIDENTE DA 10ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**, nos autos do inquérito administrativo instaurado com base no Processo nº E-03/016/1836/2017 e, tendo em vista o disposto no artigo 75, do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, faz saber a servidora **MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA MENEGUITE LOPES**, Identidade Funcional nº 50206869, Professor Docente I, Nível C, Referência 03, Vínculo 1, que deverá comparecer à sede da referida Comissão situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, nº 118, 12º andar, sala 1208, Centro/RJ, Tel: 2333-1893, no horário de 10 às 16 horas, a fim de prestar depoimento no processo administrativo disciplinar a que responde pelo cometimento de 10 (dez) faltas consecutivas, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2159140

<b>15ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO</b>
<b>EDITAL</b>

**A PRESIDENTE DA 15ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**, nos autos do inquérito administrativo instaurado com base no Processo nº E-03/001/5686/2016, tendo em vista o disposto no artigo 70, § 1º, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Decreto nº 2.479/79, **CITA**, pelo presente Edital, o servidor **LUIZ GUILHERME CERQUEIRA PEREIRA**, Identidade Funcional nº 5027301-9, Assistente Executivo, Matrícula n.º 3060078-7, Vínculo 1, que deverá comparecer à sede da referida Comissão situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, nº 118, 12º andar, sala 1211, Centro/RJ, Tel: 2333-1890, no horário de 10h às 16h, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da última publicação, a fim de apresentar defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar supra a que responde, por abandono de cargo, uma vez que foi indiciado por transgressão ao artigo 52, inciso V, § 1º, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Decreto nº 2.479/79.

Id: 2159522

<b>CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR</b>
<b>EDITAL</b>

**O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR**, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº E-03/007/1013/2014, tendo em vista o disposto no artigo 75, do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, faz saber o servidor **MARCUS VICINIUS ALVES RAMOS**, Identidade Funcional nº 50208659, Professor Docente I, Vínculo 1, que deverá comparecer à sede da referida Superintendência situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, nº 118, 12º andar, sala 1205, Centro/RJ, tel: 2333-1883, no horário de 12:00 às 16:00 horas, a fim de exercer o seu direito a ampla defesa e ao contraditório, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da primeira publicação do presente Edital.

Id: 2159340

## 8

## ANEXO TOMBAMENTO PROVISÓRIO DO RIO CARIOCA



Figura 162

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida (1987). **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, IPLANRIO, 1997.

ABREU, Maurício de Almeida. **“A cidade, a montanha e a floresta”**. In: Abreu, Maurício (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1992, pp. 54-103.

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: *origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro*. In: Revista Espaço e Debates, São Paulo: NERU, n. 37, p. 34-46, 1994.

AMIM, Valéria. A Territorialização da Escola e da Família no Imaginário dos Meninos em Situação de Risco: *Uma leitura possível*. Dissertação de Mestrado em Educação, na Universidade Federal da Bahia, Salvador. 104 p. 1999.

ARANTES, A. Arantes. A guerra de lugares in **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000. p. 103-129.

AZEVEDO, Giselle Arteiro. Escolas, qualidade ambiental e educação no Brasil: uma contextualização histórica. Caderno de Boas Práticas na Arquitetura, Eficiência Energética nas Edificações, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 1-8, 2009.

BO BARDI, Lina. Museu de Arte Moderna da Bahia. Salvador: diário de notícias, 1960.

BO BARDI, Lina. Museu de Arte Popular na Bahia de Todos os Santos. São Paulo: Mirante das Artes, 1967.

BOULLÉE É. **Arquitetura: Ensaio sobre a arte**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 2(2): 98-104, 2005.

BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo para o Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro, v. 1, 2008.

Câmara Metropolitana de Intregação Governamental. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Caderno Metropolitano número 3**. Cartografia e Informação. Disponível em: <<http://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Caderno03-Cartografia-Camara.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2021.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a Restauração Arquitetônica Hoje. *Desígnio*, Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, N.6, São Paulo: Anna-blume, Set./2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: Vol. 05. São Paulo: Editora 34, 1997.

FRAMPTON, Kenneth (2006). **Perspectivas para um regionalismo crítico**, p.503-520. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.

GUATTARI, Félix. **As três Ecologias**. 11. ed. Camponas, SP: Papyrus, 1990. 56 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Rio de Janeiro. Disponível em: <<censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id37idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-amp;view=>>. Acesso em: 29 abril 2021.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. Declaração do México, 1982. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%Aancia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>> Acesso em: maio de 2021.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. A Declaração de Quebec sobre a Preservação do Espírito do Lugar, 2008. Disponível em: <[https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)> Acesso em: maio de 2021.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. *Favela-Parque*: Programa de Educação Socioambiental do Parque Nacional da Tijuca com as Favelas do Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ, 2018. 59 p. Relatório.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN). Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

IRVING, Marta de Azevedo. et al. Projeto “Favela-Parque”: *Construindo conexões entre o Parque Nacional da Tijuca e as favelas Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres*. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2020. 168p.

KAPP, Silke. Armadilhas: Algumas palavras sobre o concurso para a sede do Grupo Corpo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 023.05, Vitruvius, abr. 2002. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.023/791>>. Acesso em 20 de julho de 2021.

KAPP, Silke; Grupo MOM. *Arquitetura como exercício crítico - e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*. Compêndio da disciplina Introdução a Teoria Crítica da Arquitetura da Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2016.

MCHARG, Ian (1969). **Design with Nature**. New York: John Wiley & Sons, 1992.

MONTANER, Josep Maria (2016). **Sistemas arquitectónicos contemporâneos**. Gustavo Gili, 224p.

N RG-SCHULZ, Christian (2006). **O Fenômeno do lugar**, p.443-461. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.

PREFEITURA DO RECIFE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; INCITI. Parque Capibaribe: A reinvenção do Recife Cidade-Parque. 1. ed. Recife: UFPE, 2019. 325 f.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE**. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Rafael Freitas da. **O Rio antes do Rio**. 2a ed. Rio de Janeiro: Babilonia Cultural Editorial, 2015.

SPIRN, Anne. O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 345 f.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: *Sistema e Projeto Territorial*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. 257 f.

VALLADARES, Licia. **A Gênese da Favela carioca**. A produção anterior às Ciências sociais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, N° 44. São Paulo: outubro, 2000.

VIEIRA, A. C. M. Memória e Paisagem: *Olhar(es) sobre o Patrimônio Cultural Turístico - Parque Nacional da Tijuca (RJ)*. Dissertação de Mestrado em Memória Social, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 242 p. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 que regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental.Regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, 2002. Brasília: MMA, 2000.

ZOLLINGER, Carla. O Trapiche à beira da baía: *a restauração do Unhão por Lina Bo Bardi*. Anais do sétimo Seminário Docomomo Brasil. Porto Alegre, out de 2007.

MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: *uma revisão de premissas*. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1., 2009, Ouro Preto. Anais... Brasília: Iphan, 2012. p. 27-41.

MCHARG, Ian (1969). **Design with Nature**. New York: John Wiley & Sons, 1992.

MONTANER, Josep Maria (2016). **Sistemas arquitectónicos contemporâneos**. Gustavo Gili, 224p.

NORBERG-SCHULZ, Christian (2006). **O Fenômeno do lugar**, p.443-461. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.

SCHLEE, Mônica Bahia ;CAVALCANTI, Nireu Oliveira; TAMMINGA, Kenneth (2007). **As transformações da paisagem na bacia do rio Carioca**, p. 267-284. In: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Paisagem e ambiente: ensaios. FAU. 435p.



INFRAESTRUTURA EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

# RESERVATÓRIO DO CARIOCA

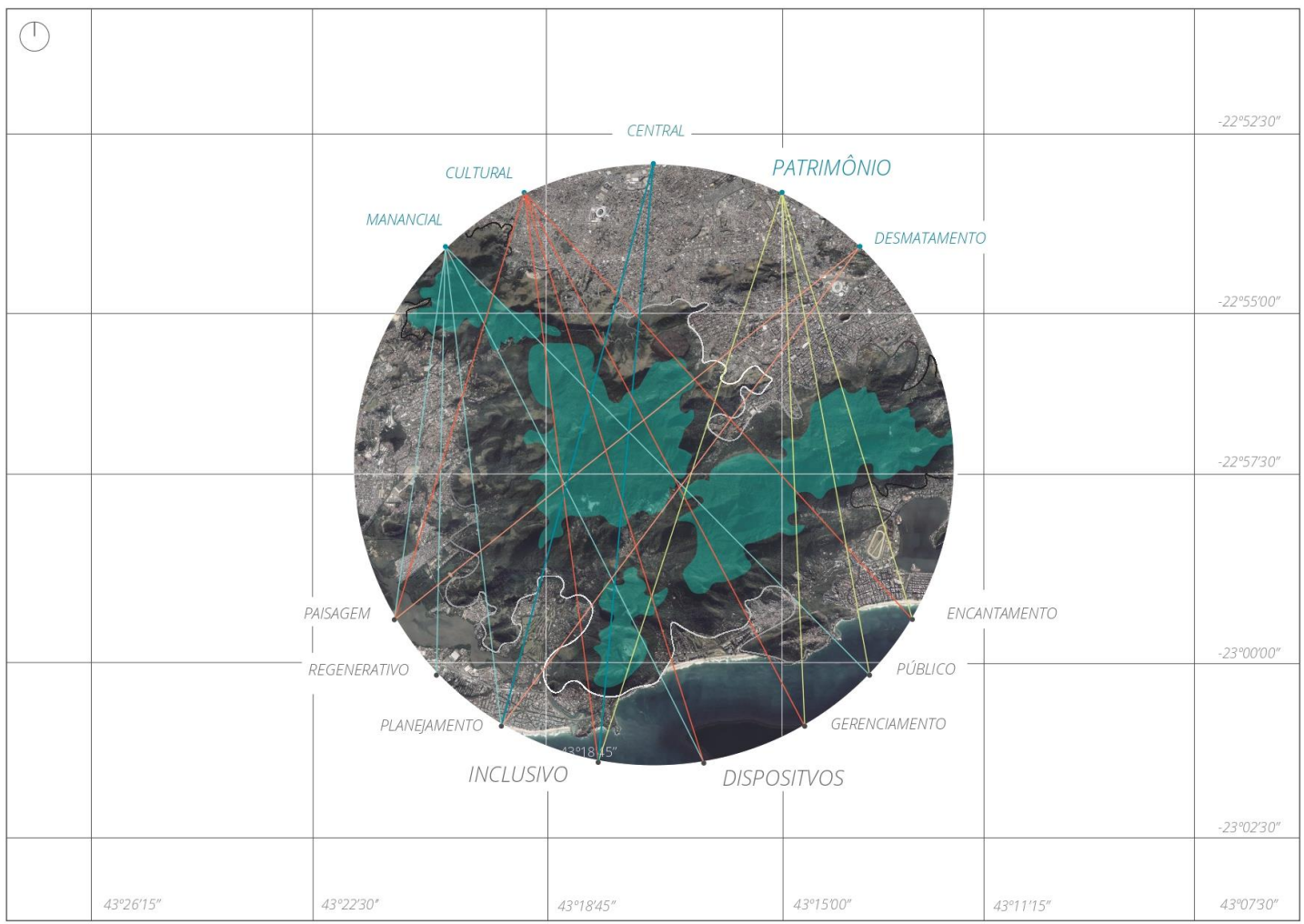
**CLARA AMIM MASCARENHAS BONINA**  
PATRICIA MAYA  
VALENTIN ARECHAGA  
TFG 2 - FAU UFRJ - OUTUBRO 2021





Figura: Vista satélite Parque Nacional da Tijuca. Fonte: Qgis.





## RESUMO

Este Trabalho pretende, a partir das questões sensíveis trazidas pela presença do Parque Nacional da Tijuca em um centro urbano denso, questionar as relações da unidade com as favelas do entorno e seus usuários com o foco em ações educativo socioambientais, frente às transformações urbanas ocorridas, refletir sobre possíveis reações no campo da Arquitetura que se alinhem a uma prática de construção coletiva.

Figura: Imagem Síntese. Fonte: Autoral, 2021.



## OBJETIVO

Figura: Entrada casa encarregado da caixa. Fonte: Autoral, 2021.



# RESERVATÓRIO

## INFRAESTRUTURA EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

### DO **CARIOCA**

#### **OBJETIVO**

**GERAL\_** O objetivo geral deste Trabalho Final de Graduação consiste, então, na proposição de um espaço de permanência, acolhimento e desenvolvimento de atividades voltadas para a manutenção da biodiversidade, implicada com questão sociocultural dessas comunidades inseridas no entorno do Parque, bem como de suporte para a promoção por meio do ensino e da capacitação, da estruturação de atividades e de novos vínculos das pessoas com a Unidade, a partir da resignificação do Reservatório do Carioca como um espaço de promoção de práticas educativas.

#### **ESPECÍFICOS\_**

- 1\_** Analisar as relações entre o Parque Nacional da Tijuca e os assentamentos urbanos dentro de uma perspectiva histórico-social;
- 2\_** Identificar um espaço no qual possa ser inserido projeto para atender à algumas demandas das comunidades e fortalecer o vínculo entre moradores e o Parque;
- 3\_** Resignificar um patrimônio arquitetônico reforçando o seu papel e propor uma solução/tipo que envolva a consolidação, a requalificação e a criação de um espaço educativo, de pesquisa e de lazer.

## PLANO DE ESTUDO

**1**

### \_\_Contexto Histórico

Análise sobre a ocupação do Maciço da Tijuca, criação do Parque e evolução da relação do Rio Carioca com os moradores da cidade e a cidade e si

**2**

### \_\_A questão favela Parque

Investigação sobre a relação das comunidades com o Parque, além da apresentação do plano de manejo e zoneamento do mesmo

**3**

### \_\_Questões para a Arquitetura

Reflexões sobre patrimônio e território e cidade e natureza dentro do campo da arquitetura

**4**

### \_\_Reservatório do Carioca

Apuração e definição da área de intervenção com o estabelecimento de premissas de projeto e restauro

**5**

### \_\_Referências para a Arquitetura

Estudar Referências projetuais e teóricas de espaços culturais e educacionais, e de projetos que envolvam diversos aspectos multidisciplinares como história, cidade e natureza

**6**

### \_\_Análises do Entorno

Análise de dados sobre as comunidades do entorno e o uso do parque

**7**

### \_\_Intervenção

Proposição de intervenção dentro do complexo do Reservatório do Carioca, com restauração da casa do encarregado da caixa e do jardim central





## RESERVATÓRIO DO CARIOCA

Foto Reservatório do Carioca. Fonte: Autoral, 2021.

## RESERVATÓRIO DO CARIOCA\_HISTÓRICO

**1774**

Construção do da Caixa Mãe D'Água

**1865**

Construção do Reservatório do Carioca

final do **século XX**

o Rio Carioca deixava de ser a principal fonte de abastecimento da região central da cidade

**1998**

Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)

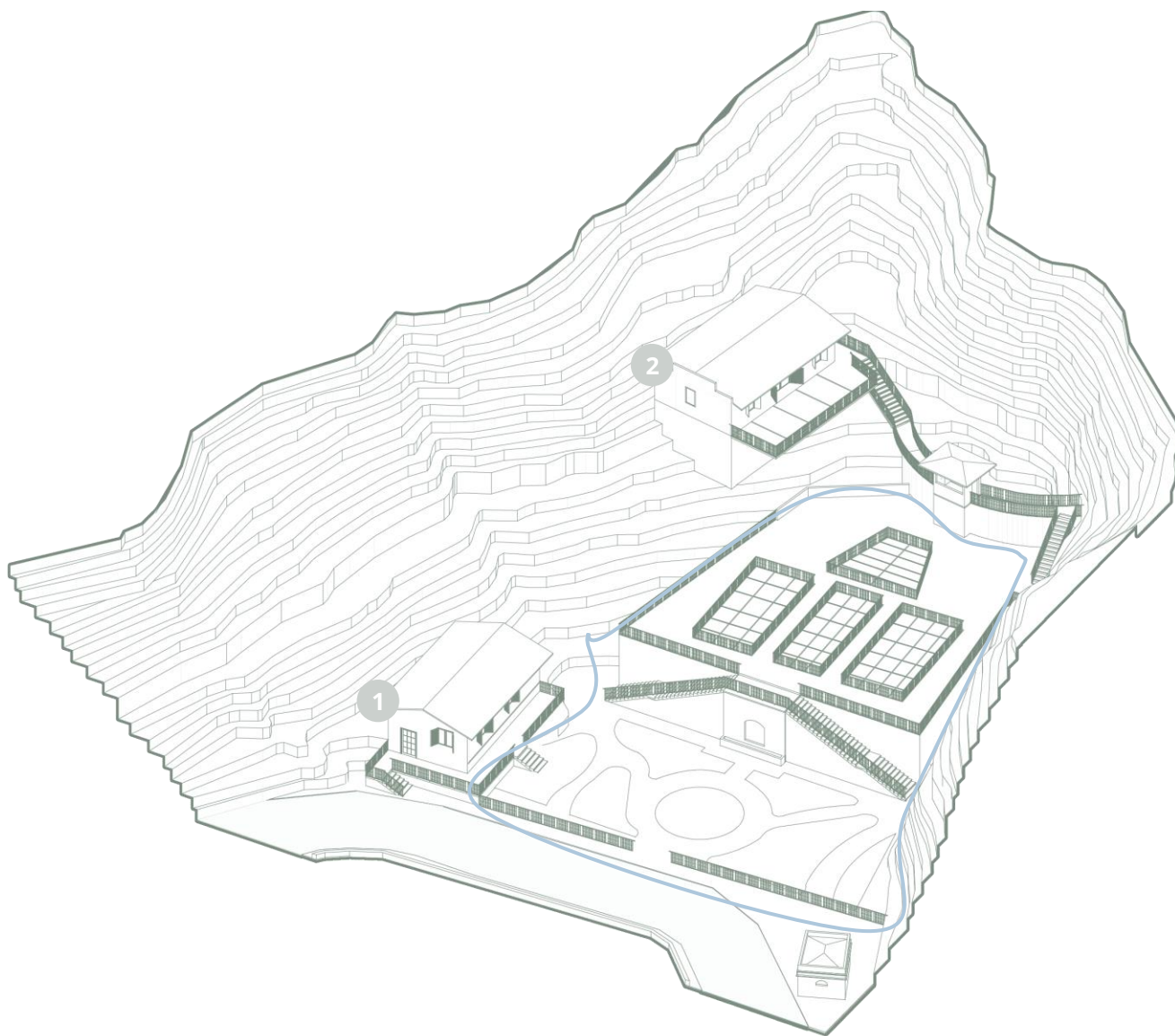
**2016**

Aprovação de recursos do Fundo Estadual de Compensação Ambiental para elaboração e execução de projeto e obra de restauro

**2018**


Tombamento do Rio carioca



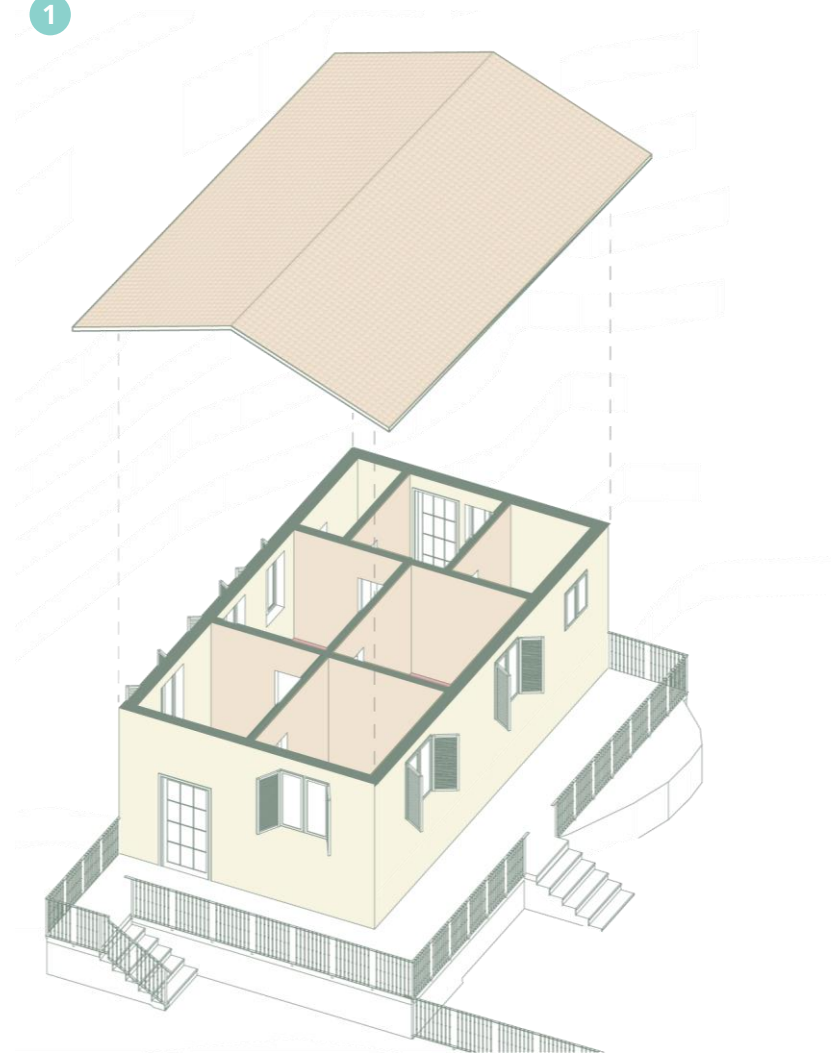


## RESERVATÓRIO DO CARIOCA\_ **DIAGRAMA DE ESTADO**

O diagrama apresenta o estado de conservação estimado da edificação atualmente e as intervenções construtivas sofridas, de acordo com a pesquisa, fontes de consulta e visita feita ao local.

-  Intervenção 2016 - Adaptação para visitação - Tanques fechados com claraboias. Jardim frontal restaurado, porém já negligenciado

1



## CASA DO ENCARREGADO DA CAIXA **DIAGRAMA DE ESTADO**




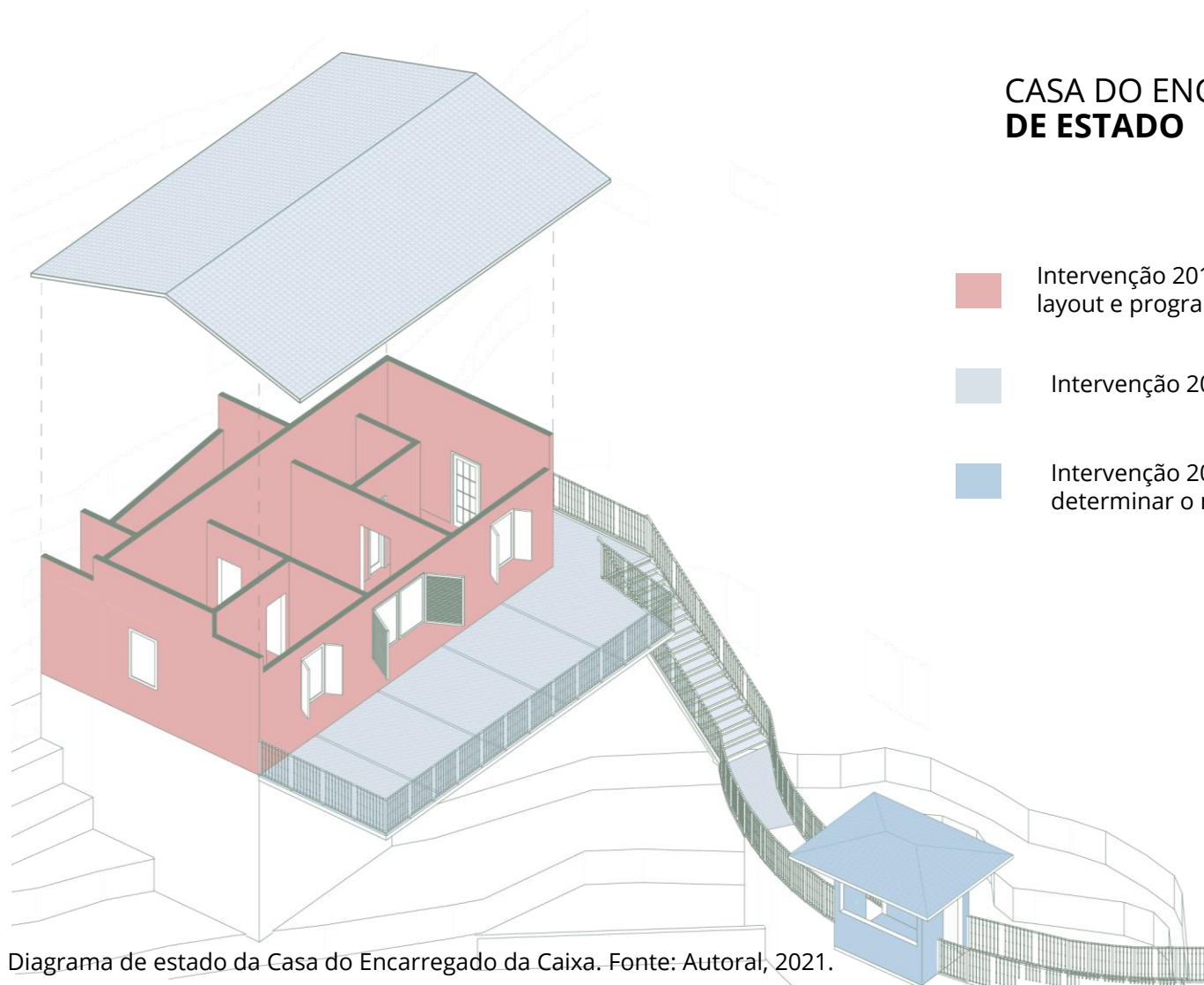
-  Parcialmente comprometido - aproveitamento das estruturas mediante prospecção
-  Comprometido
-  Inexistente

Diagrama de estado da Casa do Encarregado da Caixa. Fonte: Autoral, 2021.





## CASA DO ENCARREGADO DO CLORO\_ **DIAGRAMA DE ESTADO**

- Intervenção 2016 - Elemento arquitetônico reconstruído e com novo layout e programa (sala de exposição)
- Intervenção 2016 - Adaptação para visitação - Elementos novos
- Intervenção 2016 - Adaptação para visitação - Não foi possível determinar o nível de intervenção ocorrida



## RESERVATÓRIO DO CARIOCA RESTAURO, MUTABILIDADE, EDUCAÇÃO E LAZER





## RESERVATÓRIO DO CARIOCA RESTAURO, MUTABILIDADE, EDUCAÇÃO E LAZER



Fotos Casa do encarregado do caixa e do jardim. Fonte: INEPAC, 2006 e Autoral, 2021.



## RESERVATÓRIO DO CARIOCA RESTAURO, MUTABILIDADE, EDUCAÇÃO E LAZER



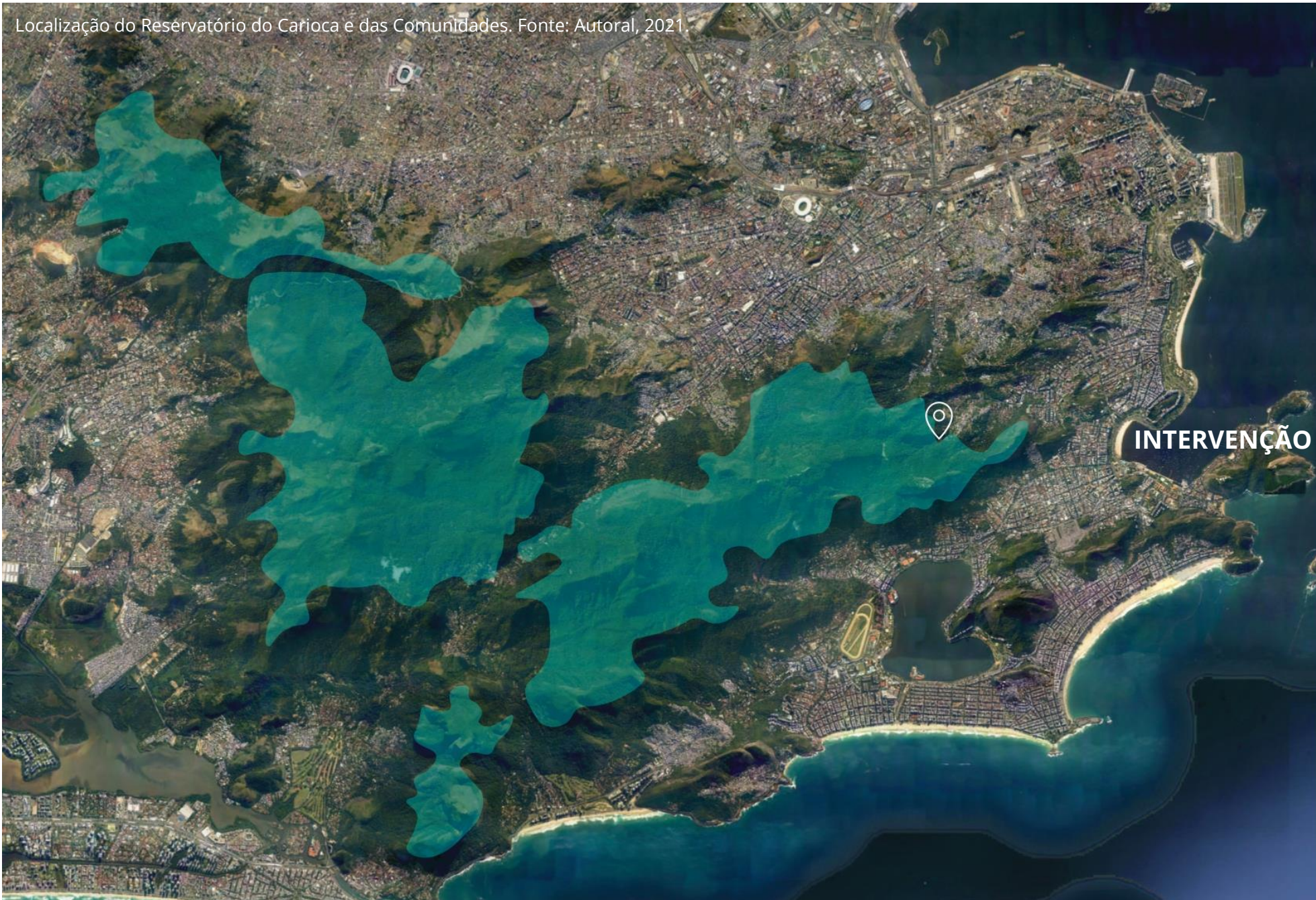




## INTERVENÇÃO



Localização do Reservatório do Carioca e das Comunidades. Fonte: Autorial, 2021.



**INTERVENÇÃO ANÁLISES DO ENTORNO**

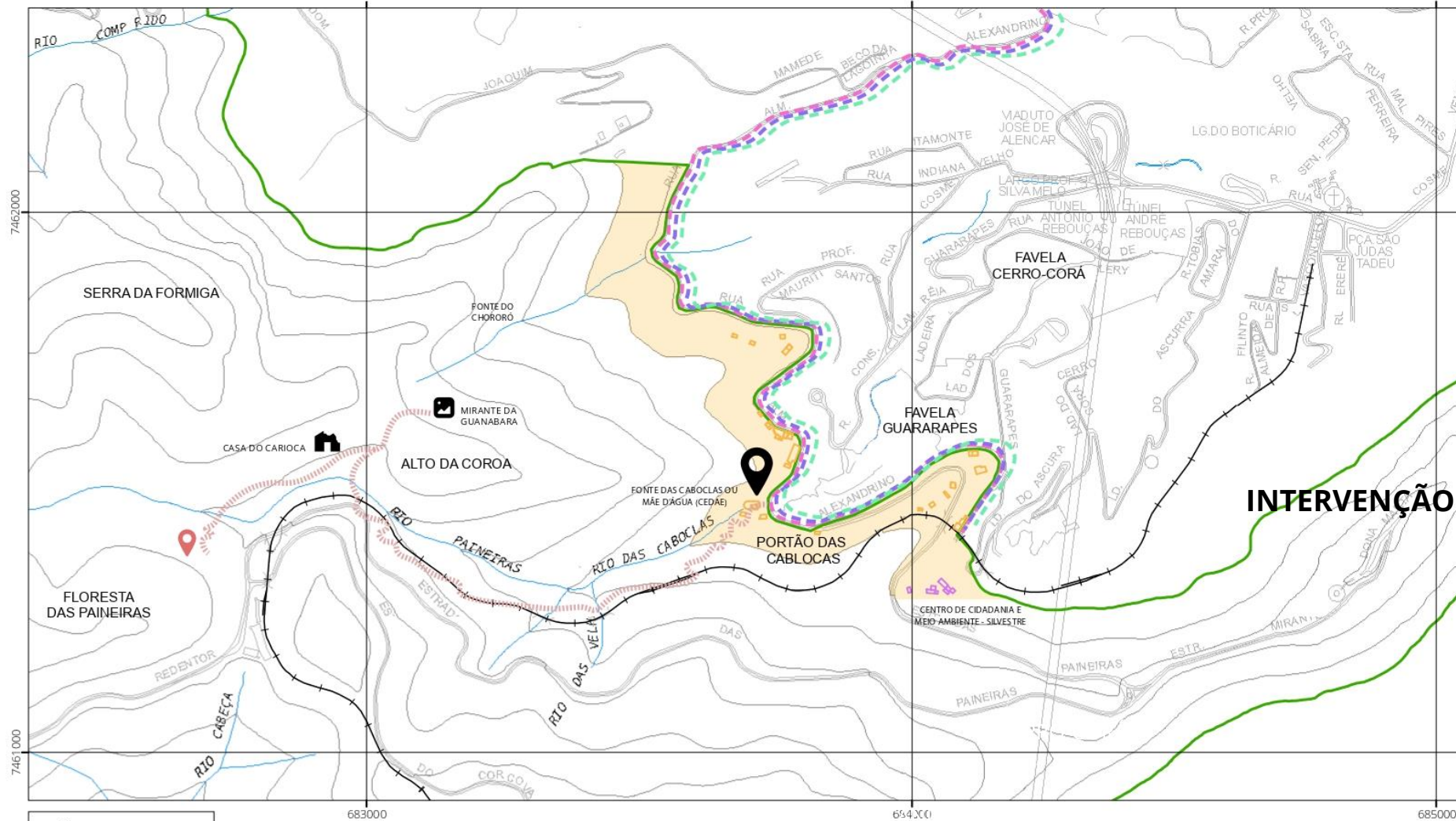


Localização do Reservatório do Carioca e das Comunidades. Fonte: Autoral, 2021

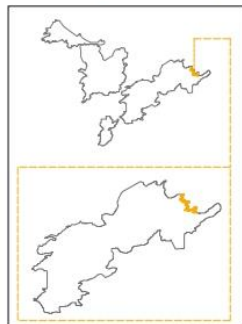


**INTERVENÇÃO ANÁLISES DO ENTORNO**





## INTERVENÇÃO ANÁLISES DO ENTORNO




 Limite PARNA Tijuca

 AEI Silvestre

 Rios

 Ferrovia


 Segmento Portão das Caboclas

 Trilha do Rio Carioca

 Antigo Restaurante Silvestre

 Linha de Ônibus 007 (Central do Brasil - Ladeira dos Guararapes 317)

 Linha de Ônibus 006 (Castelo - Silvestre)

 Linha de Ônibus 507 (Largo do Machado - Silvestre)

0 50 100 200 m







## INTERVENÇÃO \_AMBIÊNCA

Fotos da Rua Almirante Alexandrino e internas do Reservatório do Carioca. Fonte: Autoral, 2021.



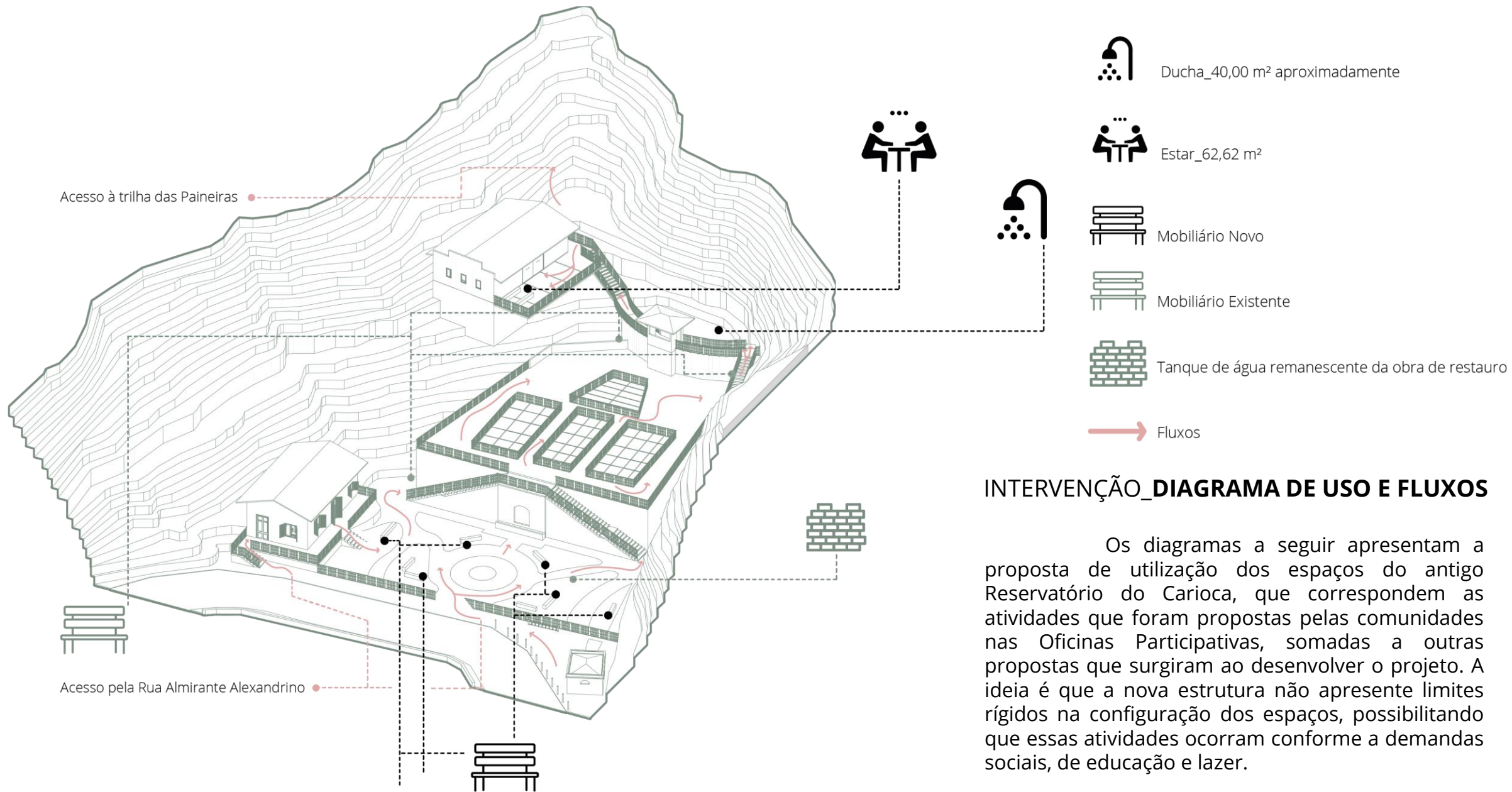


Diagrama de uso e fluxo do Reservatório do Carioca. Fonte: Autoral, 2021.



## \_PAVIMENTO DE ACESSO

### CASA DO ENCARREGADO DA CAIXA

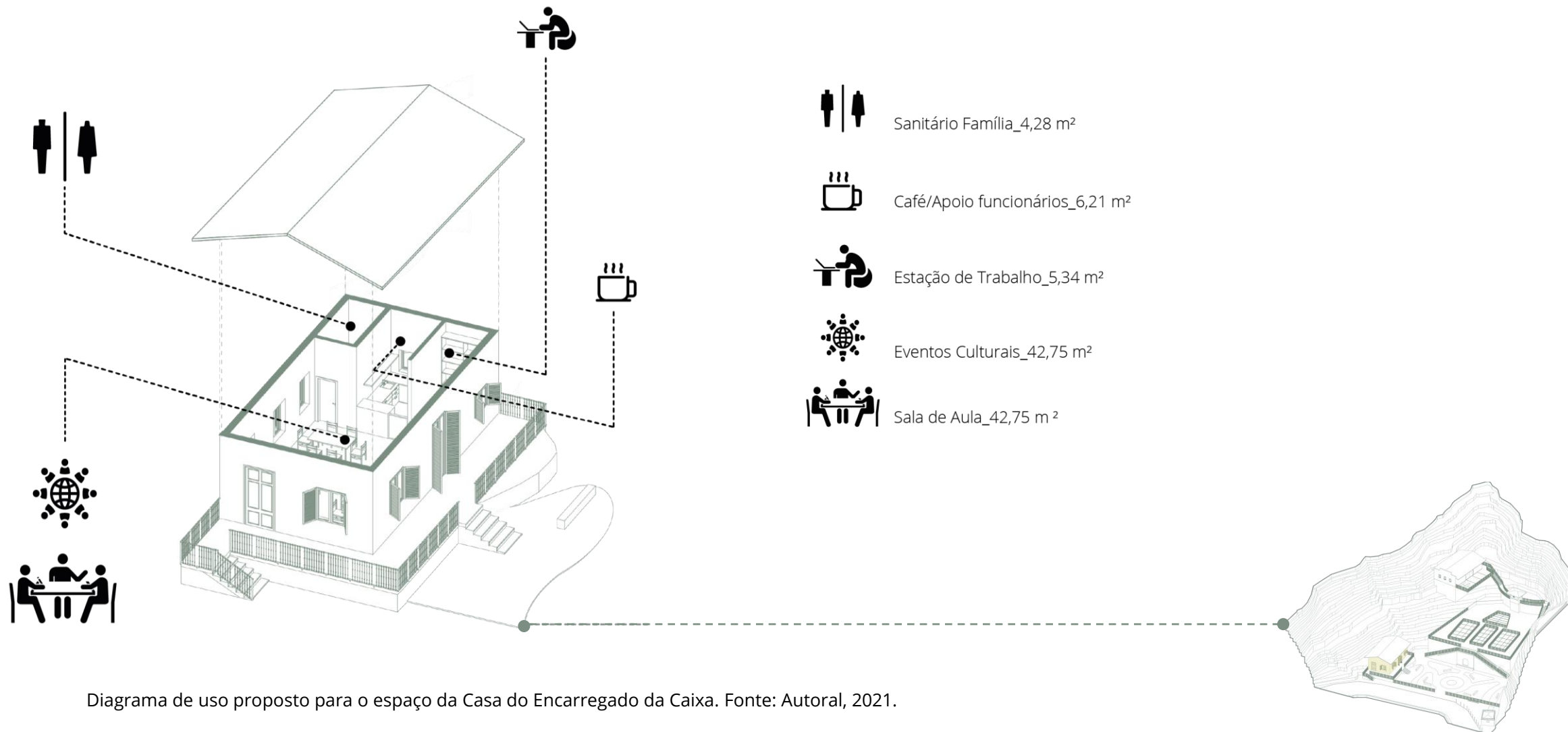
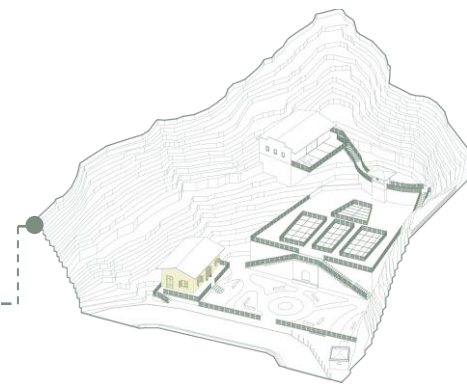
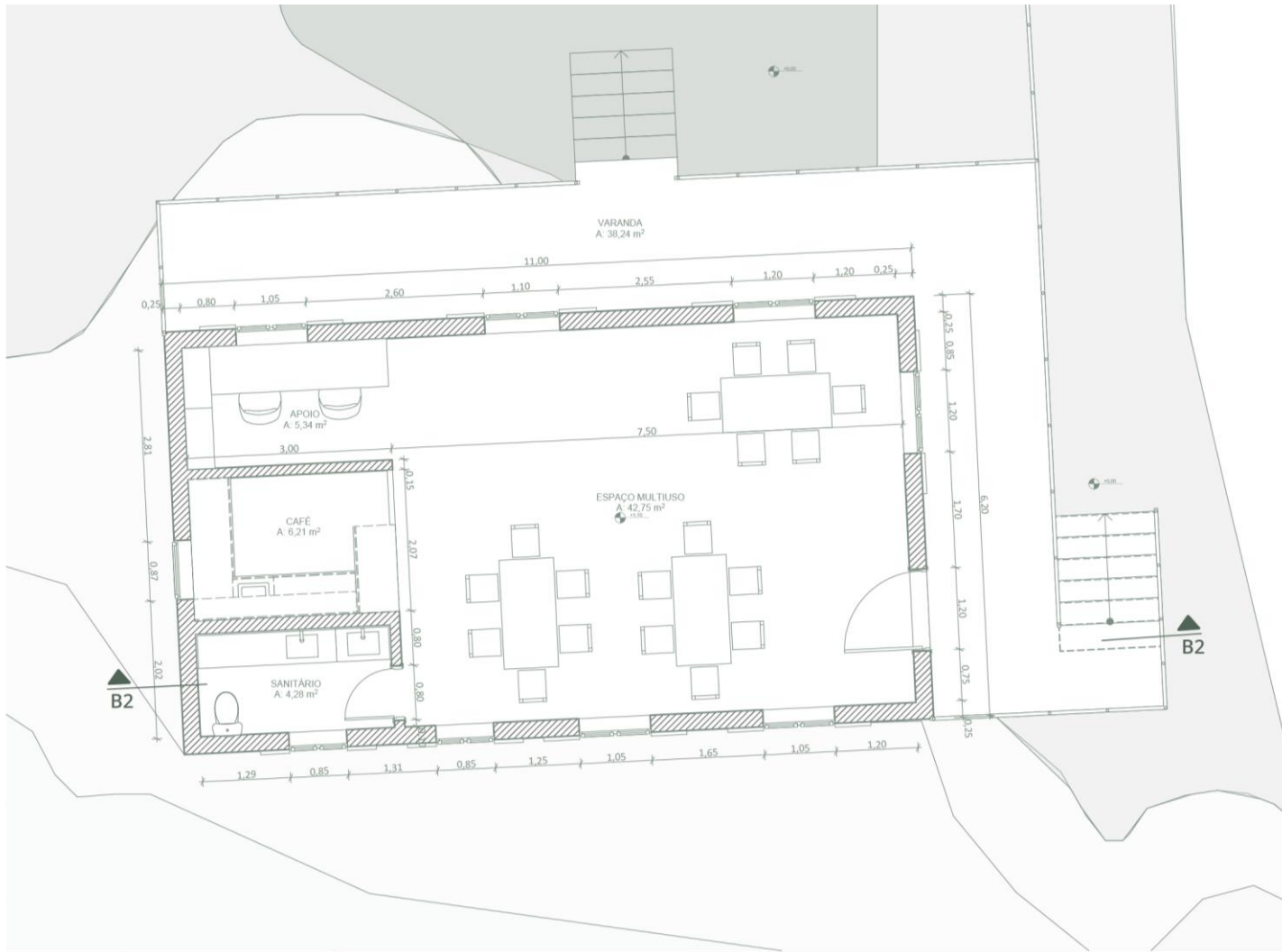


Diagrama de uso proposto para o espaço da Casa do Encarregado da Caixa. Fonte: Autoral, 2021.

## \_PAVIMENTO DE ACESSO

### CASA DO ENCARREGADO DA CAIXA



Planta baixa da Casa do Encarregado da Caixa 1/200. Fonte: Autorial, 2021.



## \_3º PAVIMENTO

### CASA DO ENCARREGADO DO CLORO

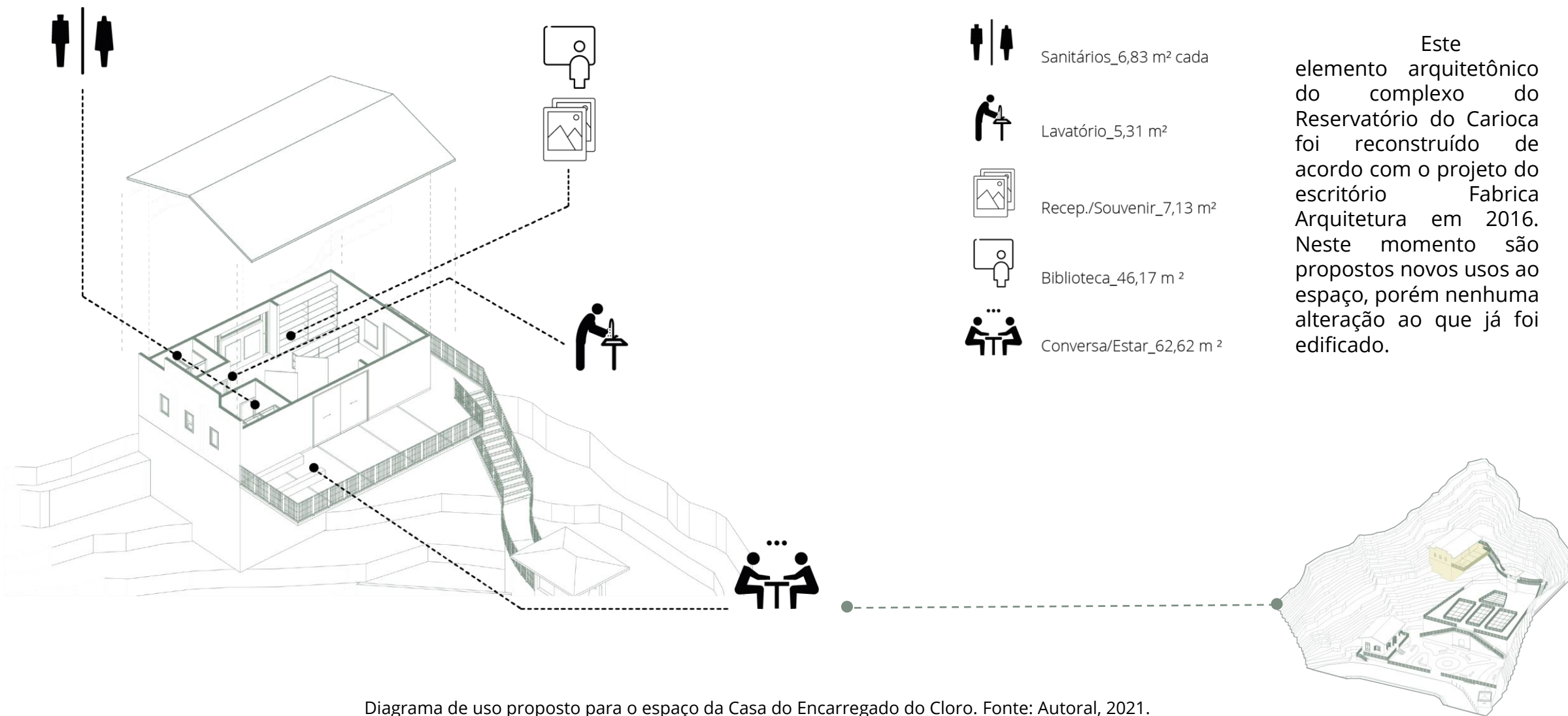
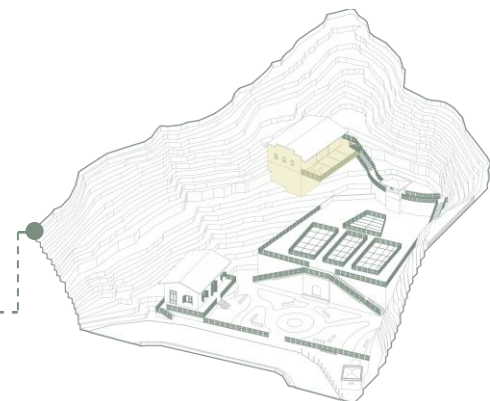
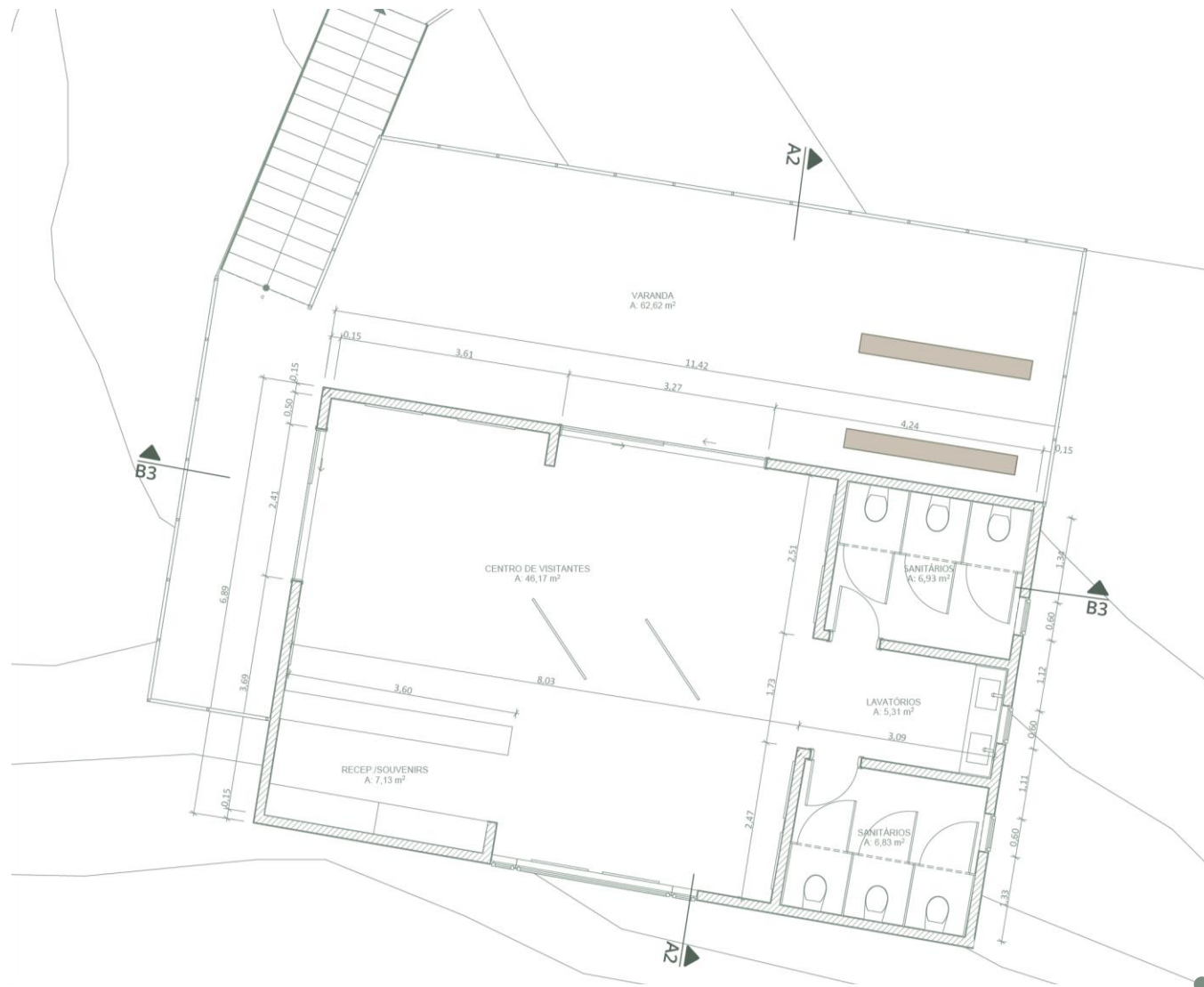


Diagrama de uso proposto para o espaço da Casa do Encarregado do Cloro. Fonte: Autoral, 2021.

# \_3º PAVIMENTO

## CASA DO ENCARREGADO DO CLORO

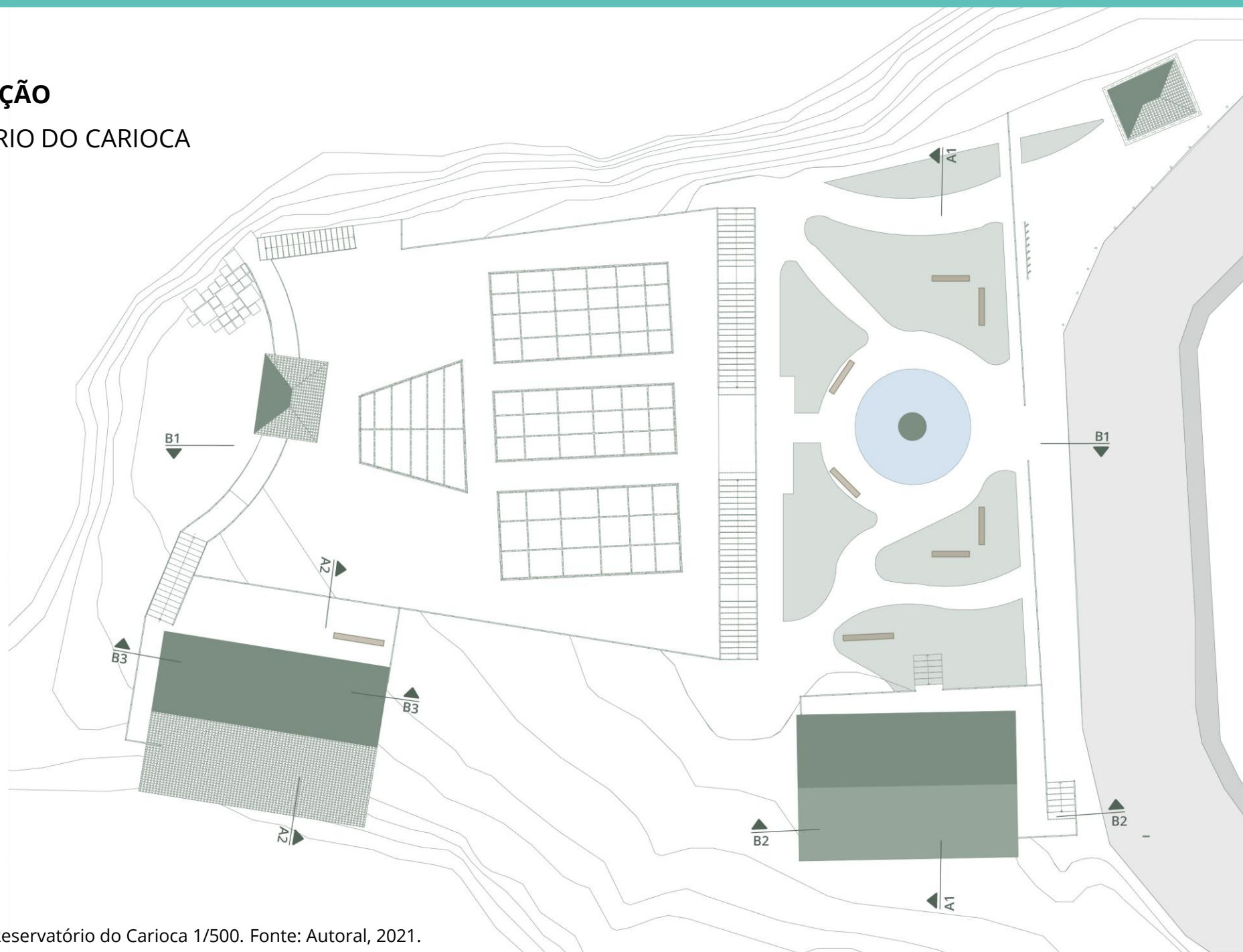


Planta baixa da Casa do Encarregado do Cloro 1/200. Fonte: Autoral, 2021.



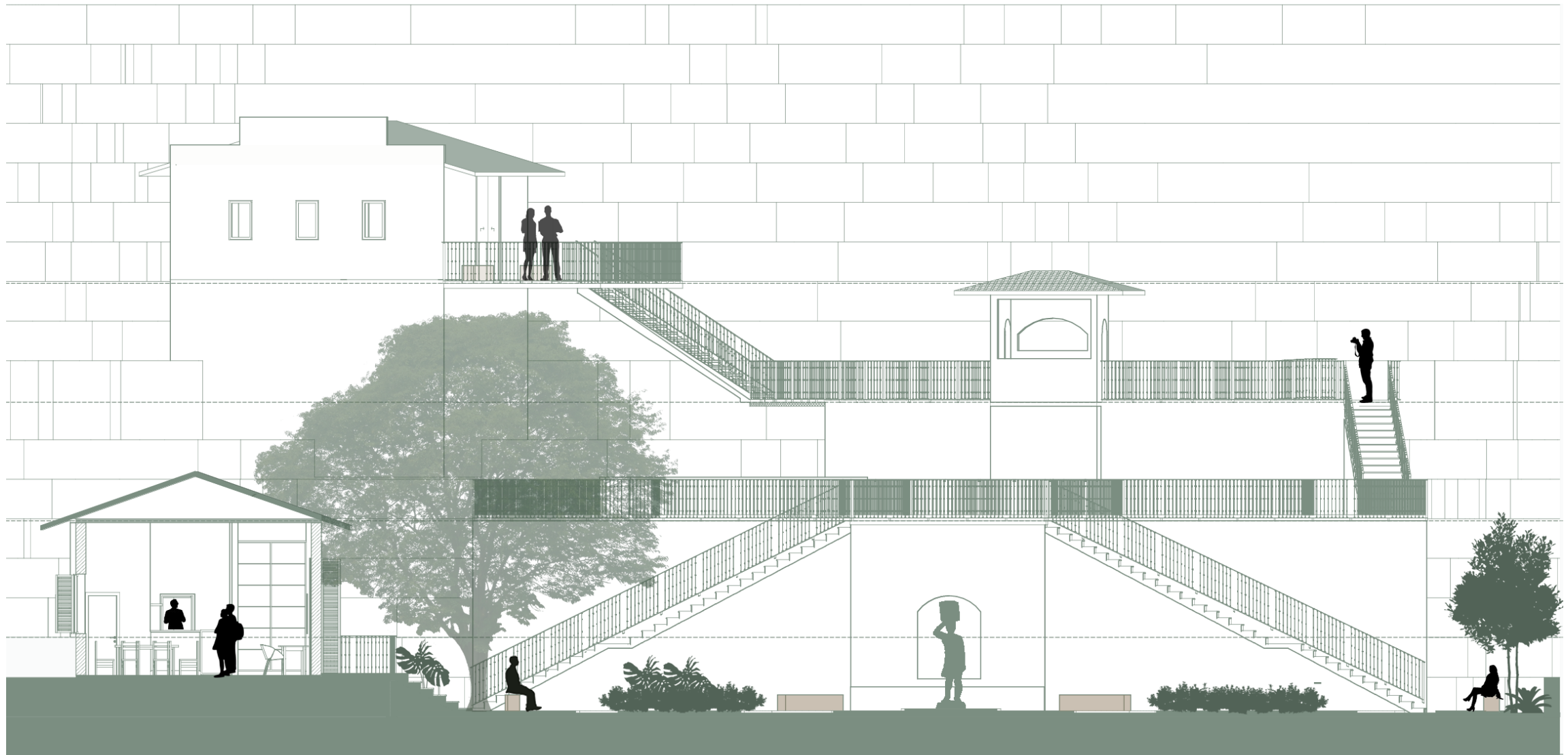
# \_IMPLANTAÇÃO

## RESERVATÓRIO DO CARIOCA



# \_CORTE A1

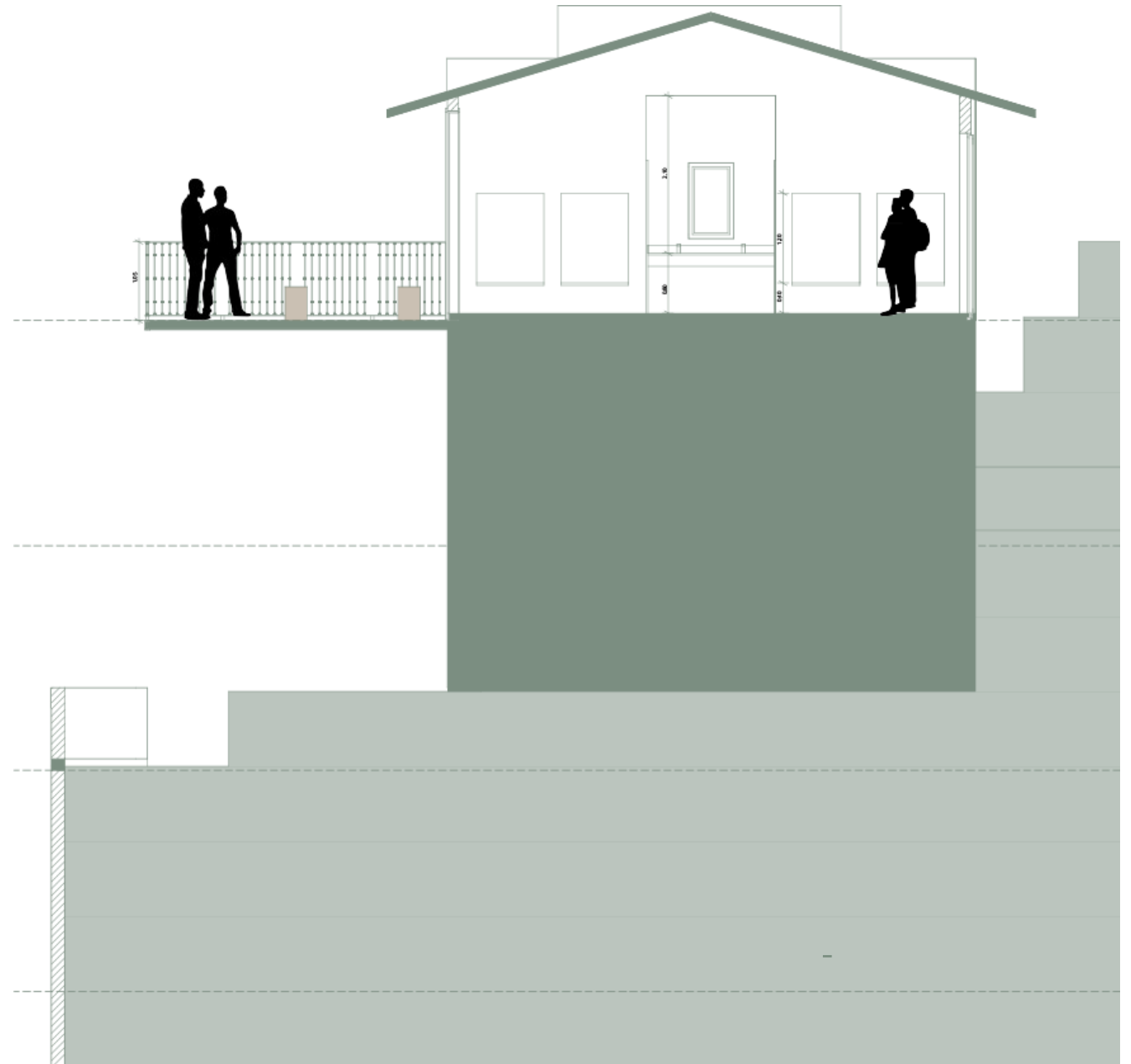
## GERAL TRANSVERSAL





## **\_CORTE A2**

CASA DO ENCARREGADO DO CLORO



# **\_CORTE B1**

## GERAL LONGITUDINAL

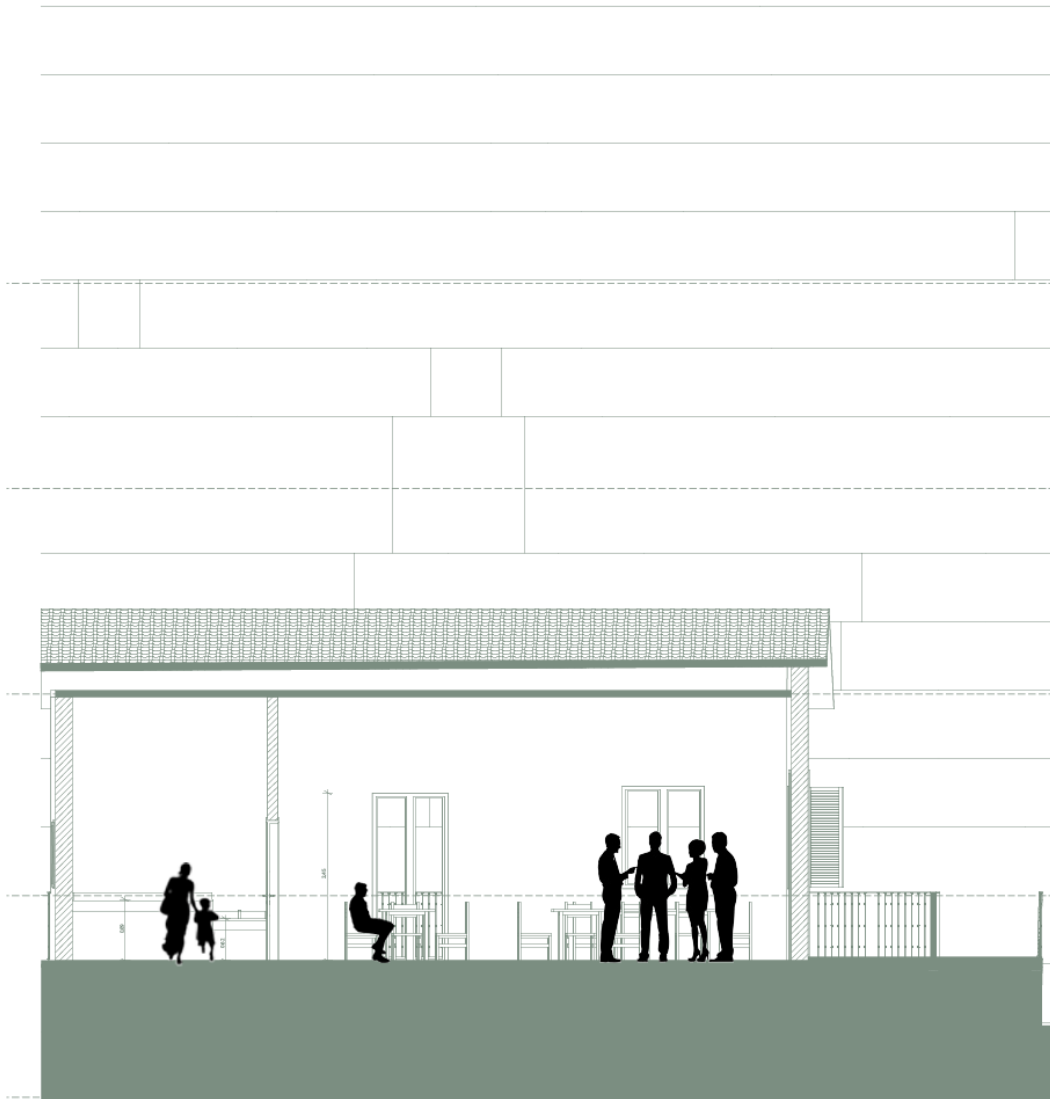


Corte B1 1/200. Fonte: Autorial, 2021.



## CORTE B2

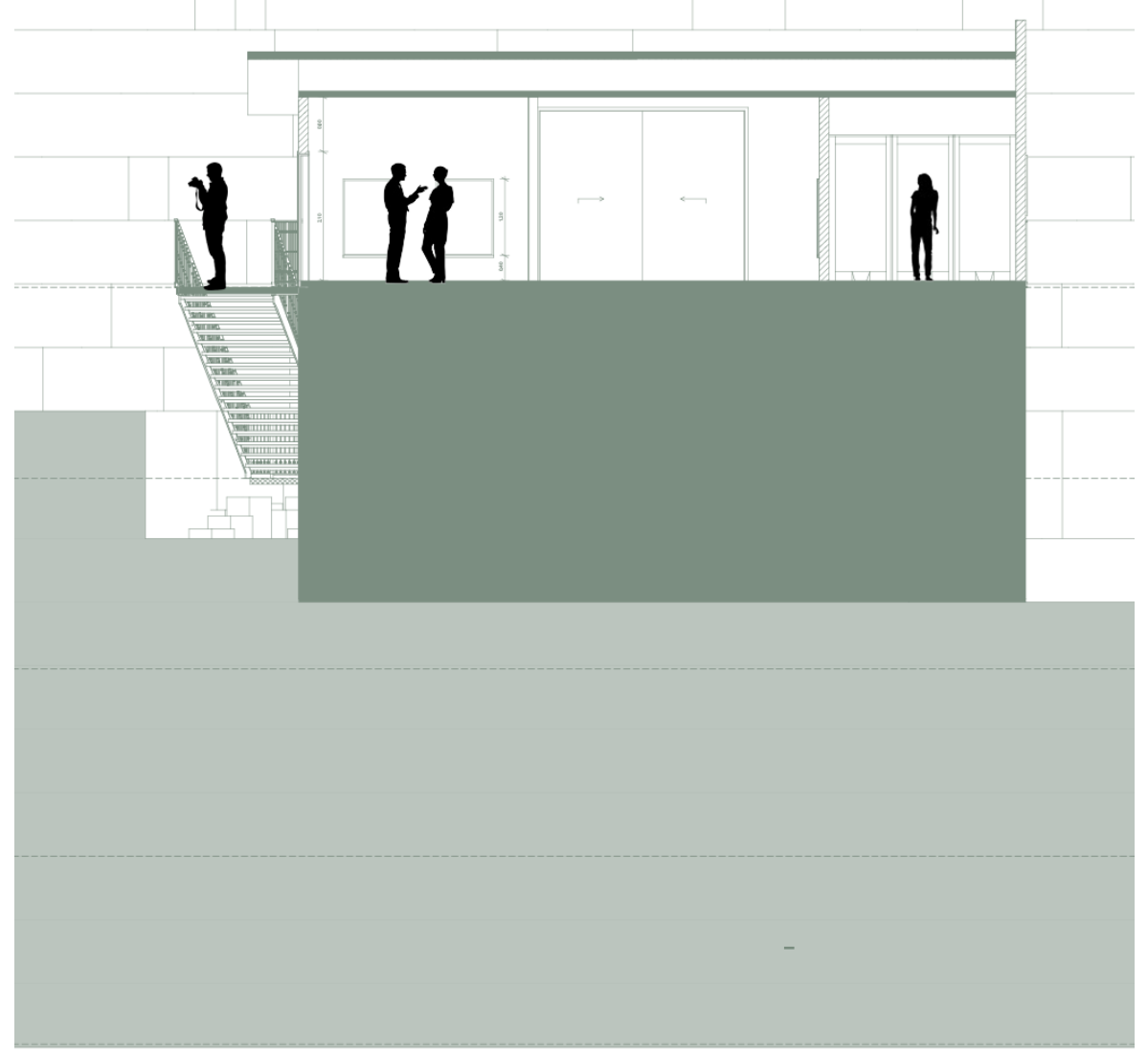
CASA DO ENCARREGADO DA CAIXA



Corte B2 1/100. Fonte: Autorial, 2021.

## CORTE B3

CASA DO ENCARREGADO DO CLORO



Corte B3 1/100. Fonte: Autorial, 2021.

**\_IMPLANTAÇÃO**  
PLANO DE MASSAS



Plano de Massas do Reservatório do Carioca 1/250. Fonte: Autoral, 2021.



# \_INTERVENÇÃO

## MATERIALIDADE

Piso Fulget e tento em meio fio mineral



Banco em madeira



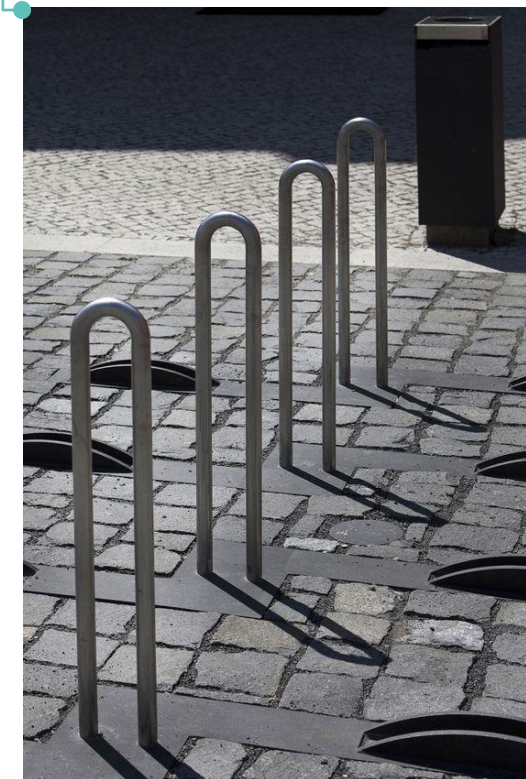
Espelho d'água circular



Balizadores



Bicicletário





**\_PERSPECTIVA CHUVEIROS PÚBLICOS**



Perspectiva da bacia de contenção do Reservatório do Carioca. Fonte: Autoral, 2021.



## PERSPECTIVA JARDIM FRONTAL



Perspectiva panorâmica da entrada do Reservatório do Carioca. Fonte: Autoral, 2021.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



# RESERVATÓRIO

## INFRAESTRUTURA EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA DO CARIOCA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício (1987). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, IPLANRIO, 1997.

ABREU, Maurício. "A cidade, a montanha e a floresta". In: Abreu, Maurício (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1992, pp. 54-103.

ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro*. In: *Revista Espaço e Debates*, São Paulo: NERU, n. 37, p. 34-46, 1994.

AMIM, Valéria. *A Territorialização da Escola e da Família no Imaginário dos Meninos em Situação de Risco: Uma leitura possível*. Dissertação de Mestrado em Educação, na Universidade Federal da Bahia, Salvador. 104 p. 1999.

ARANTES, A. Arantes. *A guerra de lugares in Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000. p. 103-129.

AZEVEDO, Giselle Arteiro. *Escolas, qualidade ambiental e educação no Brasil: uma contextualização histórica*. Caderno de Boas Práticas na Arquitetura, Eficiência Energética nas Edificações, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 1-8, 2009.

BO BARDI, Lina. Museu de Arte Moderna da Bahia. Salvador: diário de notícias, 1960.

BO BARDI, Lina. Museu de Arte Popular na Bahia de Todos os Santos. São Paulo: Mirante das Artes, 1967.

BOULLÉE É. Arquitetura: Ensaio sobre a arte. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 2(2): 98-104, 2005.

BRANDI, Cesare. Teoria do Restauro. Cotia: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo para o Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro, v. 1, 2008.

Câmara Metropolitana de Integração Governamental. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Caderno Metropolitano número 3. Cartografia e Informação. Disponível em: <<http://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Caderno03-Cartografia-Camara.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2021.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a Restauração Arquitetônica Hoje. *Desígnio, Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, N.6, São Paulo: Annablume, Set./2006.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil Platôs: Vol. 05. São Paulo: Editora 34, 1997.

FRAMPTON, Kenneth (2006). Perspectivas para um regionalismo crítico, p.503-520. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.

GUATTARI, Félix. As três Ecologias. 11. ed. Camponas, SP: Papirus, 1990. 56 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Rio de Janeiro. Disponível em: <[censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id37idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-&view=](http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id37idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-&view=)>. Acesso em: 29 abril 2021.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. Declaração do México, 1982. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%Aancia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>> Acesso em: maio de 2021.



ICOMOS, International Council on Monuments and Sites. A Declaração de Quebec sobre a Preservação do Espírito do Lugar, 2008. Disponível em: <[https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)> Acesso em: maio de 2021.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Favela-Parque: Programa de Educação Socioambiental do Parque Nacional da Tijuca com as Favelas do Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ, 2018. 59 p. Relatório.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN). Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

KAPP, Silke; Grupo MOM. Arquitetura como exercício crítico - e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Compêndio da disciplina Introdução a Teoria Crítica da Arquitetura da Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2016.

MCHARG, Ian (1969). Design with Nature. New York: John Wiley & Sons, 1992.

MONTANER, Josep Maria (2016). Sistemas arquitectónicos contemporâneos. Gustavo Gili, 224p.

N RG-SCHULZ, Christian (2006). O Fenômeno do lugar, p.443-461. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.

PREFEITURA DO RECIFE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; INCITI. Parque Capibaribe: A reinvenção do Recife Cidade-Parque. 1. ed. Recife: UFPE, 2019. 325 f.

SILVA, Rafael Freitas da. O Rio antes do Rio. 2a ed. Rio de Janeiro: Babilonia Cultural Editorial, 2015.

SPIRN, Anne. O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 345 f.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: Sistema e Projeto Territorial. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. 257 f.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela carioca. A produção anterior às Ciências sociais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, N° 44. São Paulo: outubro, 2000.

VIEIRA, A. C. M. Memória e Paisagem: Olhar(es) sobre o Patrimônio Cultural Turístico - Parque Nacional da Tijuca (RJ). Dissertação de Mestrado em Memória Social, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 242 p. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 que regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental Regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, 2002. Brasília: MMA, 2000.

ZOLLINGER, Carla. O Trapiche à beira da baía: a restauração do Unhão por Lina Bo Bardi. Anais do sétimo Seminário Docomomo Brasil. Porto Alegre, out de 2007.

MCHARG, Ian (1969). Design with Nature. New York: John Wiley & Sons, 1992.

MONTANER, Josep Maria (2016). Sistemas arquitectónicos contemporâneos. Gustavo Gili, 224p.

NORBERG-SCHULZ, Christian (2006). O Fenômeno do lugar, p.443-461. In: NESBITT K (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. Cosac Naify. 664p.

SCHLEE, Mônica Bahia ;CAVALCANTI, Nireu Oliveira; TAMMINGA, Kenneth (2007). As transformações da paisagem na bacia do rio Carioca, p. 267-284. In: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Paisagem e ambiente: ensaios. FAU. 435p.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: Sistema e Projeto Territorial. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. 257 f.

MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1., 2009, Ouro Preto. Anais... Brasília: Iphan, 2012. p. 27-41.